RELATÓRIO NACIONAL
BRASIL

GMMP+30

Projeto de Monitoramento Global da Mídia

2025

O GMMP 2025 está licenciado sob uma licença Creative Commons usando uma licença Atribuição-NãoComercial-SemDerivações. O GMMP 2025 foi coordenado pela Associação Mundial para a Comunicação Cristã (WACC), uma ONG internacional que promove a comunicação para a mudança social.

As informações para o GMMP 2025 foram coletadas por meio de um esforço coletivo de voluntários de centenas de organizações, incluindo ativistas de gênero e mídia, grupos de comunicação de base, acadêmicos e estudantes de comunicação, profissionais de mídia, associações de jornalistas, redes de mídia alternativa e grupos religiosos.
Fins não comerciais. O uso deste trabalho para fins comerciais não é permitido.
Sem trabalhos derivados. Não é permitido alterar, transformar ou desenvolver este trabalho.
Para qualquer uso ou distribuição, os termos de licenciamento deste trabalho devem ser esclarecidos para outras pessoas. Uso justo e outros direitos não são afetados de forma alguma pelo acima exposto.

creative commons

WACC
comunicación para todas y todos

Com o apoio de

ONU MUJERES

Agradecimentos[1]

O *Global Media Monitoring Project* (GMMP) entrou, definitivamente, na agenda da investigação no Brasil. Após cinco anos da retomada do monitoramento no país, em 2020, o Brasil voltou a discutir as representações de gênero nas notícias por meio de um trabalho voluntário e colaborativo ainda mais amplo e diverso.

Com a participação de 195 pessoas distribuídas em 24 unidades da federação (AM, TO, RO, AP, PA, PI, MA, CE, RN, PB, PE, SE, BA, MT, MS, GO, DF, MG, SP, RJ, ES, SC, RS, PR) e em dois países estrangeiros (Estados Unidos e Portugal), o GMMP/Brasil reuniu pessoas da academia (de diferentes domínios científicos e níveis de formação), dos ativismos e do mercado jornalístico para recolher, codificar, discutir e analisar 683 notícias veiculadas em 10 jornais impressos, oito emissoras de televisão, 12 sites noticiosos e oito emissoras de rádio.

Com um grupo ainda maior e mais meios a serem monitorados, os trabalhos de coordenação foram redistribuídos entre duas coordenadoras nacionais, Elizângela Carvalho Noronha e Cláudia Lago, e cinco coordenações regionais, a saber: Norte – Priscila Freire e Cynthia Miranda, Nordeste – Paulo Fernando Lopes e Kenia Maia, Centro-Oeste – Tamires Coelho, Sudeste – Patrícia D'Abreu e Sul – Cátia Rodrigues e Daiane Bertasso. Essas pessoas demonstraram, na prática, como a pesquisa pode ser feita com empenho, rigor e sentido de coletividade.

Além de fornecerem apoio aos grupos dos seus estados e dos demais territórios, as coordenações foram decisivas para o esclarecimento contínuo sobre a metodologia diante de cada dúvida, garantindo a fiabilidade dos dados que apresentamos neste relatório. A cada uma dessas pessoas, os nossos mais sinceros agradecimentos.

A partir das coordenações regionais e dos grupos, estendemos nossos agradecimentos a todas as pessoas que se somaram ao GMMP/Brasil em 2025. Foi um desafio com dimensões continentais, mas, em conjunto, cumprimos os objetivos traçados ainda em 2020 e levamos o monitoramento a quase todos os estados brasileiros (não tivemos grupos apenas em RR, AL e AC), com o mesmo afinco de 2020.

Todo o trabalho foi realizado por voluntários/as (listados/as nominalmente no Anexo 2) empenhadas na luta por uma justa e respeitosa representação de todas as pessoas nas notícias. Sabemos que o caminho a percorrer ainda é longo e que os desafios se renovam a cada ano, mas temos a convicção de que a mudança se faz com muitos braços unidos e isso nós já sabemos que temos. Mais uma vez, obrigada! Seguimos!

Elizângela Carvalho Noronha e Cláudia Lago

Coordenadoras nacionais do GMMP/Brasil

[1] O Relatório foi revisado por Patrícia D´Abreu, Daiane Bertasso e Kênia Maia. Ana Beatriz Dantas de Souza fez parte dos gráficos.

Sumário

PREFÁCIO **1**

CONTEXTO GLOBAL: ASPECTOS DESTACADOS **2**

CONTEXTO REGIONAL **7**

CONTEXTO NACIONAL **14**

RESUMO **16**

UM DIA NAS NOTÍCIAS NO BRASIL **17**

O CONTEXTO **19**

TÓPICOS NAS NOTÍCIAS **20**

ASSUNTOS E FONTES DAS NOTÍCIAS **22**

JORNALISTAS **36**

PRÁTICA JORNALÍSTICA: SOBRE A CENTRALIDADE DAS MULHERES, ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E REPORTAGENS BASEADAS EM DIREITOS **46**

INTERNET **54**

FOCO NA VIOLÊNCIA DE GÊNERO **58**

ESTUDOS DE CASO **64**

Estudo de caso 1 – Estereótipos evidentes 64
Estudo de caso 2 – Oportunidade perdida ou não tem perspectiva de gênero ("gender-blind") 65
Estudo de caso 3 – Estereótipo sutil 66
Estudo de caso 4 – Oportunidade perdida ou não tem perspectiva de gênero ("gender-blind") 67
Estudo de caso 5 - Oportunidade perdida ou não tem perspectiva de gênero ("gender-blind") 68
Estudo de caso 6 – Estereótipo sutil 73
Estudo de caso 7 - Estereótipo sutil 74
Estudo de caso 8 – Oportunidade perdida ou não tem perspectiva de gênero ("gender-blind") / Estereótipos sutis 76
Estudo de caso 9 - Oportunidade perdida ou não tem perspectiva de gênero ("gender-blind") 78
Estudo de caso 10 - Oportunidade perdida ou não tem perspectiva de gênero ("gender-blind") 79
Estudo de caso 11 – Sensível à questão de gênero ("gender-aware") 82
Estudo de caso 12 – Sensível às questões de gênero – Desafia estereótipos 83

RESUMO E CONCLUSÕES **85**

RECOMENDAÇÕES E PLANO DE AÇÃO 2026-2030 ..... **87**

ANEXO 1. METODOLOGIA **89**

ANEXO 2. LISTA DE MONITORAS E MONITORES **92**

PREFÁCIO[2]

A Declaração e Plataforma de Ação de Pequim parte da premissa de que “o empoderamento das mulheres e a sua plena participação em condições de igualdade em todas as esferas da sociedade, incluindo a participação no processo de tomada de decisões e o acesso ao poder, são fundamentais para a realização da igualdade, do desenvolvimento e da paz” (Nações Unidas, 1995). Concretamente, a Declaração, em sua seção “J”, estabeleceu os seguintes objetivos relacionados às mulheres e aos meios de comunicação: Objetivo estratégico J1: “Aumentar a participação e o acesso das mulheres à expressão e à tomada de decisões nos e através dos meios de comunicação e das novas tecnologias da comunicação” (Nações Unidas, 1995). Objetivo estratégico J2: “Promover uma imagem equilibrada e não estereotipada da mulher nos meios de comunicação” (Ibidem).

O primeiro monitoramento global surgiu da necessidade de obter evidências empíricas sobre o lugar, o papel e a participação das mulheres nas notícias[3]. Posteriormente, a Plataforma de Ação de Pequim consagrou a supervisão dos meios de comunicação como uma estratégia para alcançar o objetivo estratégico J1. As organizações não governamentais e as associações profissionais de meios de comunicação foram encorajadas a criar “grupos de vigilância dos meios de comunicação que possam supervisionar e consultar os meios de comunicação para garantir que se reflitam adequadamente as necessidades e preocupações das mulheres” (Ibidem).

O *Global Media Monitoring Project* (GMMP) se tornou a maior e mais duradoura iniciativa de pesquisa e promoção da igualdade de gênero nos e através dos meios de comunicação. Desde 1995, a cada cinco anos, o GMMP realiza uma radiografia das dimensões-chave da igualdade de gênero nas notícias. Ao longo de trinta anos, o GMMP recolheu dados de mais de 160 países.

Ao longo desse período, o panorama midiático global mudou profundamente, mas o lugar e o espaço que as mulheres ocupam nele não acompanharam essas transformações na mesma medida. A evolução da presença das mulheres no setor de notícias ao longo deste período não tem sido tão drástica. O GMMP revela que, em muitos sentidos, o *status quo*, caracterizado por uma grave sub-representação de mulheres e uma visão distorcida de seus papéis na sociedade, persiste nos conteúdos de notícias.

---

[2] Texto padrão fornecido pela coordenação global do GMMP.

[3] Leia mais sobre a Declaração de Bangkok no texto completo da Conferência “Mujeres Empoderando La Comunicación” no qual nasceu a ideia do GMMP: https://whomakesthenews.org/wp-content/uploads/who-makes-the-news/Imported/documents/bangkok%20declaration.pdf

CONTEXTO GLOBAL: Aspectos Destacados[4]

Os resultados globais baseiam-se em 29.935 artigos jornalísticos que mencionam 58.321 pessoas e 26.560 profissionais da notícia em 94 países durante a sétima jornada mundial de monitoramento, realizada em 6 de maio de 2025.

1. **Há trinta anos, o relatório do primeiro GMMP pedia uma mudança na cobertura para além dos âmbitos do poder político e econômico, dominados pelos homens. A hierarquia das 'notícias sérias'', nos meios tradicionais, não só persistiu ao longo do tempo como também se transferiu para os meios digitais.**

A digitalização não implicou uma rutura radical com as normas patriarcais do jornalismo tradicional. Pelo contrário, continua a reforçar e a amplificar uma hierarquia informativa que privilegia os âmbitos e os temas centrados no poder, ou seja, aqueles dominados pelos homens. O desafio é triplo. Em primeiro lugar, desmantelar o viés das "notícias sérias" (*hard news*); em segundo lugar, integrar de forma mais intencional os espaços e os temas de maior preocupação para as mulheres; em terceiro lugar, permitir a visibilidade e a voz das mulheres presentes em espaços tradicionalmente dominados pelos homens.

2. **Após um período de melhoria lenta, mas constante, o progresso em direção à paridade de gênero nas notícias estagnou desde aproximadamente 2010, sem alcançar os 50% em nenhum tipo de meio de comunicação.**

Trinta anos após Pequim, as mulheres representam 26% das pessoas que aparecem, são ouvidas ou mencionadas nas notícias tradicionais (29% nos *websites* de notícias). A agulha moveu-se 9 pontos nos meios tradicionais desde 1995 e 4 pontos nas notícias *online* durante os últimos 10 anos.

Os grupos minoritários têm cinco pontos a mais de probabilidade de aparecer nas notícias digitais do que nos meios tradicionais. A probabilidade de as mulheres pertencentes a minorias aparecerem nas notícias como protagonistas ou como entrevistadas é de dois em cem nos meios tradicionais (3% para os homens) e de 4% nos *websites* de notícias (5% para os homens).

3. **A visibilidade das mulheres nas notícias sobre política e economia aumentou significativamente — em 15 pontos para cada tema — durante as últimas três décadas**.

[4] Texto padrão fornecido pela coordenação global do GMMP.

A grave sub-representação observada em 1995 (7% nas notícias políticas, 10% nas econômicas) melhorou. A presença das mulheres nas notícias sobre modalidades esportivas é péssima, representando apenas 15% dos sujeitos e das fontes.

4. **A proporção de mulheres que prestam testemunho como especialistas cresceu notavelmente ao longo das últimas décadas, registrando o maior aumento (+7 pontos) nas notícias digitais desde 2015.**

Nos meios tradicionais, a disparidade de gênero nos postos de autoridade, como especialistas e porta-vozes, reduziu-se a um ritmo mais lento do que no caso das pessoas que contribuem com testemunhos baseados na opinião popular e na experiência pessoal, papéis comuns que não exigem conhecimentos especializados.

5. **Os padrões de representação enviesada por gênero persistem apesar de décadas de mudanças nos papéis das mulheres no mundo real.**

Desde 2010, as mulheres continuam a ser aproximadamente duas vezes mais propensas do que os homens a serem retratadas como vítimas. Historicamente, as mulheres costumavam ser retratadas como vítimas de acidentes ou pobreza. Este padrão inverteu-se em 2025, quando “outros crimes” e “violência doméstica” (por parte de parceiros íntimos e familiares) se converteram nas principais categorias de vítimas.

As mulheres retratadas como sobreviventes nos meios de comunicação tradicionais eram mais propensas a ter sobrevivido a “acidentes, desastres naturais, pobreza e doenças” em estudos anteriores do GMMP. Em 2025, são retratadas com maior frequência como sobreviventes de violência doméstica, na mesma proporção que as sobreviventes de acidentes ou desastres.

A super-representação das mulheres como donas de casa e/ou mães diminuiu de 81% em 2000 para 73% em 2025, o que indica um progresso, embora persista o viés jornalístico de definir as mulheres pelos seus papéis domésticos e familiares, apesar da participação sem precedentes das mulheres no trabalho fora do lar. A sub-representação nas profissões e nos postos de poder manteve-se constante.

Também persistiu a tendência a descrever as mulheres pela sua idade e pelos seus atributos físicos. Elas foram fotografadas com mais frequência do que os homens (uma diferença de 7 a 9 pontos percentuais) durante as últimas duas décadas, e as análises qualitativas continuam a mostrar padrões de representação sexualizada.

6. **A desigualdade de gênero nas notícias é muito mais grave do que na experiência quotidiana.**

A igualdade de gênero nas notícias, medida pelo Índice GEM, está moderadamente correlacionada com os índices de gênero em outros setores de desenvolvimento, como o Índice de Normas Sociais de Gênero. Entre 65% e 75% da desigualdade de gênero nos meios de comunicação não pode ser explicada pela realidade, o que indica a presença de outros fatores que se combinam para produzir as narrativas predominantes de gênero nas notícias.

7. **A proporção de mulheres que participam como repórteres nas notícias publicadas nos jornais e difundidas por televisão e rádio aumentou e estagnou em ondas desde 1995.**

A nível global, a proporção de mulheres como repórteres nos meios tradicionais aumentou 6 pontos percentuais entre 2000 e 2005, estagnou em 37% durante 10 anos até 2015, voltou a aumentar 3 pontos entre 2015 e 2020, e só cresceu dois pontos nos últimos cinco anos. As regiões aproximam-se e falham sistematicamente na tentativa de alcançar a paridade, exceto o Pacífico e o Caribe, que se encontram exatamente em igualdade, e a América do Norte, que fica apenas um ponto abaixo. Os resultados sugerem que a maioria dos sistemas de notícias está disposta a absorver uma certa proporção de mão de obra feminina no papel de repórter, mas não a ceder à plena igualdade numérica de gênero.
Nos meios de comunicação tradicionais, a disparidade de gênero na informação política reduziu mais rapidamente (+13 pontos percentuais em 25 anos), exceto na seção de esportes, que continua a ser o tema menos coberto pelas mulheres. Pela primeira vez em 25 anos, as mulheres constituem agora a maioria (52%) dos/as repórteres de ciência e saúde. O novo monitoramento das notícias sobre esportes revela uma proporção muito baixa de repórteres mulheres (17%). A proporção de mulheres como repórteres em notícias nacionais e internacionais experimentou um crescimento significativo a longo prazo (+18 e +16 pontos, respetivamente).

8. **O sexo do/a jornalista influencia a perspectiva de gênero das histórias.**

Historicamente, tem-se observado que a perspectiva de gênero é mais marcada nos artigos escritos por mulheres jornalistas. Ao longo de três décadas, existiu uma diferença constante entre 5 e 6 pontos percentuais na seleção de fontes, já que as mulheres jornalistas recorrem a mais fontes femininas do que os seus colegas masculinos. Esta diferença é ainda maior (9 pontos percentuais) nas notícias digitais. A diferença entre jornalistas mulheres e homens quanto à perspectiva de gênero é maior no indicador relativo à centralidade das mulheres nas notícias. A diferença é de apenas 1-2 pontos em outros indicadores que medem a qualidade das notícias a partir de uma perspectiva de gênero.

9. **A violência de gênero é um tema que não costuma ser tratado nas notícias. No entanto, quando aparece nos meios, a perspectiva de gênero nas reportagens é mais clara do que nas histórias sobre outros temas.**

Menos de 2% das notícias tratam sobre a violência de gênero. Esta baixa percentagem contrasta com a gravidade da violência de gênero, que afeta uma em cada três mulheres e meninas em todo o mundo.

As notícias sobre violência de gênero elaboradas por mulheres jornalistas tendem a levantar questões de (des)igualdade de gênero com mais frequência do que as elaboradas por homens.

Embora a perspectiva de gênero seja mais marcada nas notícias sobre violência de gênero do que em outros temas importantes, haveria uma enorme margem de melhoria se os meios de comunicação quisessem participar da criação de uma sociedade em que a violência de gênero seja considerada uma conduta desviada, criminosa e uma violação dos direitos humanos fundamentais.

10. **A maior parte das notícias continua a ser deficiente quanto às dimensões de qualidade do GMMP a partir de uma perspectiva de gênero.**

A proporção de notícias que questionam claramente os estereótipos de gênero aumentou de 3% (2005) para 6% (2010), mas diminuiu e estagnou em 3-4% desde 2015. Isto indica o enraizamento dos estereótipos na informação e o fracasso jornalístico constante na produção de notícias que rompam com as narrativas estereotipadas.

As comparações regionais mostram variações significativas. As notícias da América do Norte são excepcionais, pois 19% delas questionam claramente os estereótipos de gênero, em contraste com as notícias do Oriente Médio, onde apenas 1% das notícias revoga as narrativas simplistas sobre os papéis, atributos e capacidades das pessoas em função do gênero.

Os estereótipos de gênero são mais frequentes nas notícias sobre política e economia, dois âmbitos em que os homens detêm o poder. Com o tempo, o desafio aos estereótipos continua a limitar-se, em grande medida, a temas em que é mais seguro questionar o *status quo* das relações de poder enviesadas entre gêneros. Trata-se de notícias sobre celebridades, arte, meios de comunicação e temas sociais e legais. As notícias sobre violência de gênero desafiam os estereótipos de gênero mais do que quaisquer outras notícias, com 17%. Embora seja louvável, este nível é insuficiente para transformar as normas prejudiciais que perpetuam tal violência.

A probabilidade de as notícias citarem marcos de direitos humanos ou igualdade de gênero

tem flutuado modestamente, oscilando entre 7% e 11% durante os 15 anos em que este indicador foi medido. A perspectiva de direitos humanos está ausente em aproximadamente 9 em cada 10 notícias.

As notícias *online* são menos propensas a integrar uma perspectiva de direitos humanos do que as publicadas nos meios tradicionais, mas a probabilidade de as mulheres serem as protagonistas é maior nas notícias digitais (15%, contra 10% nas notícias tradicionais).

Em todos os temas das notícias, exceto nas relacionadas à violência de gênero, o gênero do/a repórter influencia ligeiramente a integração de uma perspectiva de gênero. Apenas 3% das notícias escritas por mulheres desafiam claramente os estereótipos de gênero, em comparação com 2% das produzidas por homens. 12% das notícias assinadas por mulheres destacam-se questões de (des)igualdade de gênero, em comparação com 10% das assinadas por homens. Os 8% dos artigos escritos por mulheres adotam uma abordagem sobre direitos humanos, em comparação com 7% dos escritos por homens. No caso das notícias sobre violência de gênero, por exemplo, as repórteres estão 10 pontos percentuais à frente dos homens no destaque à desigualdade de gênero.

A mensagem do GMMP em 2025, trinta anos após Pequim, é que a indústria global da informação se encontra numa encruzilhada no seu avanço em direção à igualdade de gênero.

O ritmo quase estagnado de mudanças nos últimos 15 anos aponta para a necessidade de uma transformação radical nas estratégias de todos os atores do ecossistema informativo. Nas condições atuais e com as ferramentas disponíveis, é pouco provável que ocorra uma mudança notável em direção à igualdade de gênero. Os efeitos negativos da digitalização na indústria da informação e nas relações de gênero na Internet complicarão, sem dúvida, a tarefa de garantir os direitos das mulheres nos e através das notícias digitais.

CONTEXTO REGIONAL[5]

Dizer que a América Latina é a região mais desigual do mundo é um lugar-comum. No entanto, os dados disponíveis confirmam as desigualdades e as violações aos direitos humanos vividas pelos 17 países latino-americanos. Essa realidade social, econômica e política não é alheia aos meios de comunicação.

Recentemente, na XVI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, realizada no México em agosto de 2025, os países firmaram o Compromisso de Tlatelolco, que estabelece uma década de ação 2025-2035 na América Latina e no Caribe para acelerar a conquista da igualdade substantiva de gênero e da sociedade do cuidado, mediante transformações nos âmbitos político, econômico, social, cultural e ambiental.

O Consenso de Tlatelolco reconhece "o agravamento da situação econômica, social e ambiental como consequência das múltiplas crises inter-relacionadas em nível internacional, incluindo a crise dos cuidados, os conflitos armados, as emergências humanitárias, os crescentes efeitos da mudança climática global, a perda da biodiversidade, a desertificação, o elevado nível de endividamento público que apresentam numerosos países da região e a persistência das desigualdades, que afetam desproporcionalmente mulheres, adolescentes e meninas, especialmente aquelas que enfrentam formas múltiplas e interseccionais de discriminação".

Às desigualdades econômicas e sociais somam-se condições políticas com graves implicações para quem produz notícias. Um dos campos de maior avanço em alguns países é o político, exemplo disso é a chegada de Claudia Sheinbaum Pardo, primeira mulher presidenta do México, e Xiomara Castro em Honduras. Contudo, é também a partir do campo político que se têm empreendido ações contra a liberdade de expressão. Casos como Javier Milei na Argentina ou Nayib Bukele em El Salvador chamam a atenção. Outros retrocessos democráticos se expressam justamente no âmbito político, por meio de restrições ao espaço cívico e à participação social.

O avanço de políticas conservadoras e antidireitos e de governos autoritários faz desta região uma zona de risco para quem defende os direitos humanos, entre eles a liberdade de expressão. Nesse contexto, a Relatoria para a Liberdade de Expressão (RELE) da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Relatório anual, 2024) expressou sua profunda preocupação com a persistência de elevados índices de violência letal contra jornalistas na região, que somente em 2024 tiraram a vida de 22 profissionais: oito no México, sete na Colômbia, três no Haiti, dois em Honduras, um no Equador e outro na Jamaica. Destacam-se Cuba, Nicarágua e Venezuela pela "erosão do sistema democrático" e ausência de garantias para o exercício da liberdade de expressão e outros direitos.

A estigmatização da defesa de direitos e dos/das jornalistas transformou a região em um

[5] Texto padrão fornecido pela coordenação regional (América Latina) do GMMP.

campo minado, onde as opções são reproduzir a narrativa governamental, enfrentar censura, sofrer deslocamento forçado, exílio ou até abandonar a profissão. Preocupa particularmente o aumento da violência digital, com impacto diferenciado e agravado para mulheres jornalistas. A RELE aponta “o deterioro do ambiente para o exercício da liberdade de expressão na região, caracterizado pela baixa tolerância de quem exerce funções públicas e lideranças políticas às críticas e aos processos deliberativos. Essa tendência tem sido acompanhada por uma crescente centralização do discurso público nas mãos da voz oficial, que com frequência qualifica a imprensa como ‘mentirosa’, ‘corrupta’ ou ‘inimiga’.”

A imprensa em toda a região enfrenta governos que utilizam os meios de comunicação para amplificar suas narrativas estigmatizadoras da atividade jornalística e da defesa dos direitos humanos. Tornaram-se frequentes as estratégias legais e judiciais para dificultar a busca de informação e o impulso de leis que pretendem limitar sua atuação. De acordo com Repórteres sem Fronteiras (2025), “o jornalismo nas Américas enfrenta desafios estruturais e econômicos persistentes: concentração dos meios de comunicação, fragilidade dos serviços públicos de informação e precariedade das condições de trabalho. Nos últimos anos, o colapso dos modelos econômicos tradicionais dos meios agravou a crise. Enquanto os ingressos publicitários migram para plataformas tecnológicas globais e os hábitos do público evoluem, as redações se reduzem e a independência editorial se enfraquece. Na Classificação Mundial da Liberdade de Imprensa 2025, 22 dos 28 países da região registraram quedas em seu indicador econômico.”

Na Argentina, o governo liderado por Milei tomou medidas como o fechamento do Ministério das Mulheres, Gênero e Diversidades em um país onde somente em 2023 foram registrados 250 casos de feminicídio. Soma-se a essa medida o silenciamento das páginas web e redes sociais dos meios públicos e o desmantelamento da Defensoria do Público de Serviços de Comunicação Audiovisual e da agência pública de notícias Télam em 2024.

Na Bolívia o panorama não é diferente. De acordo com Repórteres sem Fronteiras, “o período de convulsões e de instabilidade política provocado pelo exílio forçado do ex-presidente Evo Morales, no final de 2019, e encerrado com a eleição de Luis Arce, empossado em novembro de 2020, foi marcado por numerosos ataques contra a imprensa: intimidações, assédio, agressões físicas, roubo de material e censura em rádio e televisão.”

O Relatório da Violência contra Jornalistas e da Liberdade de Imprensa no Brasil da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), referente ao ano de 2024, analisou um cenário de agressões, intimidações e censura, registrando 144 casos de ataques contra profissionais, o que representa o número mais baixo nos últimos seis anos. Apesar da queda em relação ao pico de violência durante o governo anterior, o panorama continua alarmante, e a redução deve ser observada com cautela devido a tendências preocupantes, como o aumento da violência judicial e os ataques dirigidos a mulheres jornalistas. O espectro político de direita e extrema direita continua no topo da lista de agressores, sendo responsável por mais de

40% dos casos.

Entre os tipos de violência mais recorrentes encontra-se o assédio judicial, que representa cerca de 15,97% dos casos. Essa instrumentalização do sistema de justiça por parte de políticos, empresários e líderes religiosos é utilizada como ferramenta de intimidação e censura, com o objetivo de silenciar os profissionais mediante processos judiciais abusivos. Correlativamente, a categoria que apresentou o maior crescimento proporcional foi a censura, que mais do que duplicou, passando de 5 para 11 casos. Além disso, houve um total de 30 casos de agressões físicas e 27 ameaças diretas presenciais. Embora não tenha sido registrada nenhuma morte de jornalistas, ocorreram situações de alto risco, como um jornalista ameaçado com uma arma por um vereador, o automóvel de uma equipe de televisão atingido por disparos de bala durante uma cobertura e rajadas de tiros disparadas contra a residência de outro profissional.

A transição democrática no Chile impacta os meios de comunicação do país. As políticas empreendidas por Gabriel Boric distam da promessa de defesa da liberdade de expressão. Cristóbal Chávez Bravo e Claudia Lagos Lira (CIPER, 2025) apontam a pouca tolerância da classe política às críticas e o uso de plataformas digitais e redes sociais para produzir conteúdos favoráveis ao presidente. Uma onda digital que também se apresenta em outros países.

A chegada de Francia Márquez à Vice-Presidência da Colômbia em 2022 gerou grande expectativa sobre a transformação governamental. Sua figura, mulher afrodescendente, líder social e ambiental, portadora de reivindicações historicamente marginalizadas, condensou narrativas de justiça racial, de gênero e territorial que adquiriram centralidade no espaço midiático. No entanto, sua ascensão também revelou as estruturas persistentes de racismo e sexismo estrutural no país, assim como as tensões políticas que marcaram o novo governo.

Nesse cenário, a disputa discursiva entre Presidência e imprensa se intensificou. Como assinala Johansson Cruz Lopera (2023), “a relação entre o presidente Gustavo Petro e os meios de comunicação tem sido tensa desde o início de seu mandato […] Petro criticou repetidamente os meios pelo que considera uma cobertura parcial e tendenciosa […] e os acusou de serem parte de uma campanha de desinformação comprometida com interesses econômicos e políticos.”

Essa tensão institucional, somada ao viés histórico dos meios nacionais contra lideranças afro e femininas, configurou um ambiente informativo altamente polarizado. Diante disso, Juan David Cárdenas, Danghelly Zúñiga e Javier Ferreira (Cárdenas Ruiz, 2025)[6] identificaram que na cobertura internacional de Francia Márquez sua visibilidade foi amplificada a partir de chaves interseccionais, afetivas e algorítmicas, conferindo-lhe um enquadramento mais favorável que contrastou com as narrativas locais dominadas pela

[6] Estudios sobre el Mensaje Periodístico. Próxima publicação.

estigmatização e pelo conflito.

A Costa Rica enfrenta uma crescente tensão entre o governo e a imprensa opositora. Um informe da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP, 2025) alerta sobre o deterioro da liberdade de expressão sob a administração de Rodrigo Chaves, marcada pelo assédio a meios críticos, pela normalização de discursos de ódio e pela invisibilização da situação de violência contra mulheres e meninas. A situação se agrava diante do iminente leilão do espectro radioelétrico previsto para 2026, processo que desperta temor entre meios comunitários pelo risco de exclusão e concentração midiática.

O aumento da violência no Equador, com a taxa mais alta da América Latina, marca o governo de Daniel Noboa. Apagões de energia, aumento dos custos da cesta básica e dos combustíveis, falta de credibilidade nas lideranças políticas e crise no setor prisional caracterizam o país. A isso se soma, como consequência, o aumento dos casos de feminicídio e da violência contra as mulheres. Evidencia-se um enfraquecimento geral da confiança da população nos meios de comunicação e nas plataformas digitais, motivado pela proliferação de notícias falsas e pela falta de veracidade e consistência das fontes informativas.

A situação se agrava em contextos de autoritarismo, como é o caso de El Salvador, onde o governo de Bukele empreendeu uma perseguição contra o meio digital mais importante do país, *El Faro*.

Angélica Cárcamo, colaboradora de *El Faro* (1º de setembro de 2020), assinala: “A existência de jornalistas e meios independentes é crucial para supervisionar, investigar e questionar as ações realizadas pelas administrações públicas. É por isso que os governos estão chamados a gerar garantias para o cumprimento da liberdade de expressão, imprensa e acesso à informação. Em El Salvador, no entanto, a situação atual aponta mais para retrocessos.”

Essa realidade se vive em toda a região. Na Guatemala persiste a concentração da propriedade corporativa dos meios. Em consequência, a agenda informativa responde a olhares hegemônicos que não refletem as realidades e a diversidade da população.

Repórteres sem Fronteiras (2025) assinala que Bernardo Arévalo, no início de seu governo, facilitou o acesso à informação governamental. “... autorizou uma visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), com a participação do Relator Especial para a Liberdade de Expressão, a primeira desse tipo em oito anos.” Assinou a Declaração de Chapultepec; no entanto, segue sem ser aprovada a política pública de proteção a jornalistas e persiste a criminalização contra comunicadores/as e jornalistas independentes, comunitários e indígenas que denunciam corrupção, efeitos de projetos extrativos e/ou cobrem as demandas de movimentos cidadãos em defesa da democracia.

A Rede Rompe o Medo, entre janeiro e julho de 2024, registrou 34 agressões contra jornalistas. “As principais ameaças procediam de funcionários públicos e forças de segurança, com agressões que incluem intimidação, ameaças e assédio legal. Essas

agressões levaram os jornalistas à autocensura e reduziram a qualidade da informação disponível ao público." Além disso, um número considerável encontra-se no exílio e José Rubén Zamora, ex-diretor de *El Periódico*, está encarcerado de maneira arbitrária há três anos.

A mesma organização refere que a imprensa hondurenha "vive uma lenta descida ao inferno há mais de uma década, desde o golpe de Estado de 2009". Honduras continua sendo um dos países mais perigosos para o exercício jornalístico.

Como no restante da região, a concentração midiática nas mãos de políticos, empresários e grupos religiosos, assim como o fechamento da publicidade oficial, limita a atividade jornalística.

O avanço das mulheres na política é um elemento crucial para sua presença na agenda noticiosa. Este é o caso do México, país que vive o primeiro governo liderado por uma mulher, Claudia Sheinbaum Pardo.

Com a primeira presidenta, a igualdade de gênero tornou-se um tema recorrente, ao menos na narrativa oficial. "Chegamos todas" é o slogan que se repete em cada fórum institucional, embora isso não se reflita na política pública, já que a violência contra as mulheres não diminui e o plano de governo, com seu orçamento, não garante verbas específicas para enfrentá-la.

Em 2025, o país viveu outro fato histórico: a primeira eleição do poder judicial. Com a paridade legislada, a participação das mulheres nesse processo eleitoral também ampliou sua presença midiática com diferentes enfoques: como analistas, como participantes do processo, mas também, cada vez mais, como políticas apontadas em casos de corrupção e violência.

Nesse contexto, Comunicação e Informação da Mulher A.C (CIMAC) alertou para a violência agravada contra a imprensa. Em seu último relatório sobre violência contra mulheres jornalistas, *As formas do assédio* (2025), encontrou "um padrão sustentado de hostilidade institucional e sociopolítica", o qual registrou "o dobro de agressões em relação ao período anterior", acumulando 1.189 casos, dos quais 47 ocorreram durante a conferência *Mañanera*, além de um aumento de 117% em comparação aos 548 casos apresentados durante a administração anterior de Enrique Peña Nieto.

A Federação pela Liberdade de Expressão e Democracia na Nicarágua (2024) chamou atenção para a erosão da liberdade de imprensa no país. "Apesar de uma ligeira diminuição no número de casos de violações reportados em comparação com 2023, essa redução é um espelho enganoso que oculta uma realidade mais inquietante: o aumento da autocensura entre jornalistas e meios de comunicação."

A Nicarágua não escapa dos discursos estigmatizantes da atividade jornalística, que geram um ambiente hostil capaz de silenciar vozes críticas, por meio de agressões físicas, abuso policial e outras formas de repressão, como desaparecimentos forçados, deslocamentos

forçados e detenções arbitrárias.

O bloqueio de informação é uma das estratégias dos governos da região para inibir a liberdade de expressão; nesse contexto, ocorrem ataques diretos contra a imprensa que evidenciam a importância da informação no controle governamental.

O Centro de Comunicação e Direitos do Panamá (CeCoDes) alertou para o fechamento da informação e a restrição das telecomunicações, que afetaram cerca de 200 mil pessoas diretamente e foram executadas pela Autoridade dos Serviços Públicos (ASEP), em 20 de junho de 2025, por ordem do presidente do Panamá, José Mulino, como parte de medidas que incluíram a suspensão das garantias constitucionais para controlar a província caribenha, uma das mais empobrecidas do país, após dois meses de protestos contra a Lei 462, que transformou as contribuições da seguridade social em contas individuais administradas por banqueiros. É notável o avanço de grupos específicos no poder, como o setor empresarial e os grupos antidereitos.

A agência *Presentes* (2024) denunciou o avanço dos grupos antidereitos no primeiro ano de governo de Santiago Peña no Paraguai, país onde foram impulsionadas leis contra organizações não governamentais e contra a defesa dos direitos humanos.

A Coordenadora de Direitos Humanos do Paraguai assinala que “as milícias digitais do cartismo buscaram instalar nas redes sociais uma série de narrativas desinformativas. Entre elas, o relato da defesa da soberania contra agentes estrangeiros que pretendem introduzir a ‘ideologia de gênero’.”

A desinformação, somada ao espaço conquistado pelas narrativas conservadoras, constitui um atentado contra os direitos humanos conquistados nos últimos anos e representa o avanço de narrativas que pretendem excluir as mulheres dos espaços públicos.

Assim como no Paraguai, em toda a região alerta-se para o uso dos meios de comunicação como ferramenta estratégica para invadir o espaço digital com mensagens estigmatizantes da defesa dos direitos humanos e da liberdade de imprensa.

Silvia Higuera, na *Latam Journalism Review* (20 de abril de 2025), afirma que “os três poderes do Estado peruano estão acusados de lançar ataques contra jornalistas. Na imagem aparecem a presidenta Dina Boluarte, o Palácio da Justiça e o Congresso”. Os ataques se expressam em demandas judiciais, leis restritivas e ataques verbais perpetrados por políticos, incluindo a presidenta.

O último Índice de Chapultepec da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), que estuda anualmente a situação da liberdade de imprensa no continente, confirmou um grave retrocesso nas liberdades de imprensa e expressão no Peru.

De acordo com Repórteres Sem Fronteiras (RSF), o Peru sofreu uma queda acentuada: da posição 77 que ocupava em 2022 passou para a 110 em 2023. E em 2024 já estava na posição 125 entre 180 países. “O jornalismo investigativo se mantém em meios digitais, e aumenta o uso das redes sociais para coberturas ao vivo, enquanto a desinformação

persiste.”

Enquanto isso, no Uruguai, a aplicação da nova Lei de Meios (2024) foi considerada uma ameaça contra os meios de comunicação, pela impossibilidade de criar novos veículos e pelo fortalecimento dos monopólios midiáticos.

O Índice Chapultepec assinala que no Uruguai “apesar do bom clima que existe no país quanto ao exercício da liberdade de expressão, ainda há concentração de meios e ameaças leves, como discursos degradantes contra jornalistas.”

A Venezuela também vive sob a potencial violação dos direitos humanos, particularmente da liberdade de expressão. A *Latam Journalism Review* (9 de março de 2025) assinala que “jornalistas e organizações de liberdade de imprensa expressaram preocupação com a potencial violação de direitos fundamentais e a obstrução do fluxo de informação por parte do regime de Nicolás Maduro mediante a aplicação de duas novas leis.”

Trata-se da Lei de Supervisão, Regulação, Funcionamento e Financiamento das Organizações Não Governamentais e das Organizações Sociais sem Fins Lucrativos. Conhecida popularmente como Lei Anti-ONG ou Lei Anti-Sociedade, aprovada em 15 de agosto de 2024. Uma lei que representa risco para os meios, já que a maioria dos meios de comunicação independentes está constituída como organizações sem fins lucrativos, com restrições para seu registro e financiamento.

A segunda é a Lei Orgânica Libertador Simón Bolívar Contra o Bloqueio Imperialista e em Defesa da República Bolivariana da Venezuela, conhecida como Lei Simón Bolívar, que inclui regulações que poderiam impor obstáculos legais à imprensa crítica. “Essa lei foi anunciada como uma medida para defender o país do bloqueio e das sanções impostas por países estrangeiros ao governo de Maduro. No entanto, o IPYS acredita que, na realidade, faz parte da estratégia do regime para criminalizar a informação e a opinião pública e oficializar a censura em assuntos de interesse público.”

Nesses contextos de diversificação das fontes de ameaça aos meios de comunicação em toda a região, acontece o GMMP. Como se observa, a inibição da atividade jornalística tem consequências diretas nas coberturas, nas quais os direitos humanos das mulheres não são prioridade.

CONTEXTO NACIONAL

O Brasil tem uma população estimada de 213.421.000 pessoas em 2025. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 99,5% das pessoas com idade de 6 a 14 anos estão matriculadas em estabelecimentos educacionais, mas o país ainda enfrenta o analfabetismo (5,3%) entre aquelas com idade a partir de 15 anos. As taxas de natalidade vêm caindo ano após ano, acompanhando a tendência demográfica em países ocidentais e, segundo os dados mais recentes, a taxa de fecundidade está em 1,76 filho por brasileira. A taxa de desemprego vem diminuindo e estava em 5,8% no segundo trimestre do ano.

No entanto, a "pandemia" de 2025 continua a ser a violência cotidiana. De acordo com o Atlas da Violência 2025, uma média de 60 jovens são assassinados por dia no Brasil. Em 2023, 34% das mortes de jovens no país por homicídios. Aplicando-se lentes de gênero, torna-se evidente que a violência possui gênero, raça e classe preferenciais.

Com relação às mulheres, o Atlas da Violência 2025 traz o seguinte dado: "em 2023, os registros apontam para 3.903 mulheres vítimas de homicídio, o que equivale a uma taxa de 3,5 mulheres por grupo de 100 mil habitantes do sexo feminino". Esses números, obtidos a partir dos registros disponíveis no sistema de saúde, estão abaixo do número estimado para o período, que é 17,1% maior e, portanto, totaliza 4.492 mulheres assassinadas em 2023. Do total de mulheres assassinadas, 68,2% eram negras.

A violência contra pessoas LGBTQIA+ também tem crescido de maneira alarmante. De 2022 para 2023, os casos de violência contra homossexuais e bissexuais registrados no sistema de saúde brasileiro aumentaram 35% e os casos de violência contra pessoas transsexuais e travestis cresceram 43%.

Em nível global, atualmente, o Brasil ocupa o 84º lugar no Índice de Desigualdade de Gênero das Nações Unidas. Esse índice mede a desvantagem de gênero em três dimensões: saúde reprodutiva, empoderamento e mercado de trabalho. Ele revela a perda no desenvolvimento humano potencial devido à desigualdade entre as conquistas femininas e masculinas nessas dimensões. Esses indicadores demonstram a complexidade dos desafios enfrentados por um país marcado pela riqueza e diversidade, mas oprimido por desigualdades que limitam o acesso das pessoas econômica e socialmente mais vulneráveis às posições de poder.

Em 2025, o Brasil vive a retomada de políticas públicas atentas às populações situadas nas periferias da sociedade, reafirma sua soberania diante de outros países e consolida a sua democracia. No entanto, ainda enfrenta resistências nos segmentos conservadores da sociedade, especialmente na política, para avançar nos setores estratégicos elencados pela Plataforma de Ação de Pequim (PAP).

No que diz respeito à Seção J ("mulheres e a mídia") da PAP, a sub-representação das mulheres no noticiário e a baixa ocupação feminina nos cargos de tomada de decisão da indústria jornalística permanecem como desafios persistentes. Dados do *Reuters Institute* de

2024, divulgados pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), revelam que apenas 21% das redações no Brasil são lideradas por mulheres. Apesar de ser um campo profissional cada vez mais feminizado, os cargos com maiores remunerações e poder de decisão continuam a ser predominantemente masculinos.

Soma-se a isso o fato de, entre 2020 e 2025, a desinformação e o discurso de ódio dirigido a jornalistas em geral e às mulheres jornalistas em particular agravaram as desigualdades de gênero na indústria jornalística. Lançadas ao escrutínio público e alvos de ataques misóginos, as jornalistas enfrentam nas redes sociais digitais ofensas ao seu trabalho e à suas existências, minando a sua confiança para exercerem seus trabalhos e almejarem espaços de maior visibilidade. Além disso, a popularização de plataformas gratuitas de Inteligência Artificial (IA) se tornou uma fonte para a disseminação de textos e imagens sexualizados, distorcidos e violentos contra as mulheres.

No Brasil, como em outras partes do mundo, os dias que correm são desafiados pelas ameaças à paz global, pela violência contra populações vulneráveis e pelo caráter interseccional das desigualdades. As lutas pelos direitos humanos e pela justiça social ocorrem em variadas frentes e, por essa razão, o jornalismo - seus/suas profissionais e audiências - precisa estar atento às maneiras como lemos e construímos a realidade para todas as pessoas do nosso país.

RESUMO

Em 2025, pesquisadores, docentes, estudantes, ativistas e profissionais do jornalismo voltam a se unir em torno do *Global Media Monitoring Project* (GMMP). Considerado o maior monitoramento global das representações de gênero nas notícias, o GMMP no Brasil consolidou-se como um espaço de discussão, reflexão e trabalho colaborativo que envolveu 195 pessoas espalhadas pelo país e também no exterior. Por meio dessa grande rede, monitoramos notícias em jornais, emissoras de televisão, rádio e sites na internet. Utilizando a metodologia do GMMP, produzimos dados quantitativos e qualitativos que, mais uma vez, reafirmam a sub-representação das mulheres nas notícias e sua vinculação a papéis sociais de gênero associados ao feminino. No relatório brasileiro, esses dados são apresentados, discutidos e comparados com os obtidos na edição anterior do monitoramento, realizada em 2020. Esse relatório, disponível em acesso aberto, constitui-se também como uma oportunidade de reflexão crítica sobre as desigualdades de gênero dentro e fora da indústria jornalística nacional e, portanto, pode ser adotado como elemento de ignição para mudanças nos valores e práticas jornalísticos no Brasil.

UM DIA NAS NOTÍCIAS NO BRASIL

No dia 6 de maio de 2025, o noticiário brasileiro foi marcado pela preparação para a realização do conclave que, dias depois, escolheria o substituto do Papa Francisco, Leão XIV. As notícias tinham como foco as especulações acerca da nacionalidade do pontífice e se ele seria de uma ala mais progressista ou conservadora da Igreja. Em geral, os conteúdos sobre esse tema mobilizaram personalidades e especialistas religiosos masculinos, ampliando a presença masculina no noticiário nacional. Nessas notícias, as mulheres apareceram como figurantes e observadoras, sem identidade nem voz próprias.

ines249

História: Pesquisador revela que 'O diário de Anne Frank', um libelo contra o terror nazista, quase não foi publicado

O GLOBO 100

Em Roma, os cardeais sob holofotes antes da reclusão do conclave

Todos os 133 cardeais que escolherão o novo Papa já estão em Roma. Eles ficarão completamente isolados do mundo a partir de amanhã, quando começa o conclave. Celular e TV estão proibidos, e vazamentos são passíveis de excomunhão.

Questões sensíveis em pauta

Em reuniões que precedem o conclave, cardeais debateram divisão na Igreja, crise migratória e guerras, informa o enviado especial Bernardo Mello Franco. Colégio de padres em Roma virou bunker dos prelados brasileiros.

Figura 1 - Primeira página do Jornal O Globo (06/05/25)

Os acontecimentos internacionais também tiveram destaque entre as notícias, a exemplo dos contra-ataques da Ucrânia contra a Rússia e da realização de uma reunião entre o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o primeiro-ministro do Canadá, Mark Carney. No contexto nacional, os destaques na Política foram a apuração de denúncias de fraude no sistema de Previdência Social e o início do julgamento do chamado "gabinete do ódio"[7], responsável por articular a tentativa de golpe de 08 de janeiro.

A alteração de comando no Ministério das Mulheres recebeu apenas chamada de capa no jornal *Folha de S. Paulo*, com o seguinte título: "Lula demite Cida Gonçalves do Ministério das Mulheres". Passivada, a então ministra das Mulheres é representada como alvo de uma decisão unilateral do presidente. No texto, nem Cida Gonçalves nem Márcia Lopes — anterior e atual ministras — são citadas diretamente, e a nova ocupante da pasta aparece apenas numa foto ao lado do presidente Lula. A notícia é construída com foco nas questões partidárias e nas necessidades do presidente Lula de consolidar alianças políticas.

[7] Denominação dada à estrutura oculta e criminosa criada no âmbito do Governo Bolsonaro para produzir e disseminar discursos de ódio e notícias falsas contra opositores políticos e grupos minoritários da sociedade.

Figura 2 - Primeiras páginas dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo (06/05/25)

Outras informações comuns a diferentes meios de comunicação foram: a divulgação dos resultados de um estudo que mostrava que, a cada 10 brasileiros, três são analfabetos funcionais — como se pode ver na manchete da *Folha de S.Paulo*. Os dados do índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgados pela ONU, também ganharam visibilidade jornalística ao destacarem que o Brasil ocupa o 84º lugar no ranking mundial.

A morte da atriz mirim Milena Brandão, o atropelamento de um vigilante em São Paulo e a morte de um homem após ficar preso entre a porta da estação e o metrô — também em São Paulo — demonstraram o interesse mediático pela tragédia humana. O Dia das Mães, comemorado dias depois, em 11 de maio, foi noticiado a partir da movimentação no comércio, ou seja, do consumo.

No geral, foi um dia comum no noticiário e, exatamente por esta razão, as desigualdades de gênero tornaram-se evidentes nas maneiras como mulheres e homens foram representadas/os nas notícias. A voz dos homens foi mais ouvida por meio das peças jornalísticas, e as experiências masculinas, bem como seus interesses, tiveram maior visibilidade. No Conclave ou em outros temas, os homens foram sujeitos das histórias, e poucas vezes houve questionamentos sobre o lugar das mulheres no mundo ou sobre como determinado acontecimento poderia impactar a vida no feminino. Invisibilizadas ou restritas às experiências pressupostas ao seu sexo, as mulheres foram representadas no noticiário

brasileiro do dia 6 de maio de 2025 a partir dos papéis tradicionais que lhes são destinados — ou seja, da desigualdade de gênero.

O CONTEXTO

O jornalismo brasileiro, assim como em outros lugares, passa por uma fase de aguda transformação. É desafiado diariamente a sobreviver, apesar da digitalização e da plataformização da vida social, da precarização das relações de trabalho e da desinformação, que tenta minar sua credibilidade diante das audiências. Num cenário cada vez mais complexo, entendemos que ampliar o monitoramento das notícias no Brasil foi a melhor maneira de conferir diversidade à amostra e, assim, produzir dados que melhor representassem o jornalismo brasileiro atual.

Com o dobro de grupos e de pessoas em relação a 2020, ampliamos também a amostra. Os jornais impressos passaram de cinco em 2020 para 10 em 2025; as emissoras de rádio, de quatro para oito; o mesmo ocorreu com as emissoras de televisão; e o número de sites monitorados na internet subiu de cinco para 12 nesta edição. Os critérios de seleção continuaram a ser os mesmos previamente estabelecidos, conforme explicitado na tabela abaixo:

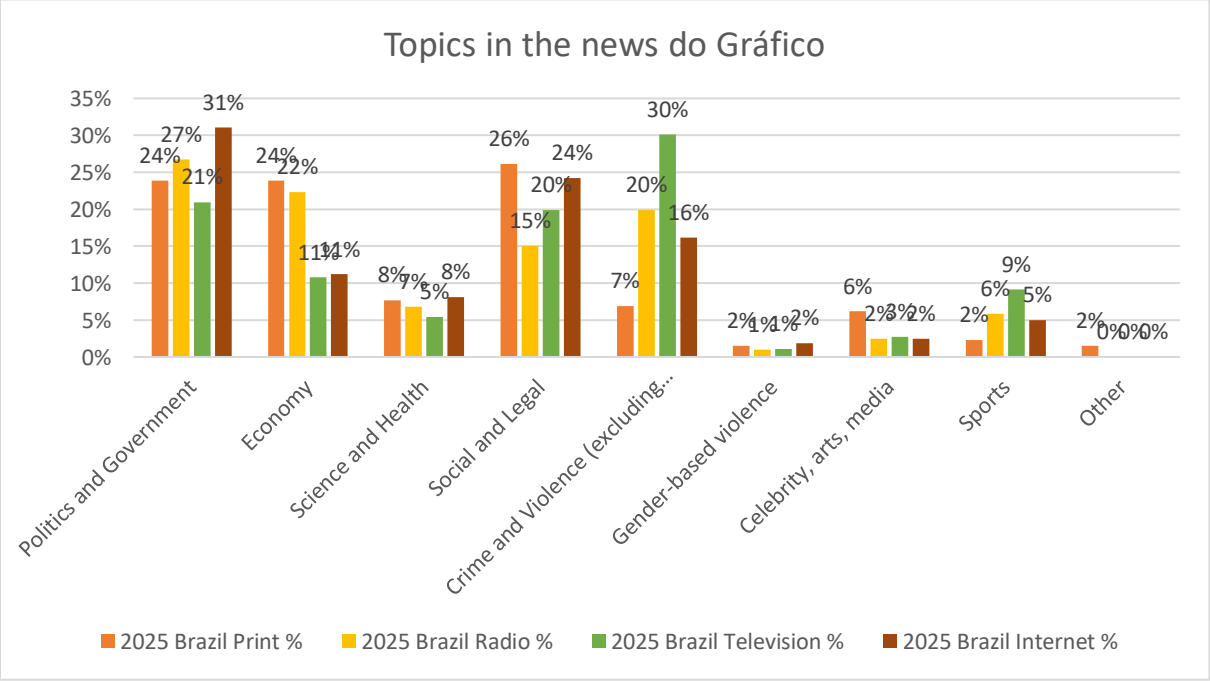
Tipo de meio	Critério de seleção	Meios monitorados
Jornais	Foram selecionados os impressos de referência e de maior circulação de acordo com o Índice de Verificação de Circulação (IVC).	1- O Liberal 2- O Povo 3- A Tarde 4- O Popular 5- Correio Brasiliense 6- O Estado de Minas 7- Folha de S. Paulo 8- O Estado de S. Paulo 9- O Globo 10- Zero Hora
Rádios	As emissoras monitoradas são rádios de amplo alcance nacional e/ou nas diferentes regiões do Brasil.	11- Jovem Pan 12- Rádio Globo / CBN 13- BandNews 14- EBC (Voz do Brasil) 15- Rádio Jornal de Recife 16- Rádio Cidade 17- Rádio Itatiaia 18- Rádio Gaúcha
Televisão	As emissoras de televisão selecionadas são canais abertos e com atuação nacional. Nesses canais, foram analisados os programas de maior audiência.	19- SBT 20- Record 21- Tv Brasil 22- Globo 23- Tv Gazeta 24- Tv Band 25- Rede TV 26- Tv Cultura
Internet	Na internet, foram escolhidos sites noticiosos com abrangência nacional e/ou nas diferentes regiões do Brasil.	27- A Crítica 28- Metrópoles 29- G1.com

		30- UOL.com.br 31- Folha.uol.com.br 32- Diário do Nordeste 33- Estadão.com.br 34- EBC.com.br 35- R7.com 36- Campo Grande News 37- Terra 38- Clickrbs.com.br

Essa ampliação também tornou possível expandir a amostra para além do eixo Sul-Sudeste, incorporando ao monitoramento parte da produção jornalística realizada nas diferentes regiões brasileiras. Apesar de a agenda noticiosa ter sido semelhante em todo o país, a inclusão de meios de comunicação em outras regiões trouxe questões e sotaques próprios — especialmente do Norte e do Nordeste — para o monitoramento.

TÓPICOS NAS NOTÍCIAS

Em 2020, 66% das notícias codificadas eram histórias relacionadas à Covid-19. Cinco anos depois, a pandemia já não é um tema presente nas notícias. No entanto, os tópicos mais representativos nas notícias continuam a ser "Política e Governo", "Economia", "Social e Legal" e "Crime e Violência", como mostra o gráfico[8] abaixo:



- Nos jornais, os tópicos mais presentes foram: "Social e Legal" (26%), "Política e Governo" (24%) e "Economia" (24%);

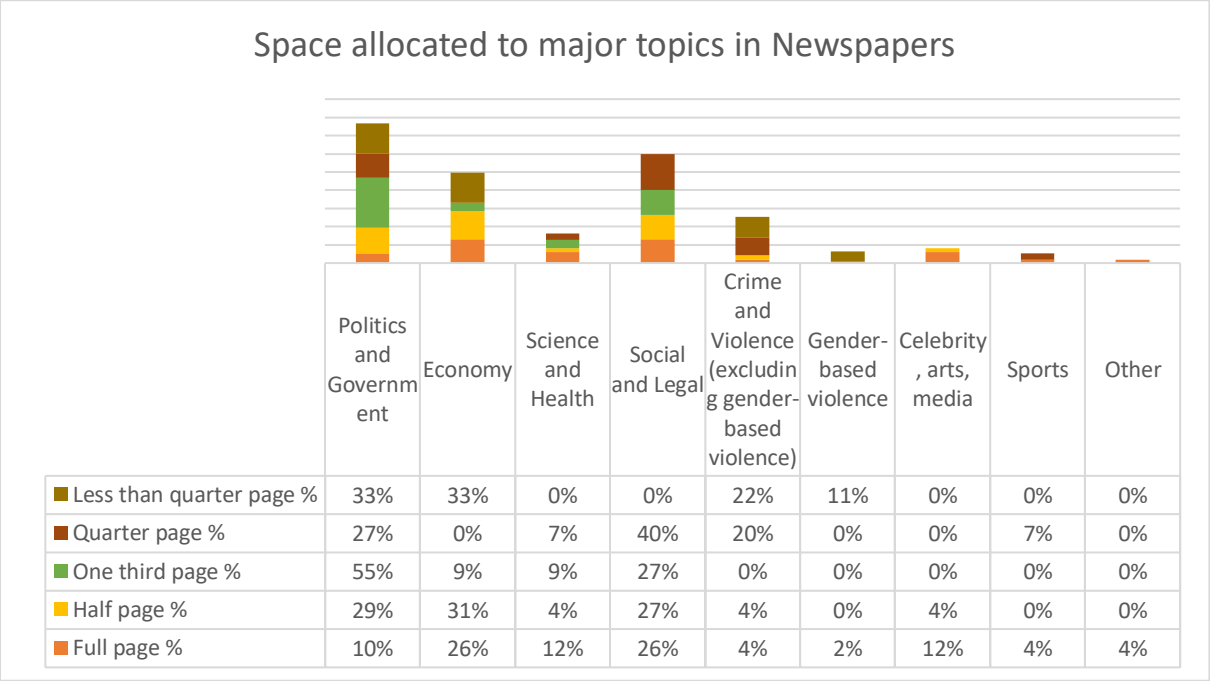
[8] Todos os gráficos foram gerados a partir de uma base de dados em inglês e, por essa razão, estão nesse idioma.

- Nas emissoras de Rádio, os tópicos mais frequentes foram: “Política e Governo” (27%), “Economia” (22%) e “Crime e Violência” (20%);
- Entre as emissoras de Televisão, prevaleceram os tópicos: “Crime e Violência” (30%), “Política e Governo” (21%) e “Social e Legal” (20%);

- Na Internet, os tópicos mais frequentes foram: “Política e Governo” (31%), “Social e Legal” (24%) e “Crime e Violência” (16%);

- Apesar de apresentar índices alarmantes de violência baseada no gênero, os percentuais de notícias relacionadas a esses tópicos foram residuais em todos os meios de comunicação analisados. Apenas 2% das notícias dos Jornais e da Internet e 1% das notícias em emissoras de Rádio e Televisão abordaram histórias de violência baseada no gênero entre as suas notícias;

Especificamente em relação às notícias nos impressos, as que receberam maiores espaços nas edições eram relacionadas aos tópicos “Economia” e “Social e Legal”. Em ambos os casos, as notícias representam 26% (cada) das notícias que ocuparam páginas inteiras nos impressos. Apesar de ser um dos tópicos mais frequentes entre as notícias dos jornais, os conteúdos sobre “Política e Governo” eram majoritariamente publicados em um terço de página (55%).

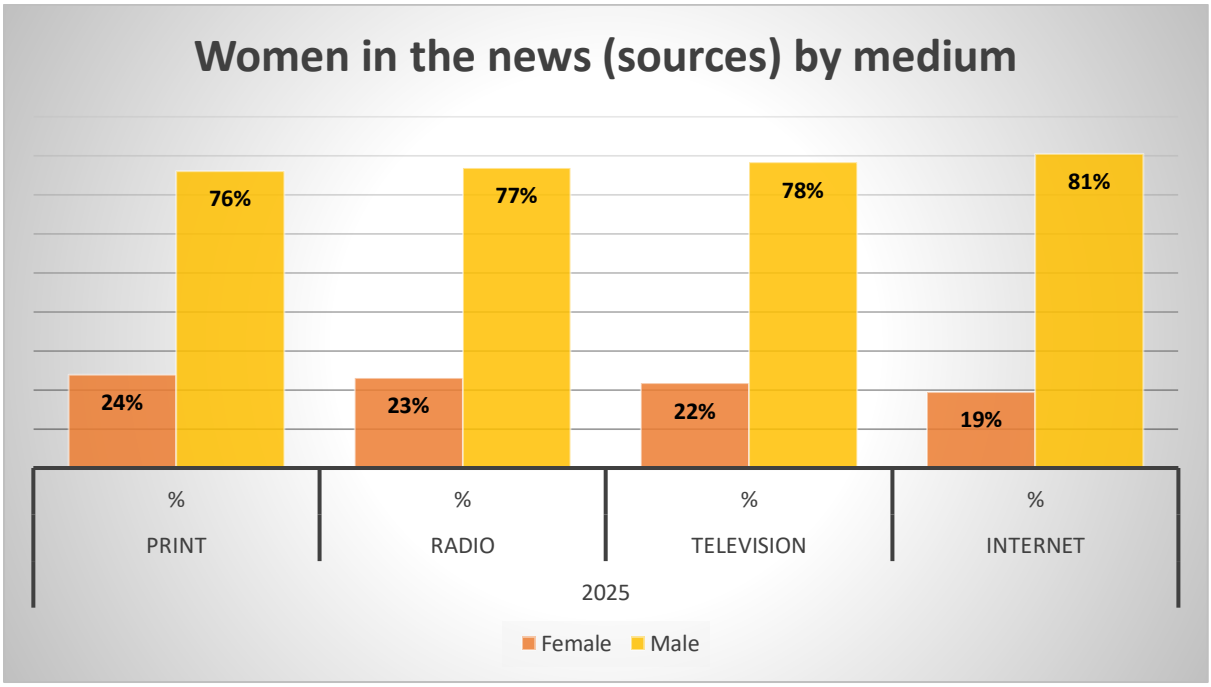


	Politics and Government	Economy	Science and Health	Social and Legal	Crime and Violence (excluding gender-based violence)	Gender-based violence	Celebrity, arts, media	Sports	Other
Less than quarter page %	33%	33%	0%	0%	22%	11%	0%	0%	0%
Quarter page %	27%	0%	7%	40%	20%	0%	0%	7%	0%
One third page %	55%	9%	9%	27%	0%	0%	0%	0%	0%
Half page %	29%	31%	4%	27%	4%	0%	4%	0%	0%
Full page %	10%	26%	12%	26%	4%	2%	12%	4%	4%

ASSUNTOS E FONTES DAS NOTÍCIAS

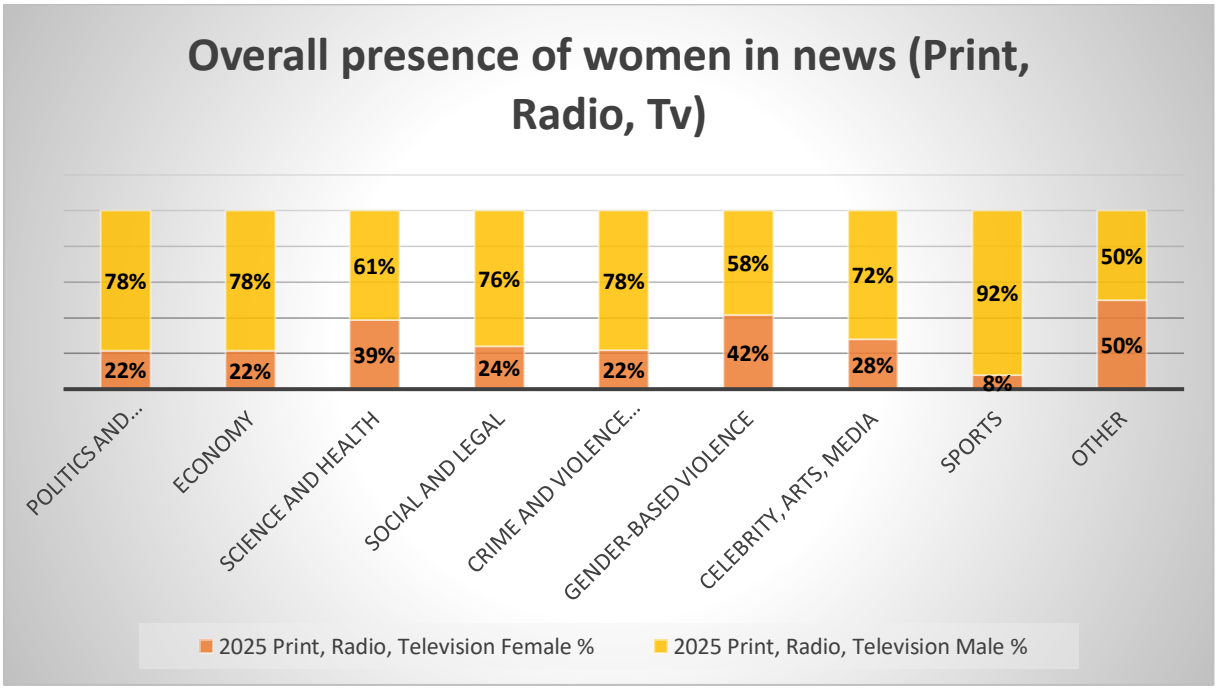
Nesta seção, serão abordados dados sobre os assuntos das notícias e as pessoas que são fontes das notícias, especialmente, quando são mulheres. Além de identificar como se dá a presença das mulheres nas notícias, interessa perceber como essa presença vem sendo caracterizada nos conteúdos, e mais especificamente, quais ocupações ou cargos profissionais são referidos, em quais tópicos elas estão mais presentes, entre outras informações.

- As mulheres são minoria entre as fontes consultadas pelos/as jornalistas nos diferentes meios de comunicação monitorados. São apenas 24% das fontes dos Jornais, 23% nas Rádios, 22% nas emissoras de Televisão e 19% na Internet. Esses números estão em linha com os dados globais que identificaram apenas 26% de mulheres entre as fontes das notícias nos diferentes países;

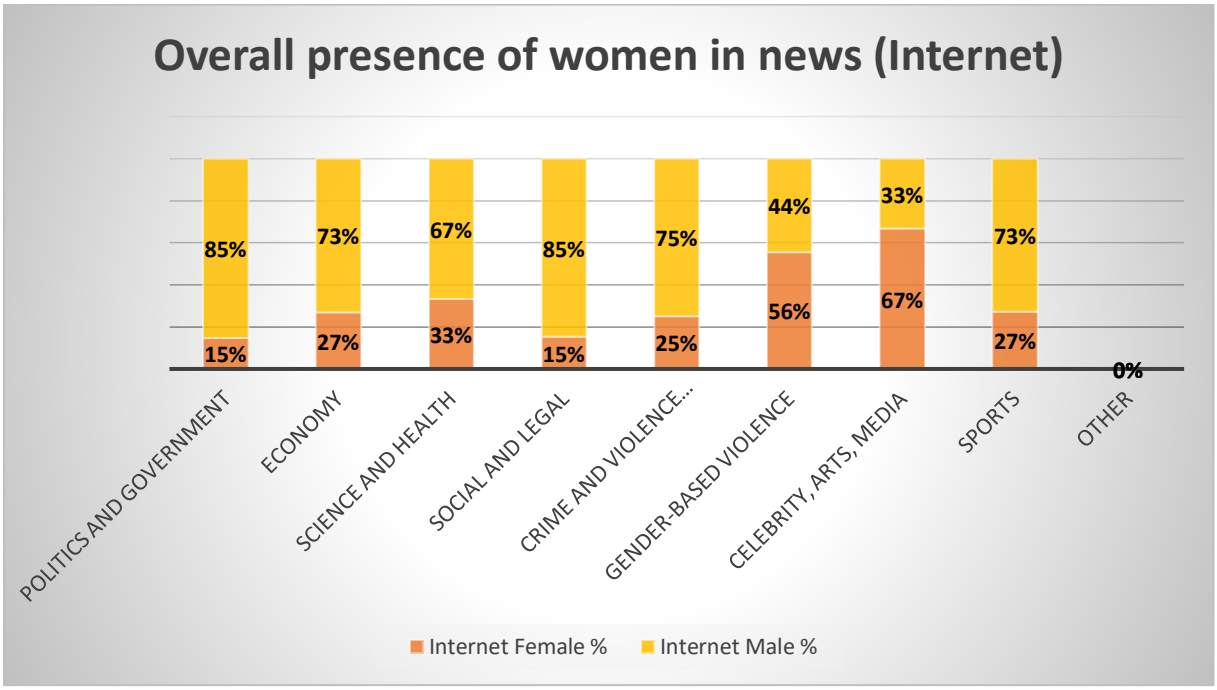


- Com relação aos tópicos (assuntos) das notícias, em jornais e emissoras de rádio e televisão, as mulheres são fontes em apenas 22% das notícias sobre “Política e Governo”, 22% das fontes em “Economia”, 24% das fontes em “Social e Legal”, 22% em “Crime e Violência”, 28% em “Celebridade, artes e mídia” e 8% das fontes sobre “Esportes”;

- Os tópicos com maior presença feminina são “Ciência e Saúde” (39%) e “Violência baseada no gênero” (42%). Nesse último caso, apesar de representarem a maior parte das vítimas dos crimes baseados em gênero, as mulheres são menos ouvidas que os homens nas histórias;



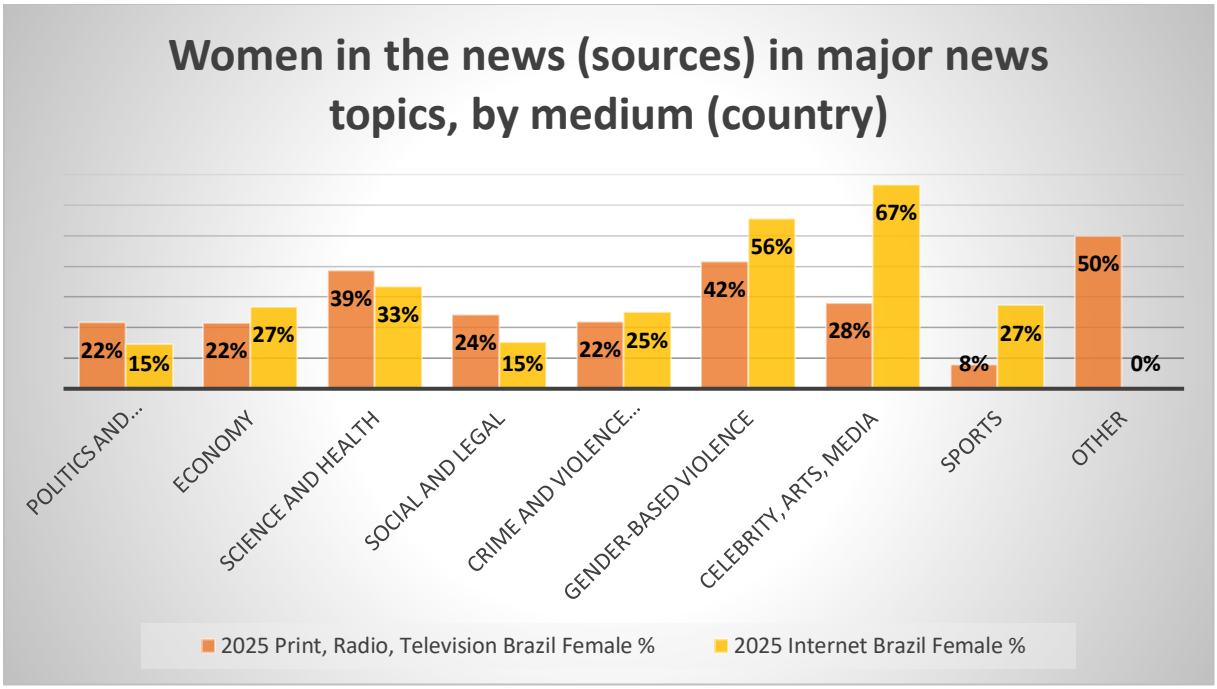
- Na internet, a sub-representação também ocorre em diversos tópicos. A participação das mulheres é ainda menor nos tópicos: “Política e Governo” (15%) e “Social e Legal” (15%). No entanto, as mulheres são maioria entre as fontes nas notícias relacionadas aos tópicos “Violência baseada no gênero” (56%) e “Celebridade, artes e mídia” (67%). Comparativamente aos outros meios de comunicação, as mulheres aparecem mais como fontes em notícias sobre “Esportes” (27%) na internet;



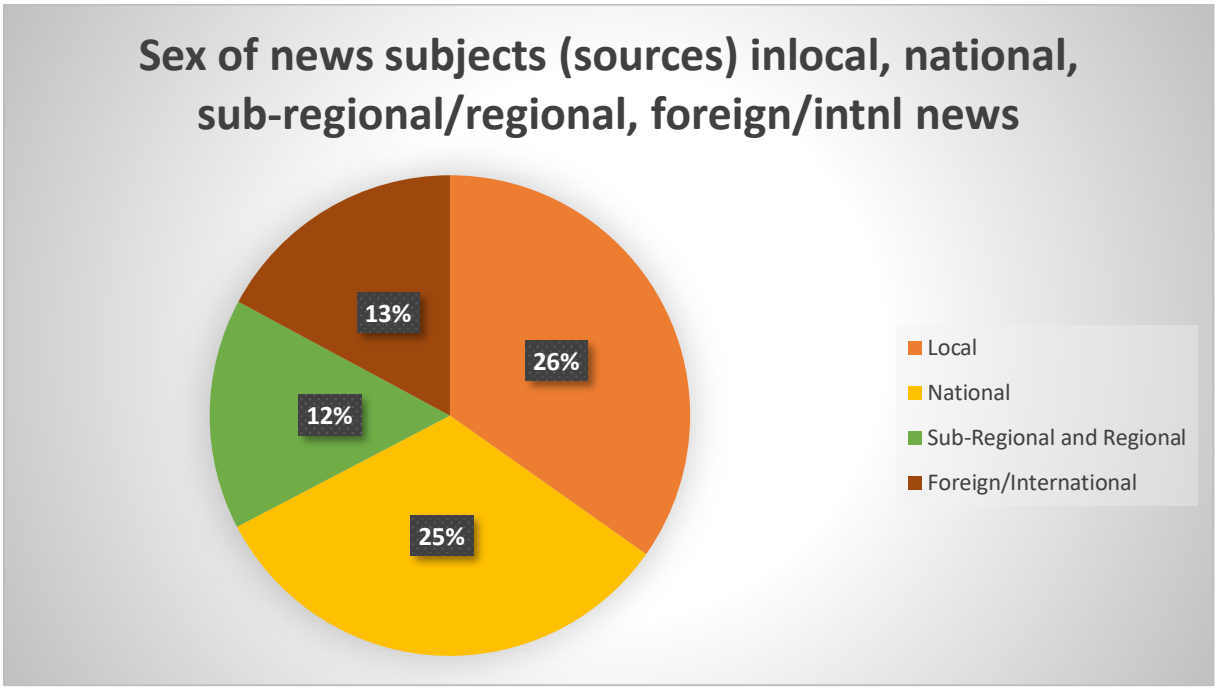
- Nos temas considerados mais “relevantes”, como Política, Economia e Violência, os homens

continuam a dominar o noticiário. No entanto, deve-se ressaltar que na área Ciência e Saúde, as mulheres têm avançado no que diz respeito à sua representatividade mediática;

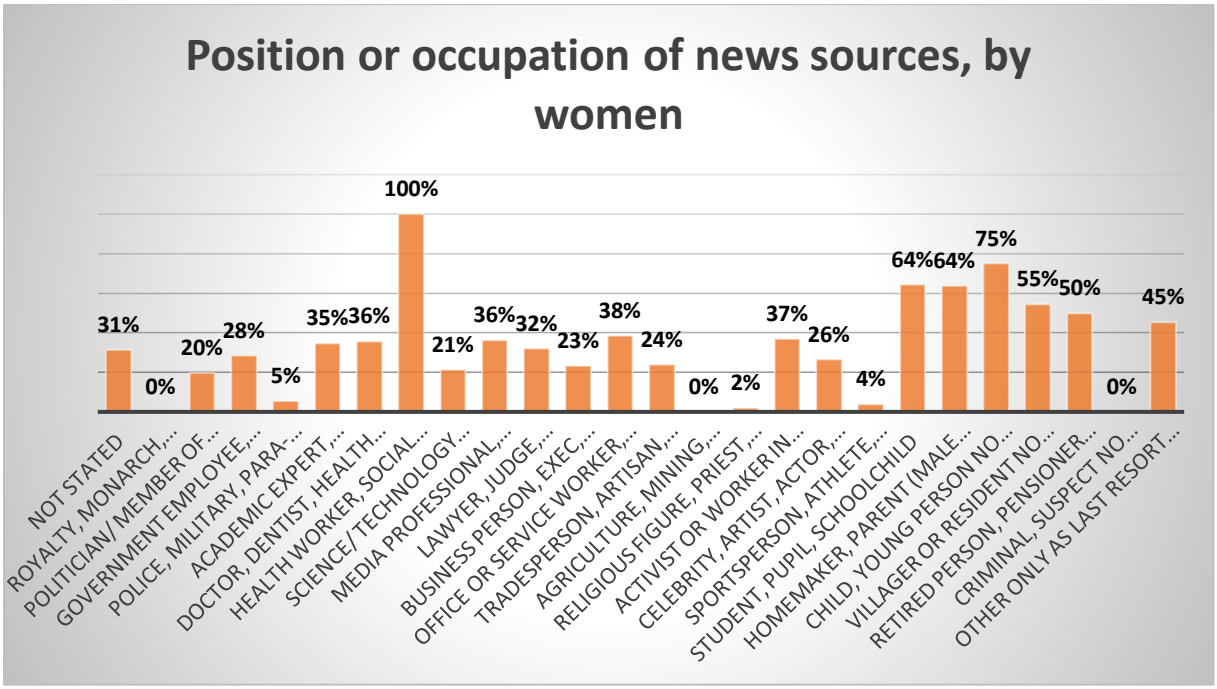
- Considerando apenas as mulheres fontes nas notícias, nos diferentes tópicos e meios de comunicação, nota-se como a Internet apresenta padrões diferentes dos media tradicionais em alguns tópicos, a exemplo dos assuntos “Esporte” e “Celebridade, artes e mídia”;



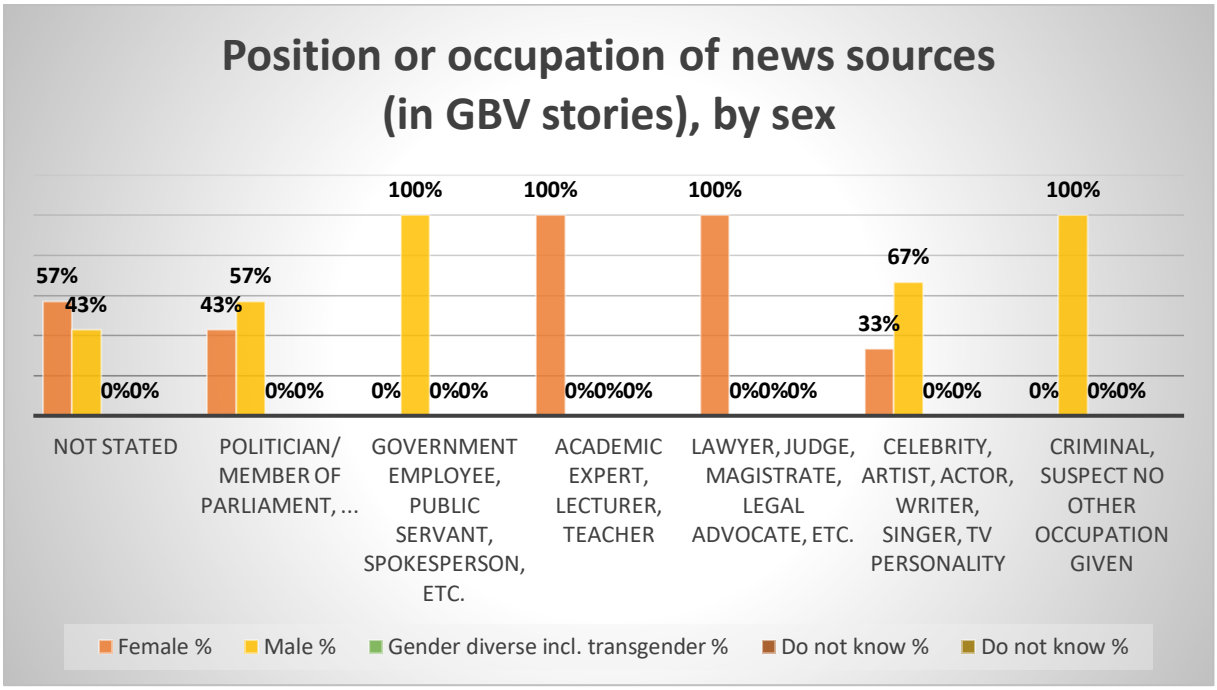
- Em 2020, 56% das mulheres fontes apareciam em notícias nacionais e apenas 2% em peças internacionais. Em 2025, a presença das mulheres em notícias nacionais (25%) e locais (26%) foi reduzida, mas cresceu a presença em contextos internacionais e da América Latina;



- As profissões exercidas pelas mulheres e referidas nos textos são importantes para que se possa identificar a representatividade feminina nas diferentes áreas de atuação. Entre as pessoas referidas como políticos/as, apenas 20% são mulheres. Apenas 5% dos/as policiais, 2% das figuras religiosas e 4% dos/as atletas também são mulheres;

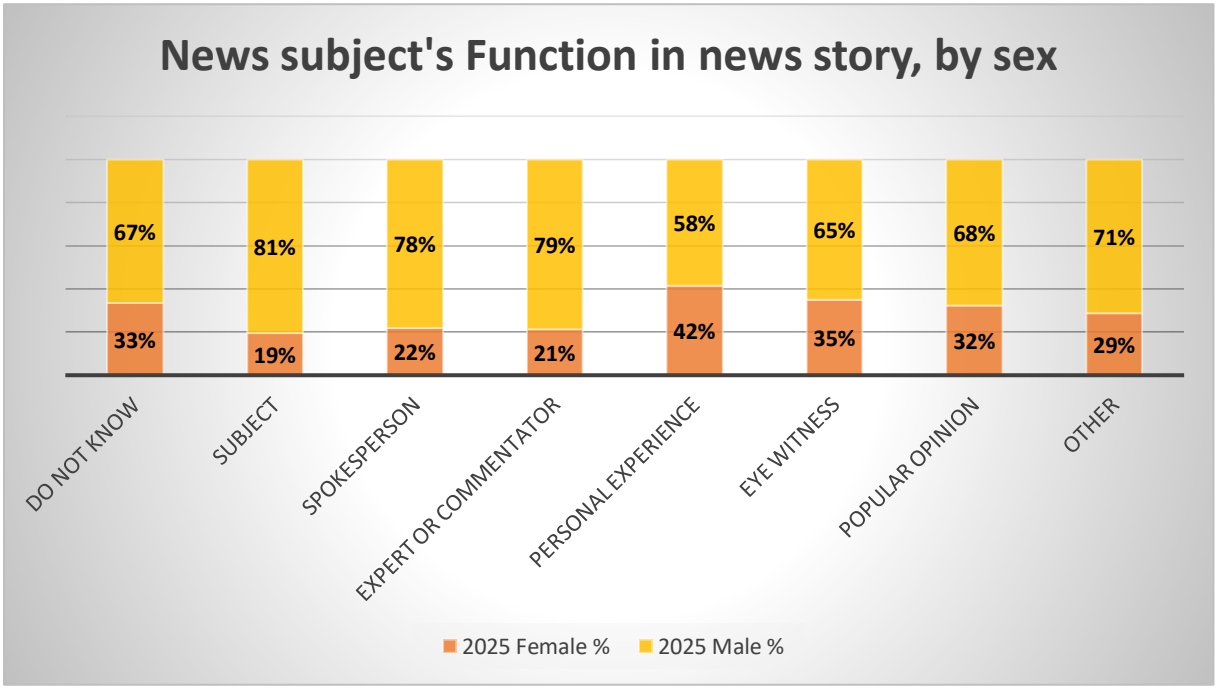


- As mulheres estão mais presentes entre os “profissionais de saúde, assistentes sociais, cuidadores/as de crianças” (100%), “crianças ou jovens” (75%), “donas de casa” (64%) e “estudantes” (64%);



- Nas histórias especificamente relacionadas às “Violências baseadas no gênero” (GBV pela sigla em inglês), os homens são 100% dos “criminosos e suspeitos” e dos “funcionários do governo, servidores públicos ou porta-vozes” consultados como fontes nos textos. Em contraposição, as mulheres são 100% dos/as especialistas (“acadêmicos/as, professor/a etc”) consultados/as sobre o tema, assim como são 100% dos/as operadores do Direito;

- As pessoas LGBTQIA+ continuam invisibilizadas nas notícias sobre “Violência baseada no gênero” publicadas no Brasil, apesar da violência generificada contra essa população;

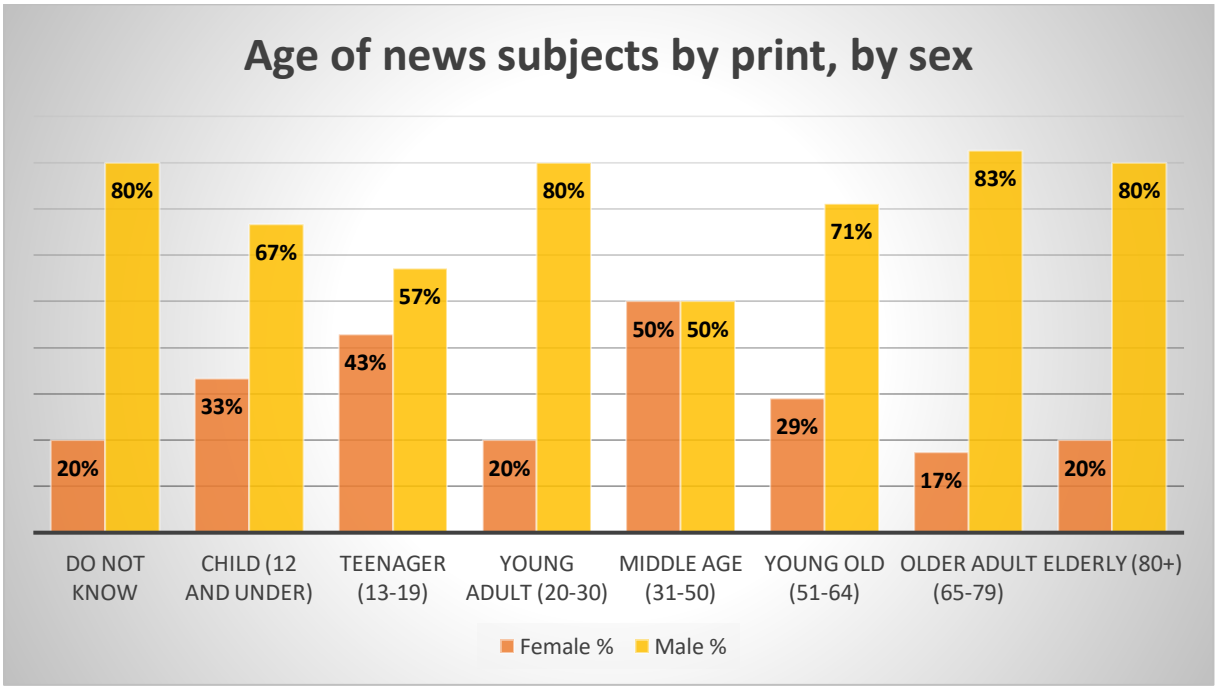


- Também importa identificar a função exercida pelas pessoas nas notícias. Em 2020, as mulheres eram 24% dos sujeitos, 16% dos porta-vozes, 25% dos especialistas, 59% das pessoas que falavam sobre suas experiências pessoais, 43% das testemunhas oculares e 29% das pessoas que expressavam opinião popular;

- Em 2025, a participação feminina diminuiu proporcionalmente em todas as funções elencadas pelo monitoramento. Sujeitos das notícias são as pessoas retratadas como centrais, ou seja, os textos são sobre elas ou sobre algo que fizeram ou disseram. Nesse caso em particular, apenas 19% dos sujeitos são mulheres. Os homens exerceram papeis de protagonismo em 81% das notícias;

- Entre as pessoas que falam em nome de grupos ou organizações (porta-vozes), apenas 22% são mulheres. As mulheres também são apenas 21% das pessoas ouvidas como especialistas ou comentadoras;

- Novamente, as mulheres se fizeram mais presentes nas situações em que relatavam suas experiências pessoais (42%), sobre algo que viram/presenciaram (35%) ou como expressão da opinião popular (32%);



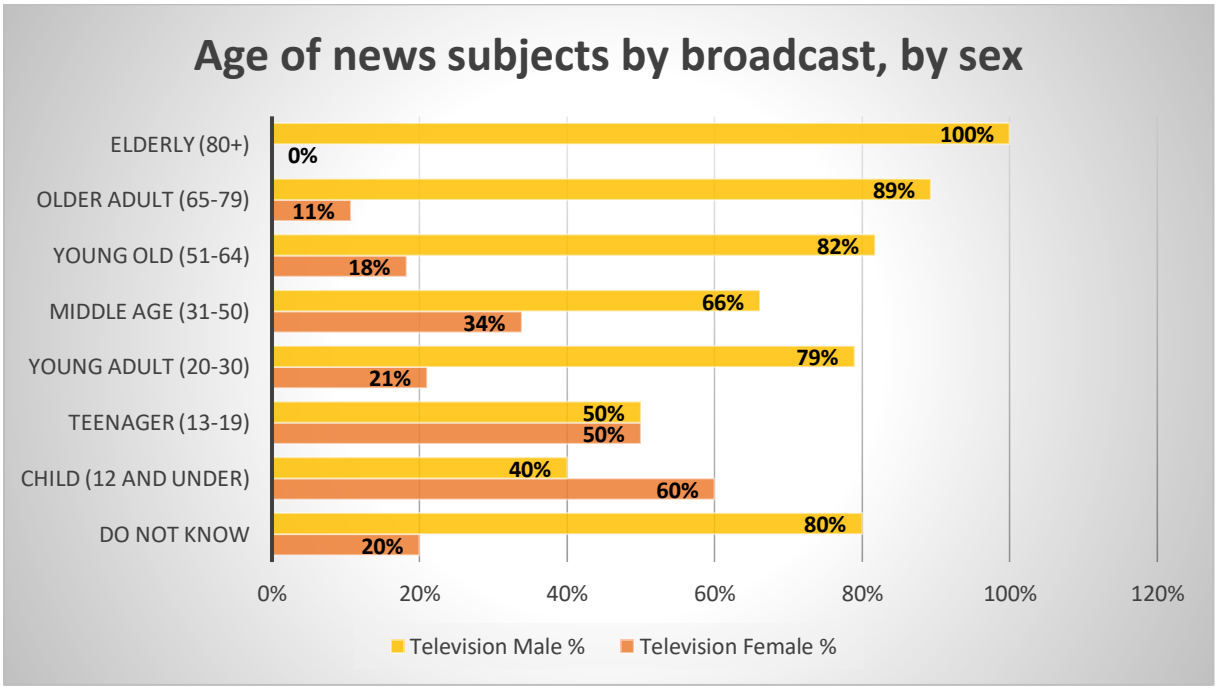
- Com relação às idades das fontes das notícias, nos impressos monitorados, as diferenças entre mulheres e homens também são evidentes. Tanto nas faixas etárias mais jovens como entre as pessoas de mais idade, a presença masculina ocorre de maneira preponderante. Os homens são maioria em todas as faixas etárias até os 30 anos;

- Entre as pessoas com 31 a 50 anos, a faixa etária considerada meia-idade, há um equilíbrio entre mulheres e homens;

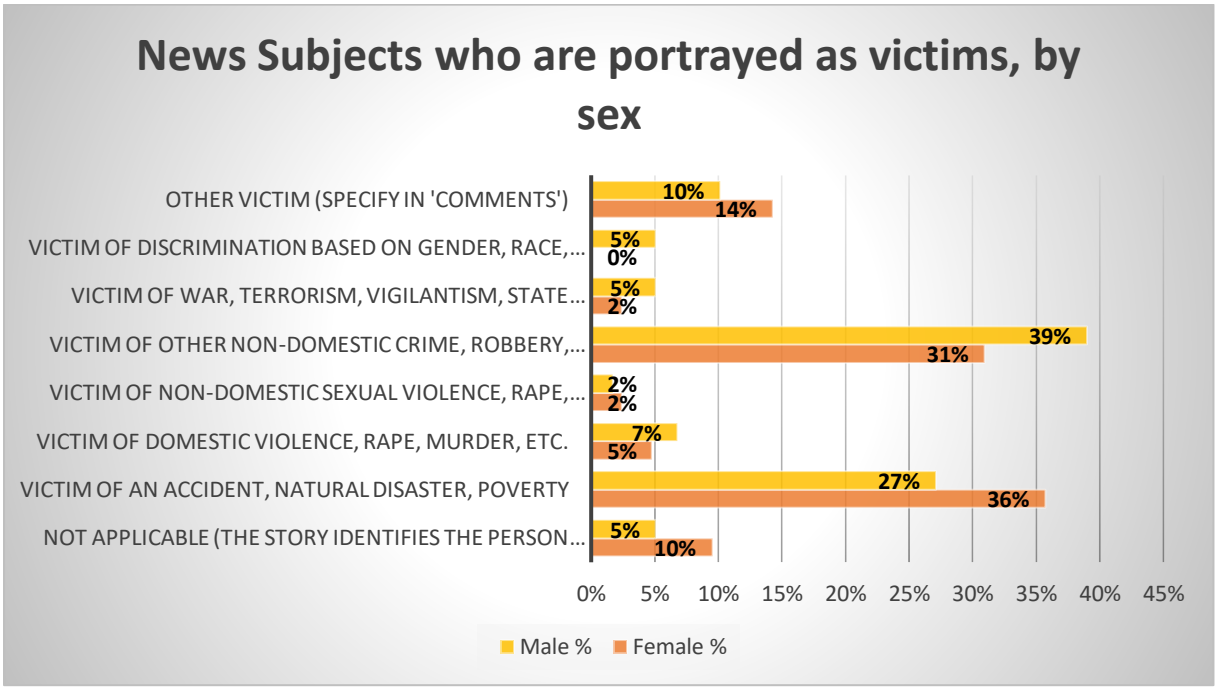
- Entre as fontes com idade a partir de 51 anos, o desequilíbrio volta a ser flagrante. Enquanto há até 83% de homens como fontes com idade entre 65 e 79 anos, as mulheres consultadas pelos jornais não passam de 17%;

- Nos programas televisivos analisados, o desequilíbrio com relação à presença de mulheres e homens como fontes das notícias é agudizado. Entre as pessoas com 80 anos ou mais, apenas homens são fontes das informações;

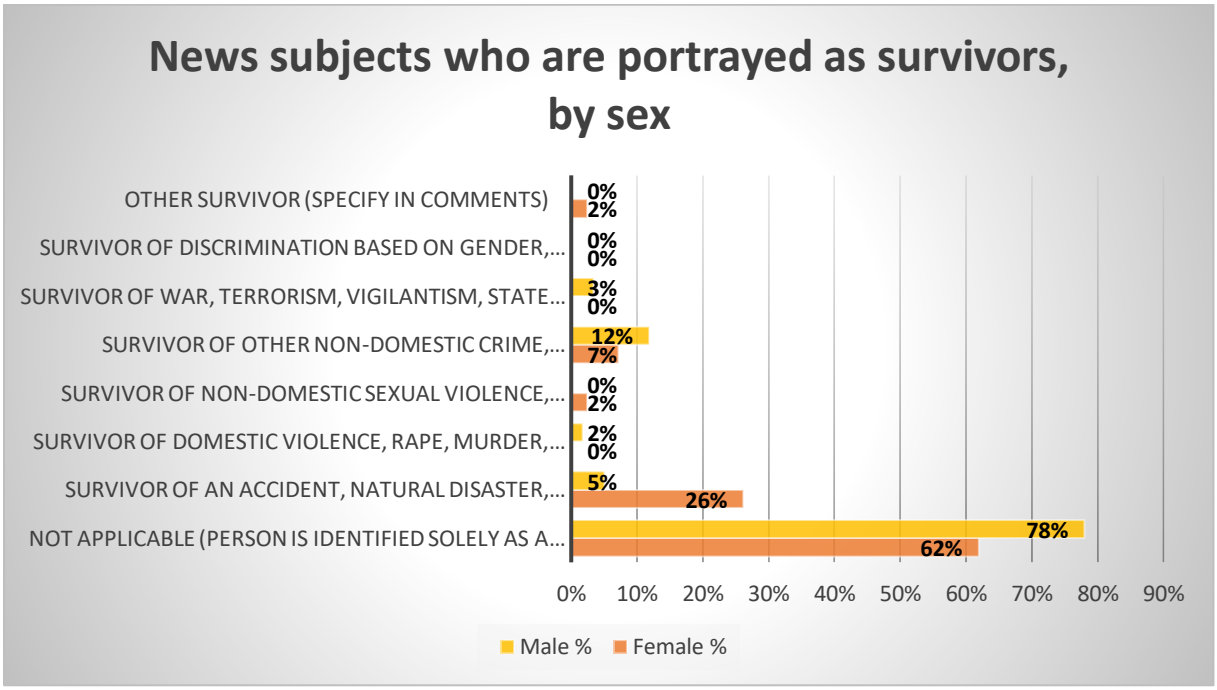
- O equilíbrio ocorre apenas entre adolescentes, ou seja, na faixa etária dos 13 aos 19 anos. As mulheres são maioria apenas entre as crianças (até 12 anos), com 60% das fontes do sexo feminino nos meios televisivos (gráfico abaixo);



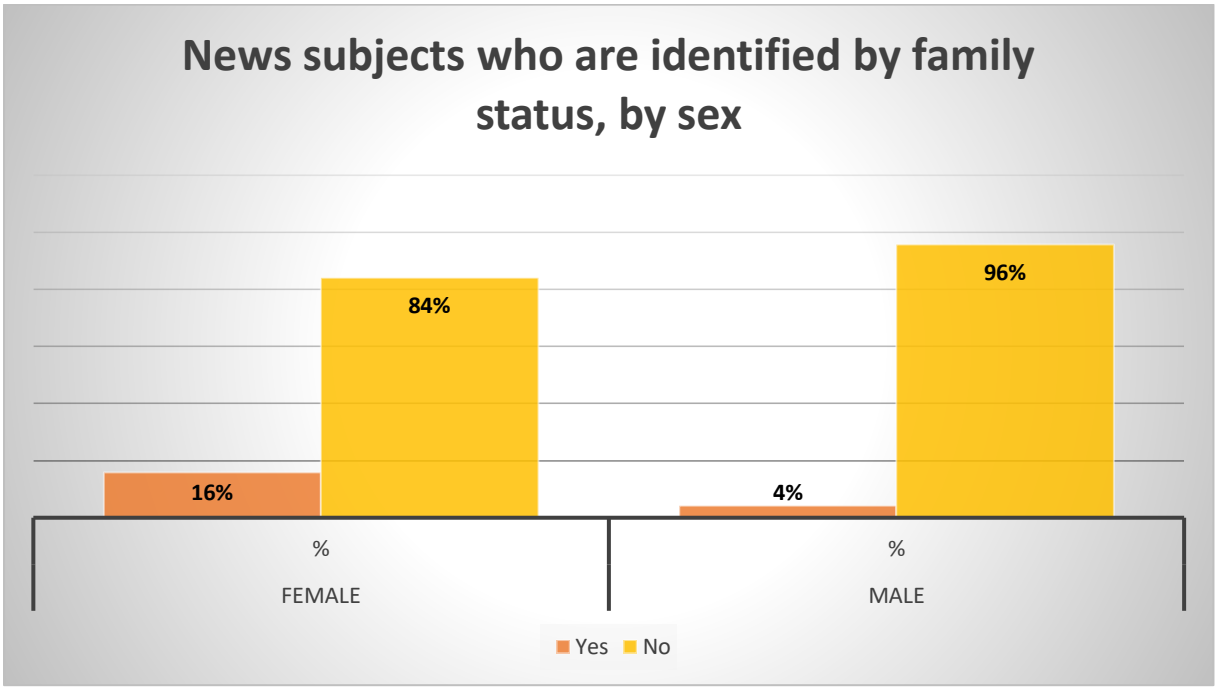
- A tabela “Functions (top 5) and Occupations by sex of news subject” (Anexo 3) traz o cruzamento entre o sexo das pessoas, a função que exerce na notícia e a ocupação (profissão) referida na peça. Segundo esses dados, 49% das mulheres “sujeito” da notícia são políticas, membros do parlamento etc. Entre os homens nas mesmas circunstâncias, a proporção é de 42%;



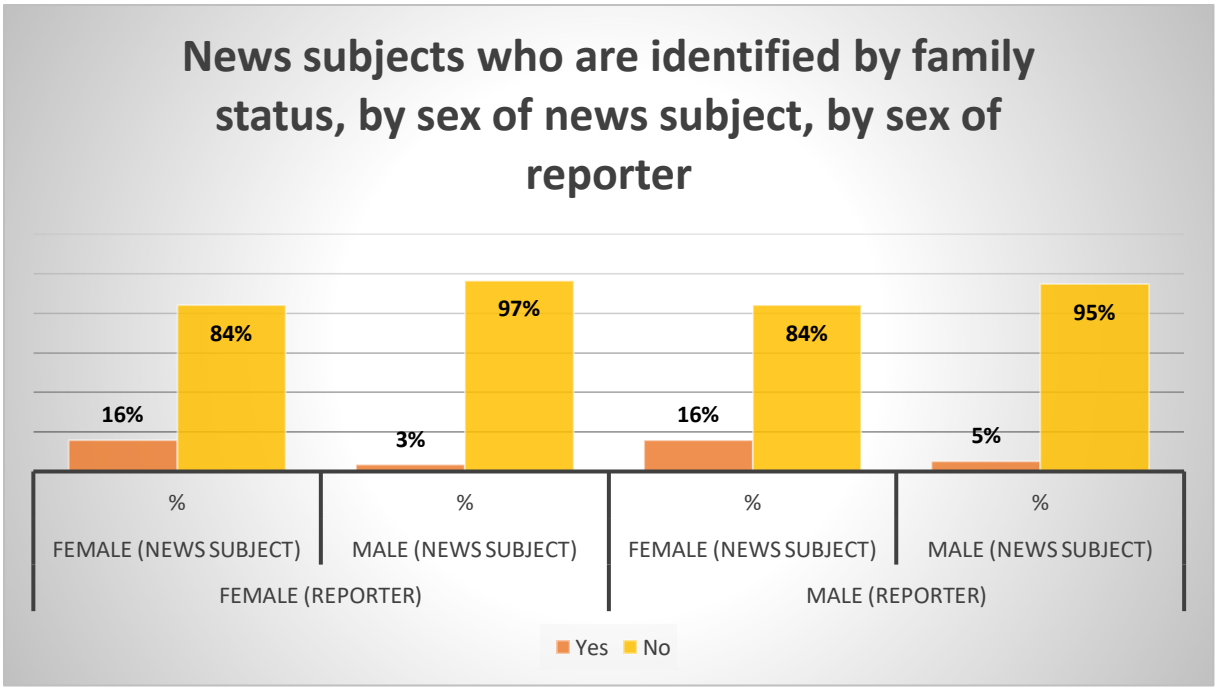
- Entre os sujeitos das notícias identificados como vítimas de violências, 39% dos homens e 21% das mulheres vítimas estão relacionados a situações de crimes não domésticos, como roubos. Os acidentes, desastres naturais e pobreza concentram 36% das mulheres e 27% dos homens vítimas;



- Os sujeitos das notícias identificados como sobreviventes também estão mais concentrados entre crimes não-domésticos (12% dos homens e 7% das mulheres sobreviventes) e acidentes e desastres naturais (5% dos homens e 26% das mulheres sobreviventes);



- Em 2020, 22% das mulheres e 8% dos homens eram identificados a partir de relações familiares, ou seja, eram referidos como companheira/o, mãe/pai, irmã/ão etc. de alguém. Em 2025, essas proporções reduziram entre mulheres e homens;
- Apesar de as mulheres ainda serem mais referidas a partir de ligações familiares, a proporção caiu para 16% nesta edição do monitoramento. Entre os homens, apenas 4% deles foram apresentados a partir de ligações familiares;



- Interessante notar que mesmo quando as notícias são produzidas por mulheres ou homens, mantêm-se a tendência de referir mais as mulheres do que os homens a partir de ligações

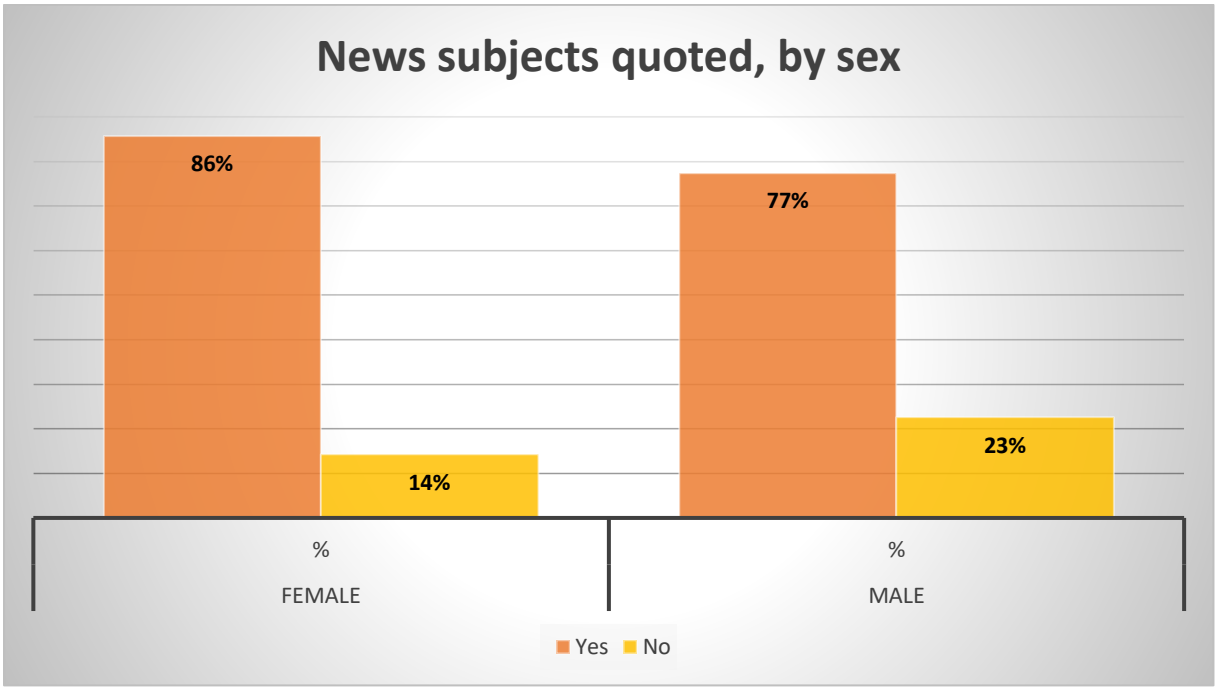
familiares;

- As notícias produzidas por repórteres mulheres ou homens apresentam os mesmos percentuais de mulheres sujeitos identificadas por relações familiares (16%), sugerindo que essa questão está relacionada à prática jornalística, independente de quem produz a notícia;

- No caso dos homens sujeitos das notícias, as proporções são semelhantes entre repórteres mulheres e homens. No entanto, as mulheres repórteres apresentaram menor tendência a referir o status familiar dos sujeitos homens;

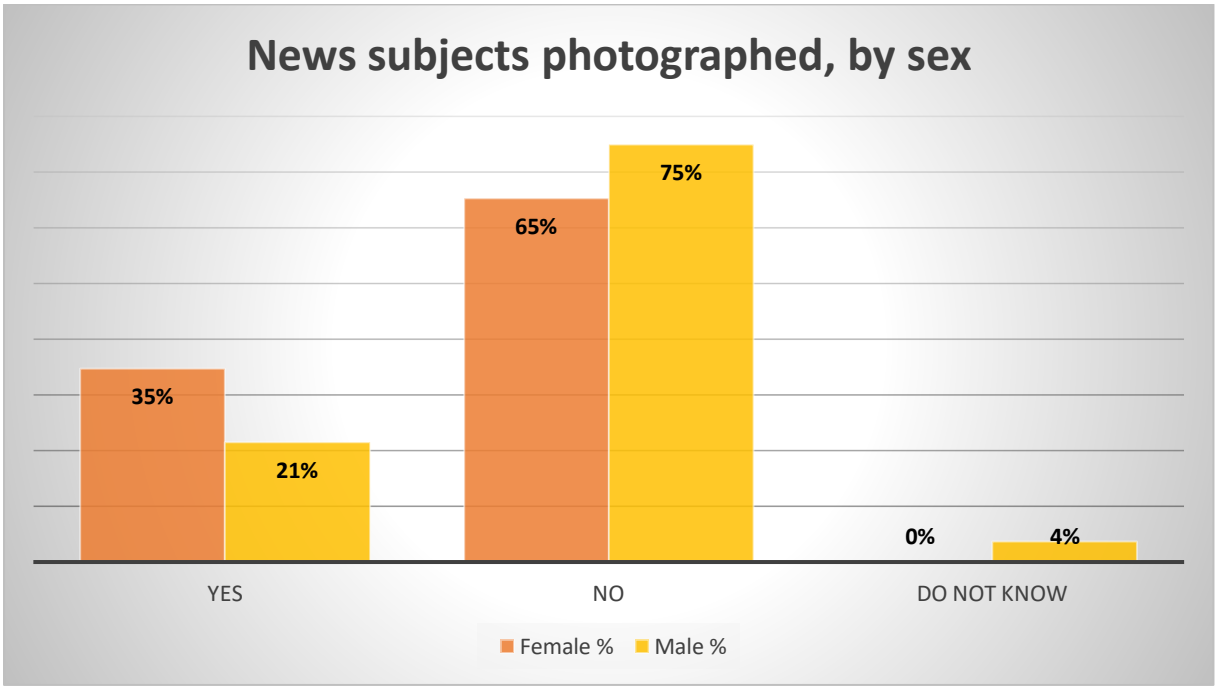
- No que se refere ao cruzamento entre os sujeitos das notícias citados diretamente e o sexo das pessoas, os dados mostram que 86% das mulheres foram citadas diretamente, enquanto entre os homens essa proporção ficou em 77%;

- A proporção (e não o número absoluto) maior de mulheres citadas pode estar relacionada, entre outras possibilidades, à maior proporção de mulheres fontes em cargos e funções políticas e governamentais, como já foi referido acima;

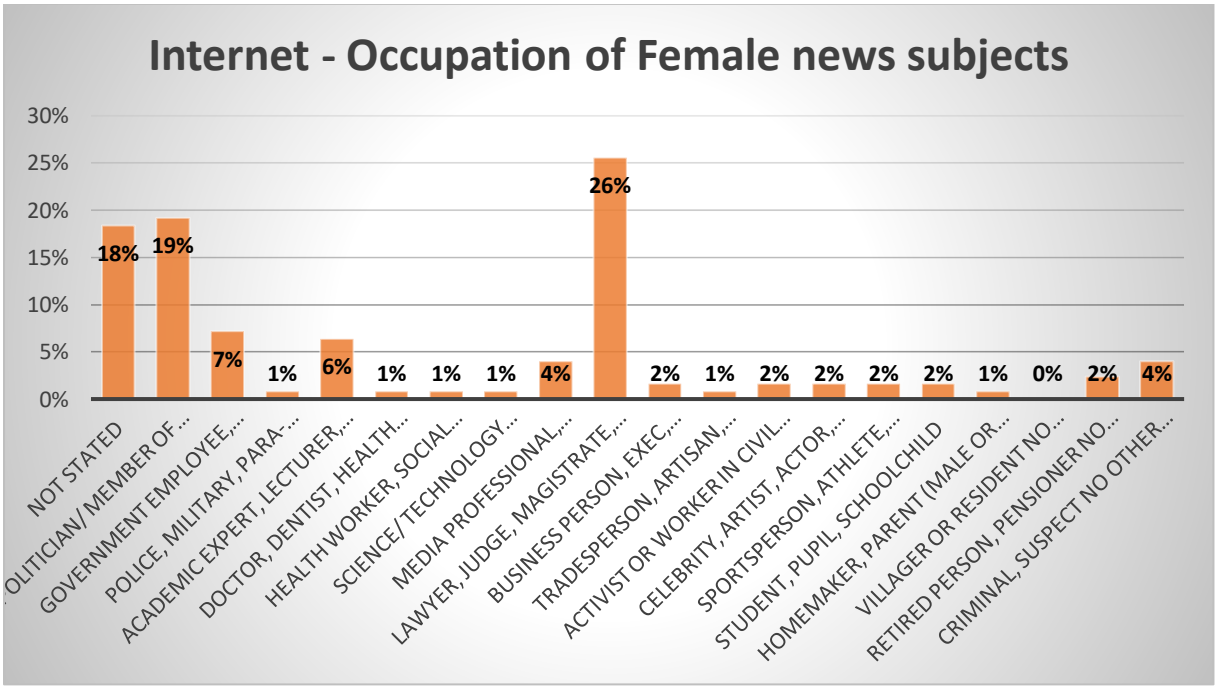


- Em 2020, as mulheres “sujeitos” das notícias apareciam em apenas 10% das fotografias associadas às peças codificadas. Já os homens estavam representados em 20% das imagens;

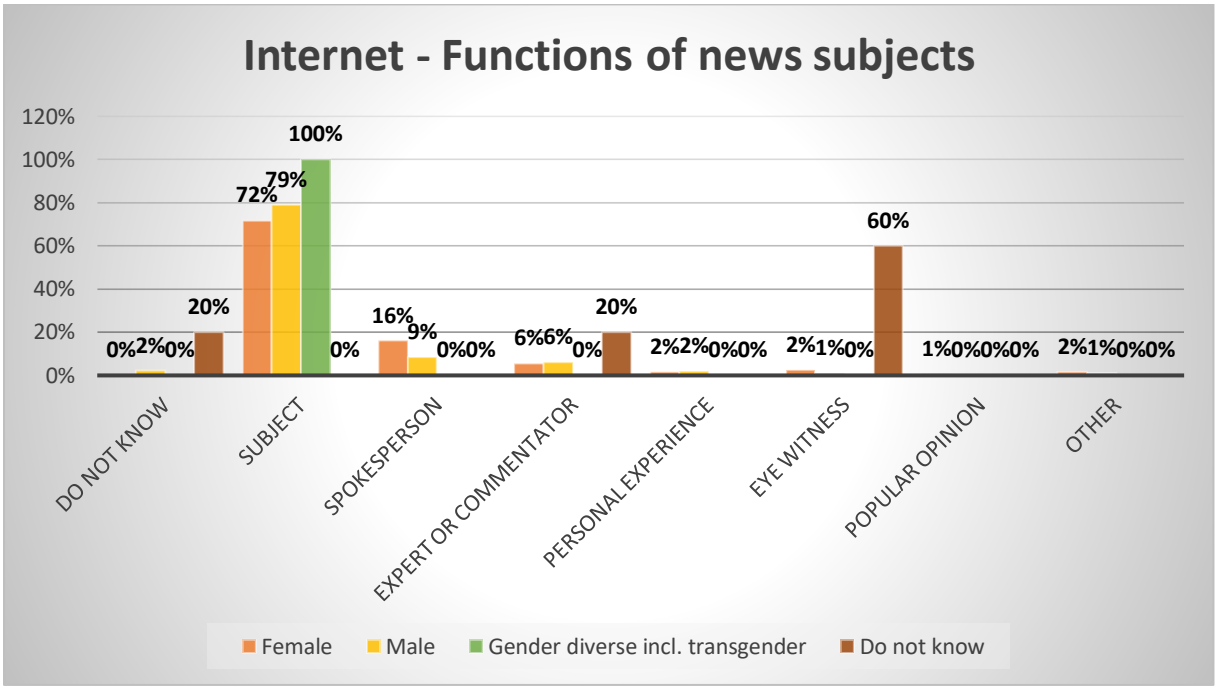
- Em 2025, entre as mulheres, 35% foram fotografadas e, entre os homens, a proporção cresceu sensivelmente para 21%;



- O crescimento na visibilidade pode significar maior abertura para presença feminina nas notícias, mas também traz preocupações sobre as maneiras como as mulheres estão sendo representadas (qualitativamente) através dessas imagens, especialmente na internet;

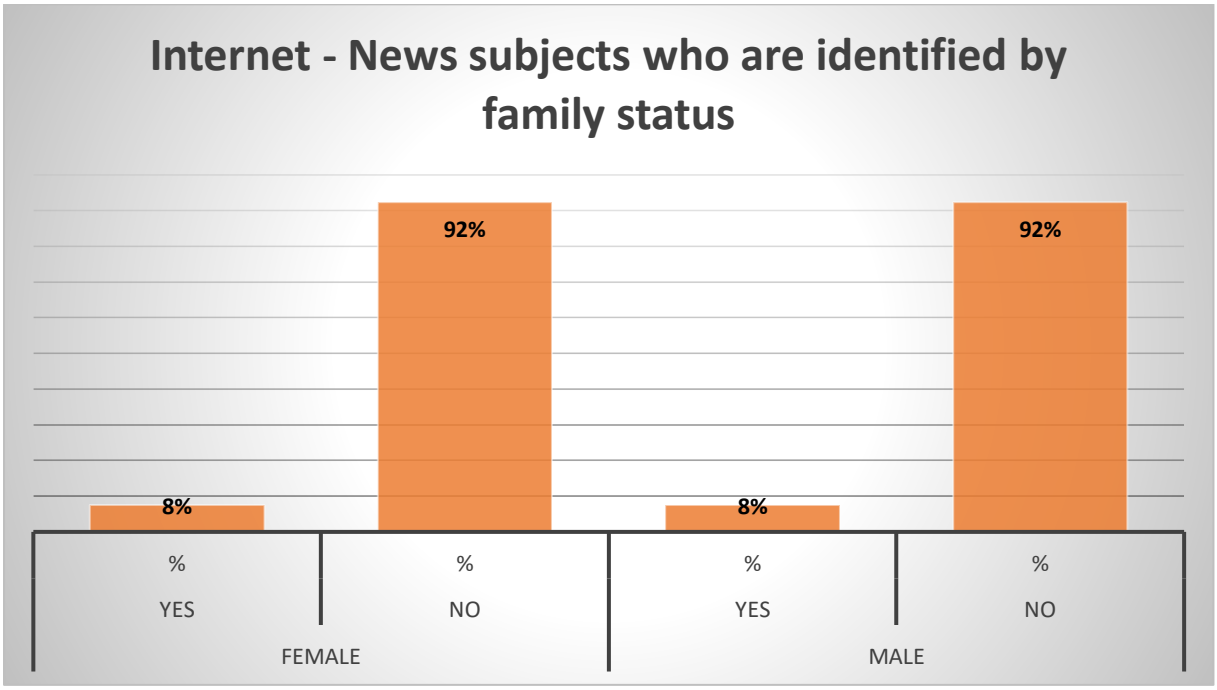


- Especificamente na Internet, as mulheres “sujeitos” das notícias são identificadas a partir das seguintes ocupações: Magistradas, juízas, advogadas etc. (26%), Políticas, parlamentares etc. (19%), não têm uma ocupação identificada (18%), Funcionárias públicas (7%) e Acadêmicas ou especialistas (6%);



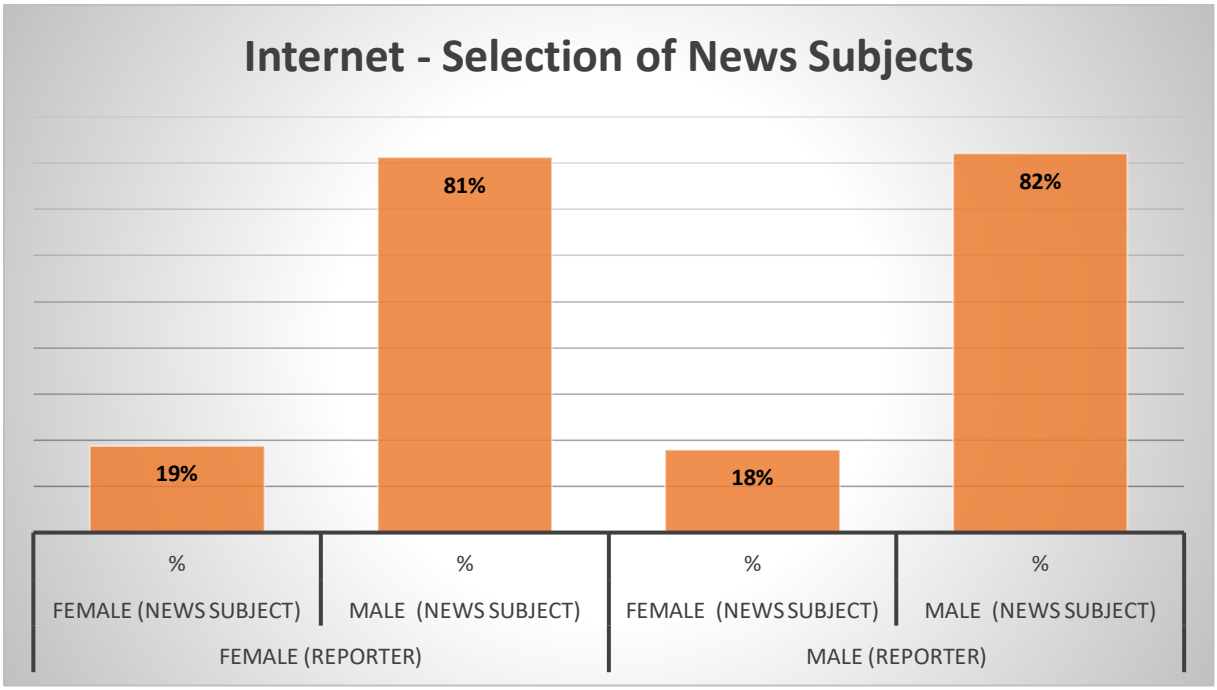
- Nas notícias publicadas em sites da Internet, as pessoas ocupam, essencialmente, a função de sujeitos da notícia. Todas as pessoas identificadas como “gênero diverso incluindo transgênero”, 72% das mulheres e 79% dos homens eram sujeitos das notícias;

- Outra função com alguma expressão foi porta-voz. 16% das mulheres e 9% dos homens exerceram essa função entre as notícias na Internet. No entanto, nenhuma pessoa identificada como “gênero diverso incluindo transgênero” foi porta-voz nas peças codificadas;



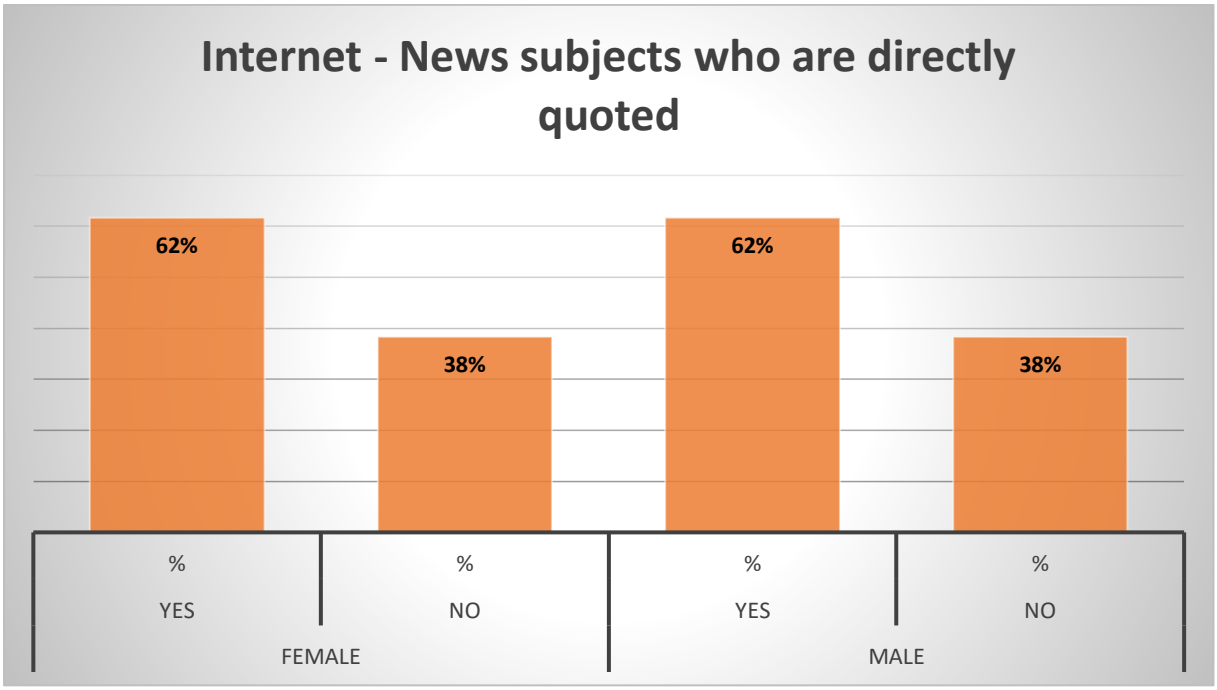
- Na Internet, as relações familiares foram associadas a mulheres e homens na mesma

proporção (8%);

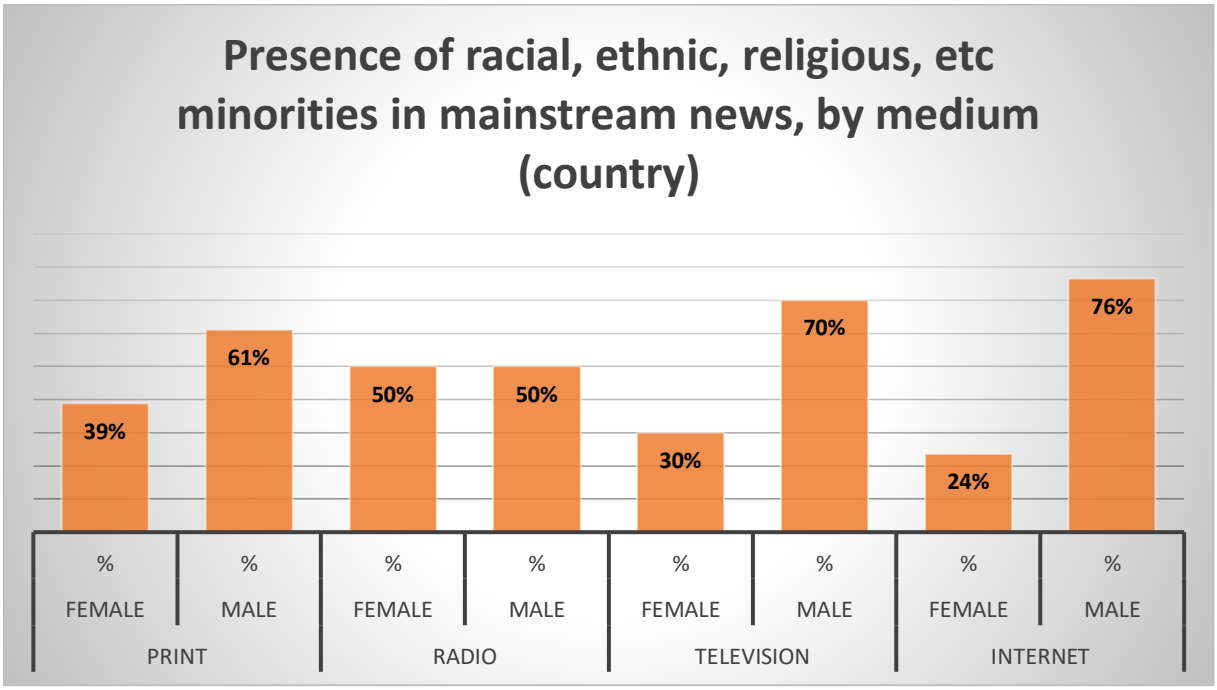


- Repórteres mulheres e homens, na Internet, apresentaram tendências semelhantes na seleção das suas fontes. Entre as jornalistas, as fontes femininas representaram 19% do total de sujeitos das notícias. Entre os repórteres, as fontes femininas representaram 18% do total de sujeitos das notícias;

- Em ambos os casos, os/as jornalistas recorreram maioritariamente a fontes masculinas para produzirem suas matérias;



- Na Internet, 62% das mulheres e dos homens que foram sujeitos das notícias foram citados diretamente nos textos;



- Com relação aos grupos sociais minorizados, identificou-se que mulheres e homens são identificados na mesma proporção nas notícias codificadas nas rádios, mas, nos demais meios, mais homens que mulheres figuraram entre as minorias sociais;

- Em 2025, as perguntas especiais do Brasil mantiveram o caráter interseccional e passaram apenas por uma reformulação no texto com o objetivo de serem mais claras e diretas. As perguntas especiais sobre as pessoas nas notícias, nesta edição, foram: 1) É racializada? 2) É vulnerável economicamente? e 3) É LGBTQIA+?

- Assim como verificado em 2020, nos diferentes meios monitorados e tópicos das notícias, as pessoas racializadas, vulneráveis economicamente e LGBTQIA+ continuaram invisibilizadas nos conteúdos jornalísticos (ver tabela a seguir);

- Na pergunta especial 1 ("É racializada?"), a resposta foi sim para apenas 4,92% dos sujeitos das notícias nos jornais, 0,79% no rádio, 9,19% na televisão e 2,77% na internet;

- Na pergunta especial 2 ("É vulnerável economicamente?"), a resposta foi sim para 0,98% dos sujeitos das notícias nos jornais, 2,11% no rádio, 1,14% na televisão e 1,23% na internet;

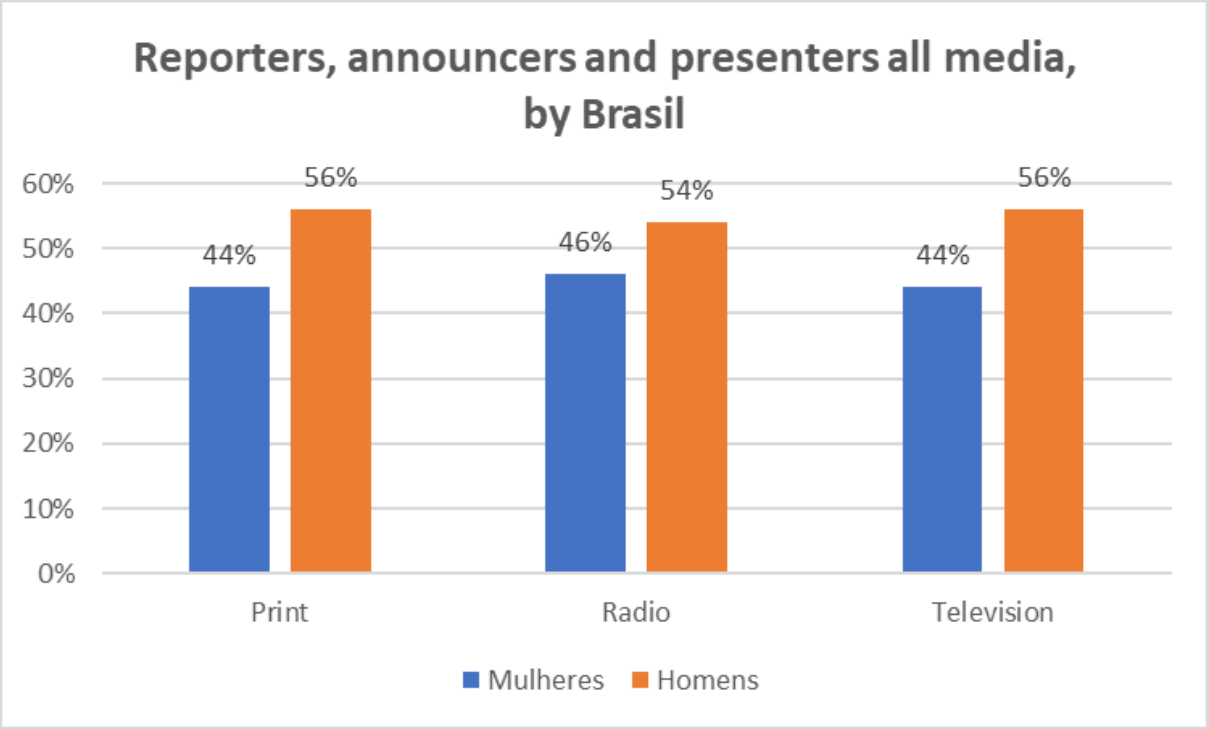
- Na pergunta especial 3 ("É LGBTQIA+?"), a resposta foi sim para apenas 2,7% dos sujeitos das notícias nos jornais, 2,11% no rádio, 2,68% na televisão e 0,61% na internet;

Special questions, by medium, by major topic		2025							
		Print		Radio		Television		Internet	
		Yes	No	Yes	No	Yes	No	Yes	No
Special Question 1	Politics and Government	2	104	1	146	5	133	5	277
	Economy	0	75	1	53	4	52	0	42
	Science and Health	1	23	0	14	0	7	0	28
	Social and Legal	8	106	1	54	16	105	12	141
	Crime and Violence (excluding gender-based violence)	2	29	0	78	15	134	1	116
	Gender-based violence	1	3	0	4	0	4	0	9
	Celebrity, arts, media	4	32	0	9	2	4	0	6
	Sports	2	6	0	18	6	35	0	11
	Other	0	8	0	0	0	0	0	0
Total		**20**	**386**	**3**	**376**	**48**	**474**	**18**	**630**
Special Question 2	Politics and Government	0	106	0	147	0	138	5	277
	Economy	0	75	0	54	0	56	0	42
	Science and Health	0	24	0	14	0	7	0	27
	Social and Legal	3	111	5	50	4	117	1	152
	Crime and Violence (excluding gender-based violence)	1	30	3	75	2	147	2	115
	Gender-based violence	0	4	0	4	0	4	0	9
	Celebrity, arts, media	0	36	0	9	0	6	0	6
	Sports	0	8	0	18	0	41	0	11
	Other	0	8	0	0	0	0	0	0
Total		**4**	**402**	**8**	**371**	**6**	**516**	**8**	**639**
Special Question 3	Politics and Government	0	106	2	145	1	137	0	282
	Economy	1	74	3	51	1	55	0	42
	Science and Health	3	21	0	14	0	7	0	28
	Social and Legal	4	110	0	55	9	112	0	153
	Crime and Violence (excluding gender-based violence)	1	30	3	75	1	148	3	114
	Gender-based violence	0	4	0	4	0	4	1	8
	Celebrity, arts, media	2	34	0	9	0	6	0	6
	Sports	0	8	0	18	2	39	0	11
	Other	0	8	0	0	0	0	0	0
Total		**11**	**395**	**8**	**371**	**14**	**508**	**4**	**644**

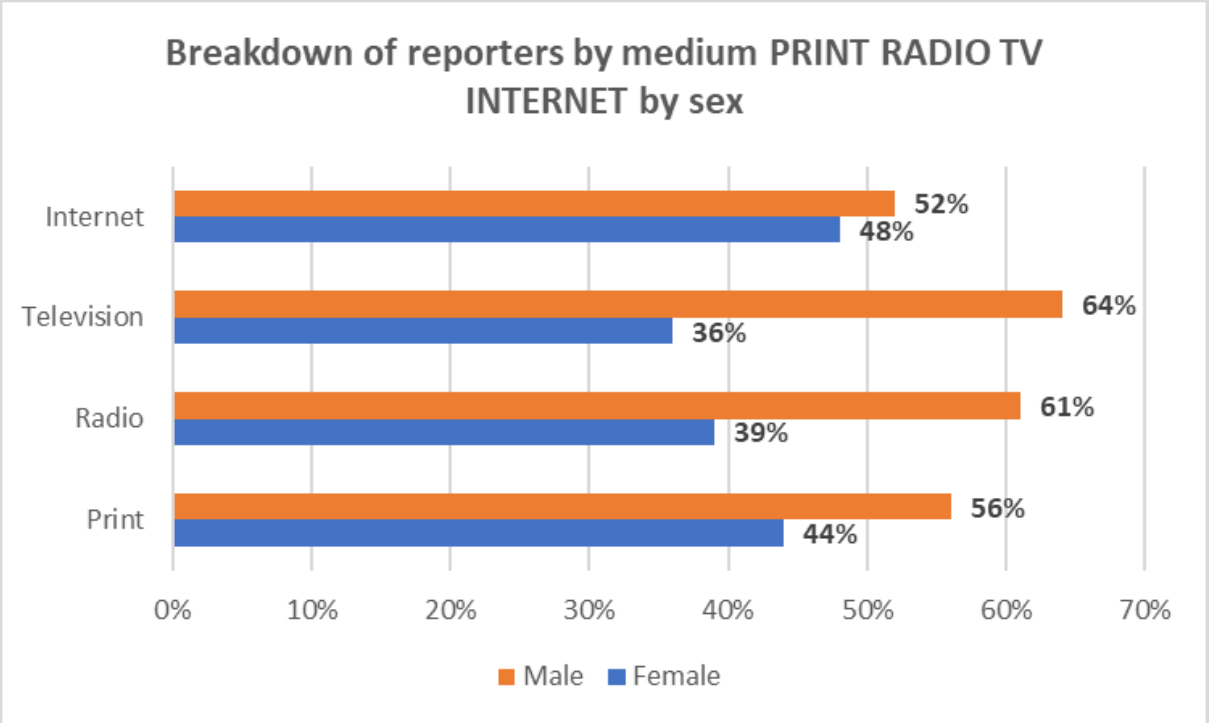
JORNALISTAS

Neste tópico, analisamos outro eixo central do GMMP, que relaciona a produção de histórias a partir do gênero de profissionais. Aqui, os homens predominam como profissionais nos

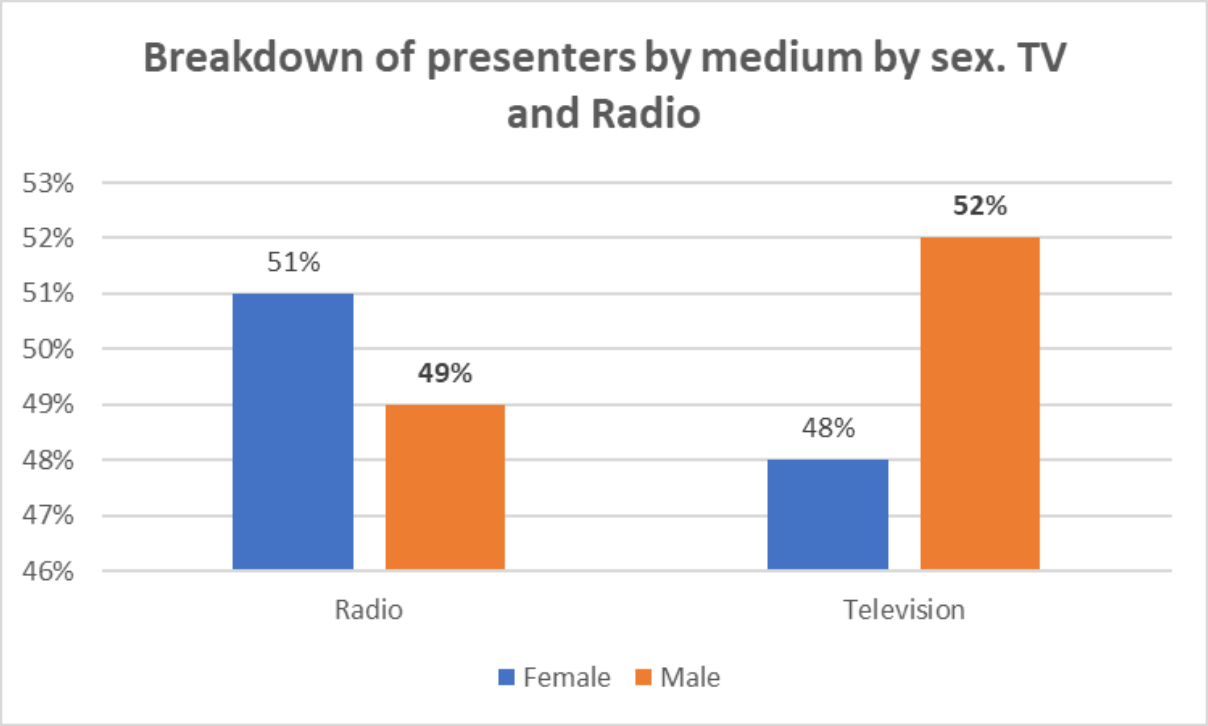
vários meios. As mulheres aparecem como locutoras, apresentadoras ou repórteres em 44% dos jornais, 46% nas rádios e 44% nas TVs, diminuindo a participação nas TVs em relação a 2020.



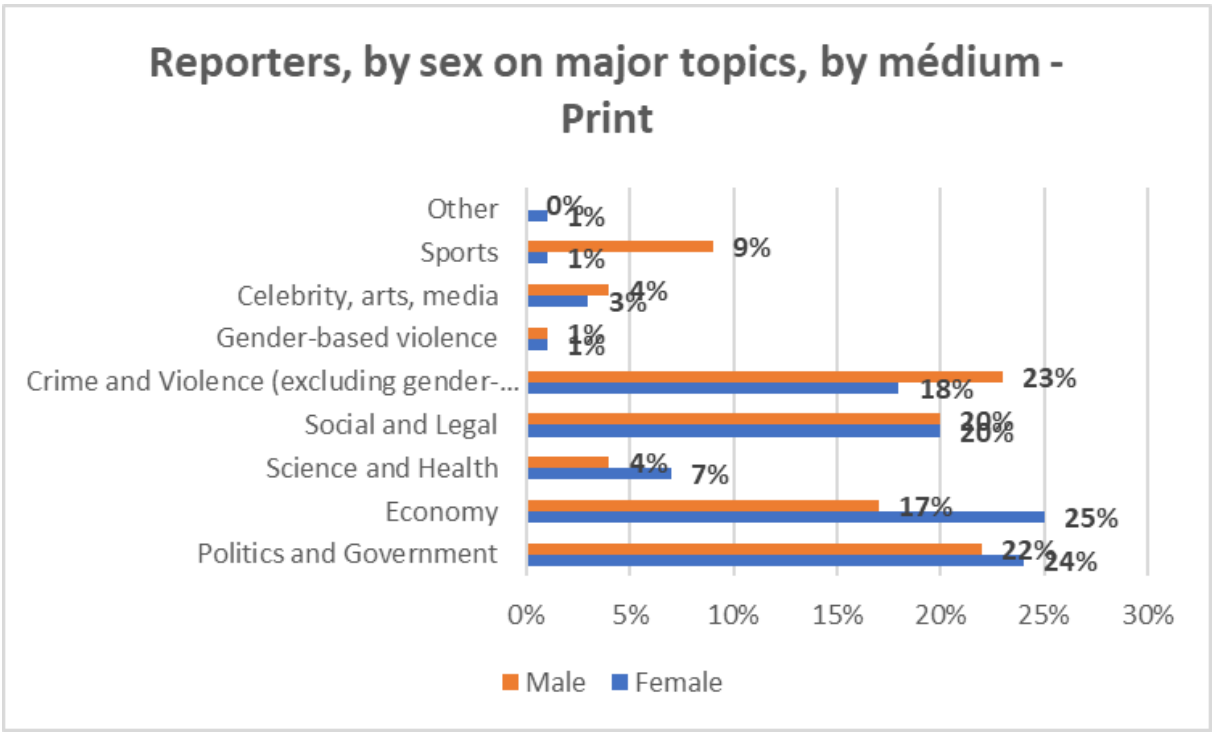
- Se olharmos apenas para repórteres, e incluirmos internet, a diferença se amplia:

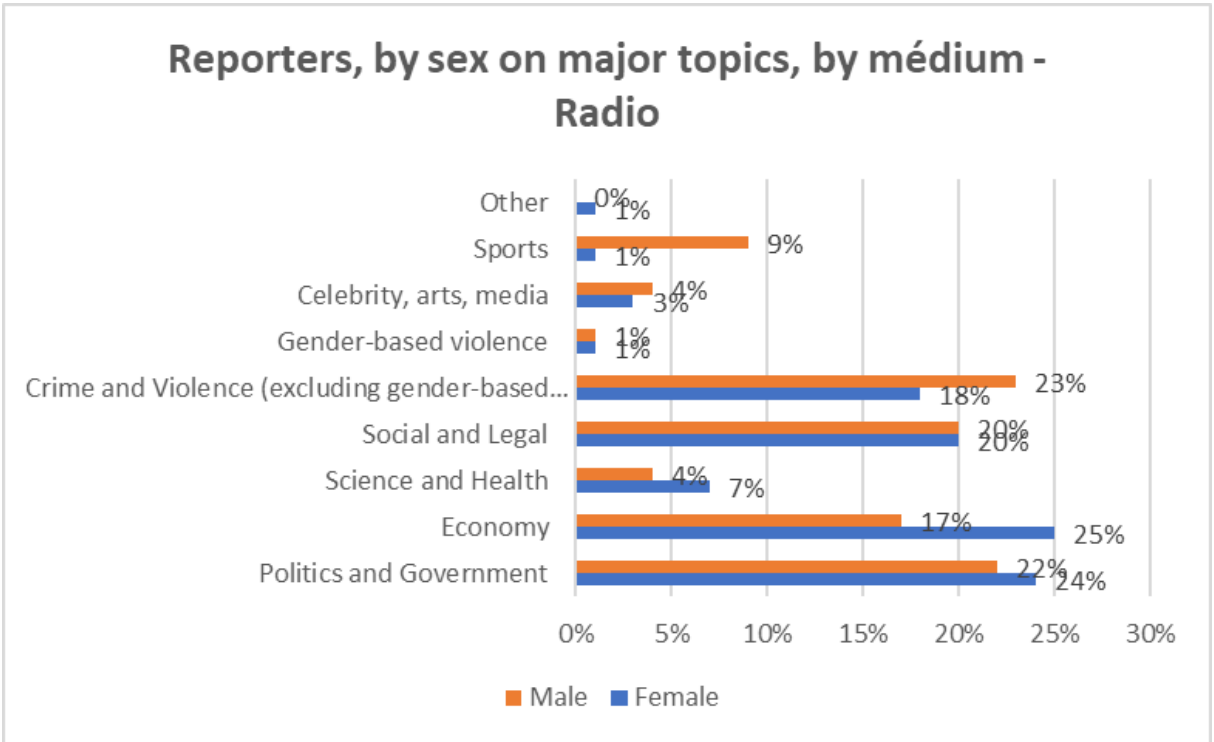


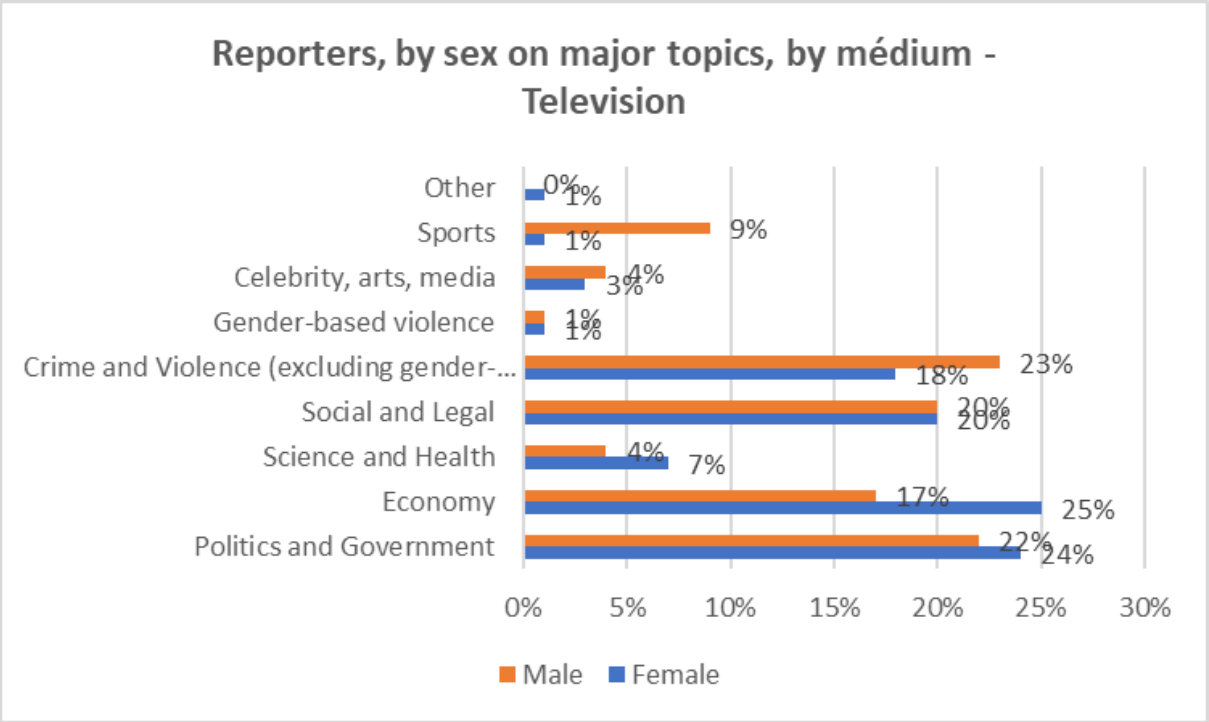
- Em 2025 tivemos um pouco mais de apresentadoras mulheres nas rádios: 107 para 103 homens. Mas mudou a percentagem nas TVs, comparando com 2020. Agora, verificamos 119 homens para 112 mulheres.



- Das matérias produzidas nos principais tópicos, percebemos alguns dados diferentes daqueles identificados no levantamento de 2020. Nos meios tradicionais (jornais, rádios e TVs), as mulheres foram a maioria das repórteres de “Política e Governo”, “Economia”, “Ciência e Saúde”, equiparando-se aos homens em “Social e Legal” e “Violência de Gênero”, aparecendo em menor número nas matérias sobre “Crime e Violência (exceto violência de gênero)”, “Esportes”, que continua um espaço masculino, e um pouco menos em matérias sobre “Celebridades, Arte e Meios de Comunicação”.


Reporters, by sex on major topics, by médium - Print
Other
Sports
Celebrity, arts, media
Gender-based violence
Crime and Violence (excluding gender-...
Social and Legal
Science and Health
Economy
Politics and Government
0%
1%
1%
9%
1%
4%
3%
1%
1%
23%
18%
20%
20%
4%
7%
17%
25%
22%
24%
0%
5%
10%
15%
20%
25%
30%
Male
Female


Reporters, by sex on major topics, by médium - Radio
Other
Sports
Celebrity, arts, media
Gender-based violence
Crime and Violence (excluding gender-based...
Social and Legal
Science and Health
Economy
Politics and Government
0%
1%
9%
1%
4%
3%
1%
1%
23%
18%
20%
20%
4%
7%
17%
25%
22%
24%
0%
5%
10%
15%
20%
25%
30%
Male
Female



- Quando cruzamos os principais tópicos com o gênero de repórteres e o gênero de quem estes/as repórteres buscam como fontes, temos repórteres mulheres priorizando mulheres nas notícias sobre “Política e Governo” (55% de fontes mulheres x 45% de fontes homens), enquanto homens priorizam homens, quase na mesma proporção (56% homens x 44% mulheres).

- Também nas notícias sobre “Economia”, as repórteres mulheres priorizam fontes mulheres (57% x 43% de homens), enquanto repórteres homens quase igualam homens (51%) e mulheres (49%).

- Este quadro se observa também nas matérias sobre “Ciência e Saúde”, com repórteres mulheres priorizando fontes mulheres (64% x 36% de homens) e repórteres homens priorizando fontes masculinas (55% x 45% de mulheres).

- No entanto, em tópicos como “Crime e Violência (excluindo violência de gênero)”, repórteres mulheres e homens, privilegiam fontes masculinas (62% x 38% de mulheres e 57% x 43%, respectivamente).

- O dado mais significativo é que, em matérias que abordam a violência de gênero, as mulheres usaram 100% de fontes masculinas, enquanto os homens privilegiaram fontes masculinas (60%), mas ouviram também fontes femininas (40%).

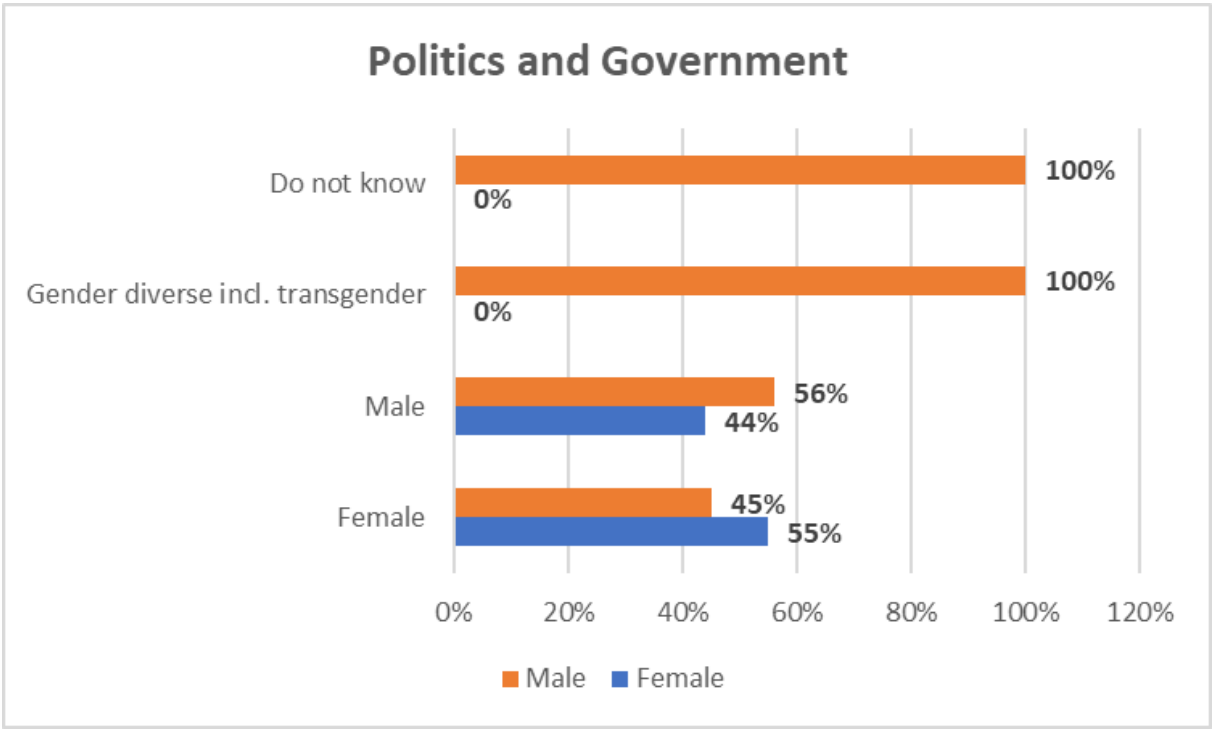
- Também nas matérias sobre “Celebridades, Artes e Meios de Comunicação”, mulheres

repórteres privilegiaram fontes homens (69%). Repórteres homens ainda mais, com 83% das fontes masculinas.

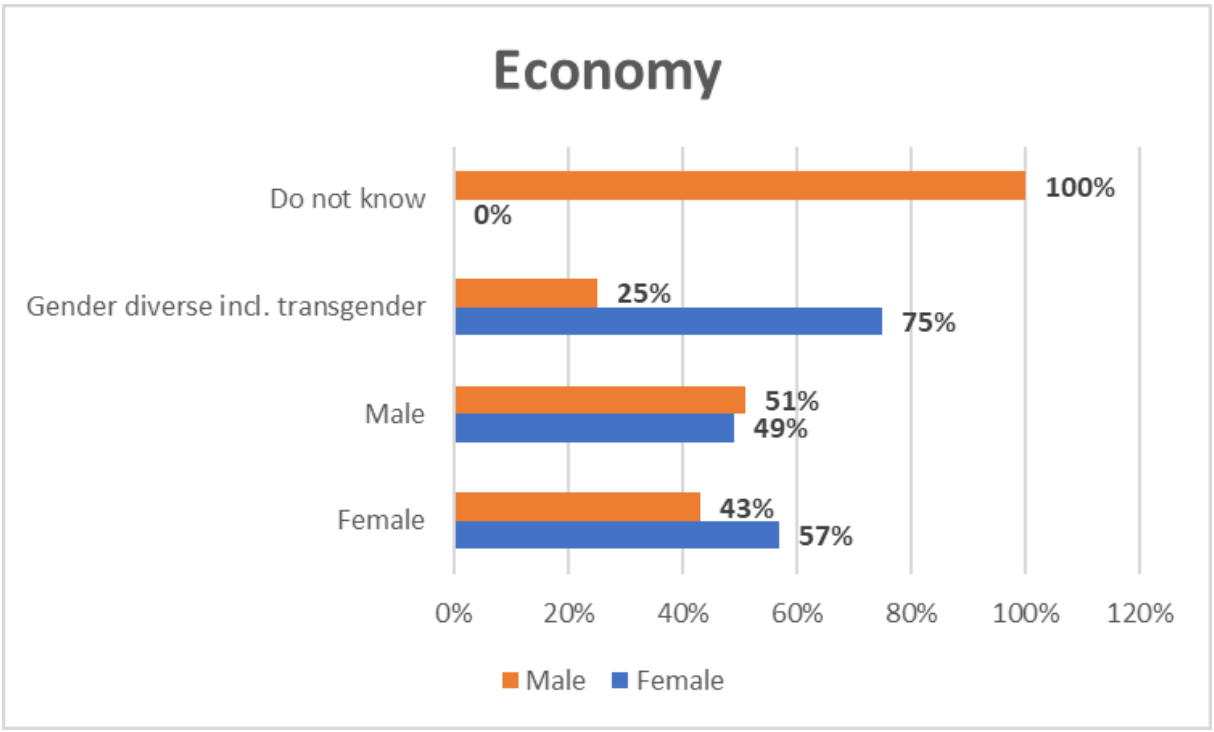
- Por fim, matérias de Esportes continuam tendo como fontes especialmente homens. 60% das matérias de jornalistas mulheres e 77% das matérias de jornalistas homens usam fontes masculinas.

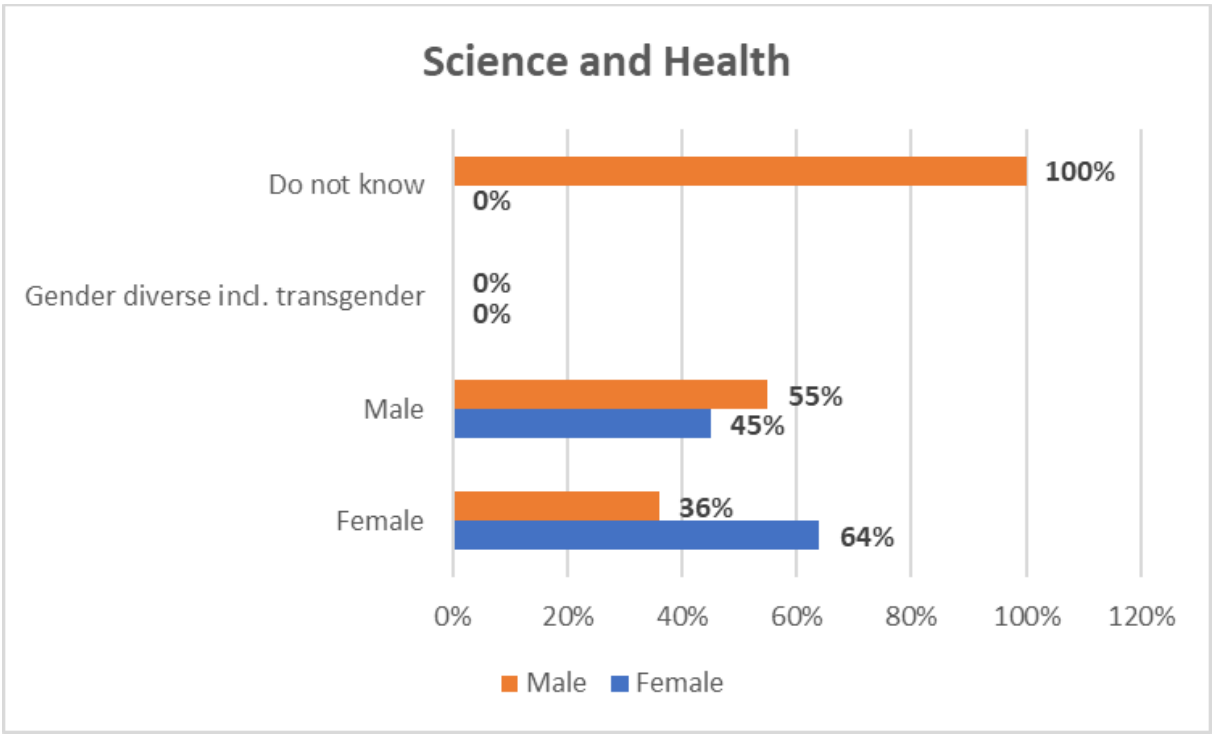
- Nesta edição, o GMMP incluiu a possibilidade de indicar repórteres de "gênero diverso[9]", apesar destes/as profissionais serem poucos/as e contribuírem com poucas matérias da amostra geral, é importante enfocar suas escolhas. Nos tópicos "Política e Governo" e "Social e Legal", usaram exclusivamente fontes masculinas; em "Economia", privilegiaram fontes femininas (75%); em "Crimes e Violência", foram equânimes, com 50% de fontes masculinas e femininas; em "Esportes", praticamente só fontes masculinas (93%). O gráfico abaixo mostra as escolhas de fontes de acordo com o gênero de quem produz a notícia.

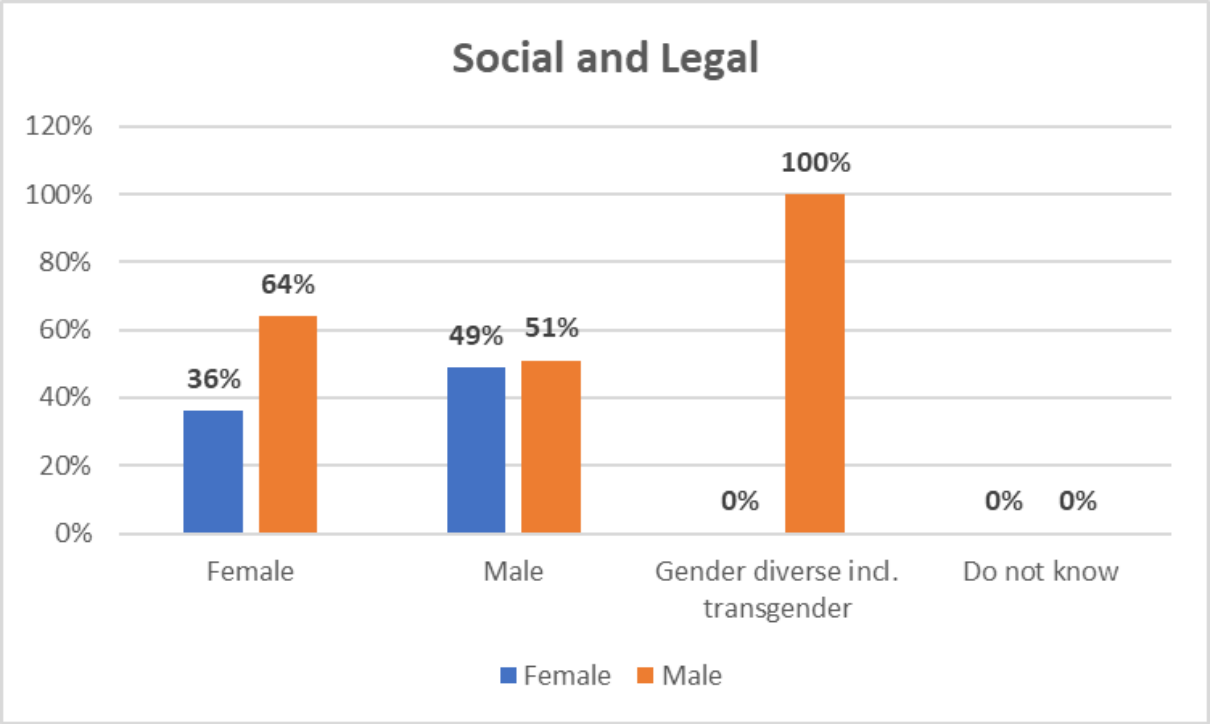
Selection of News Subject (sex of source) by female & male reporters, by major topic

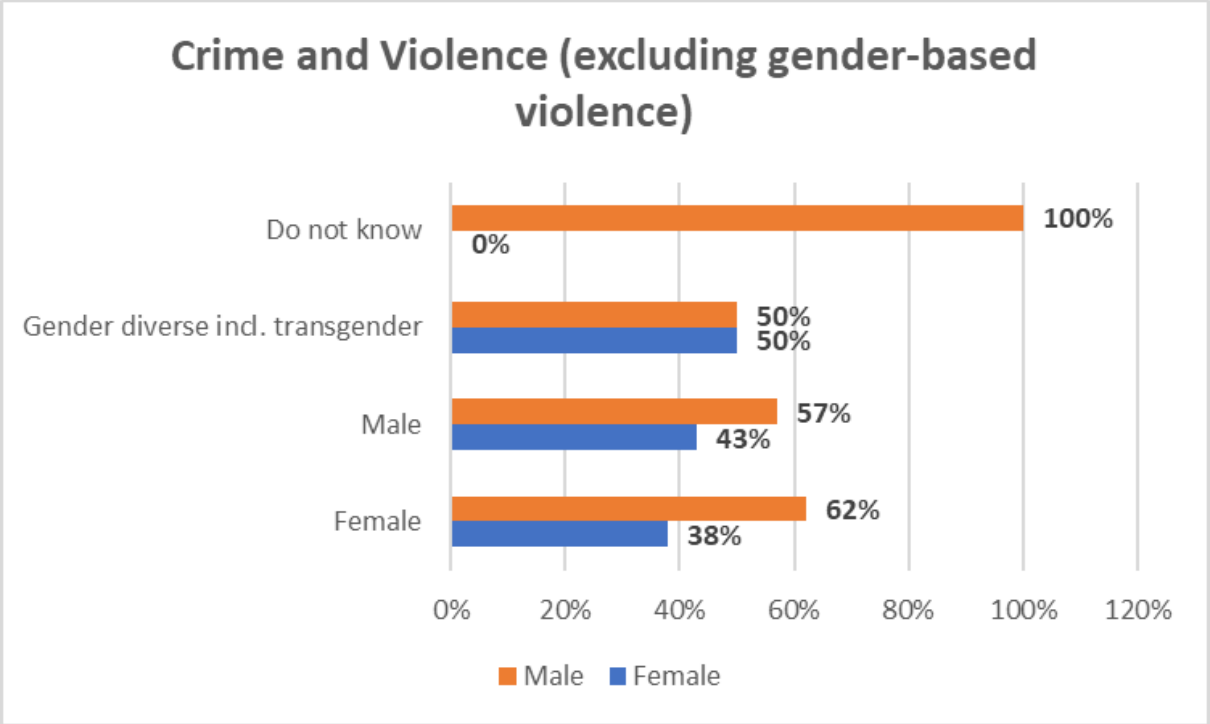


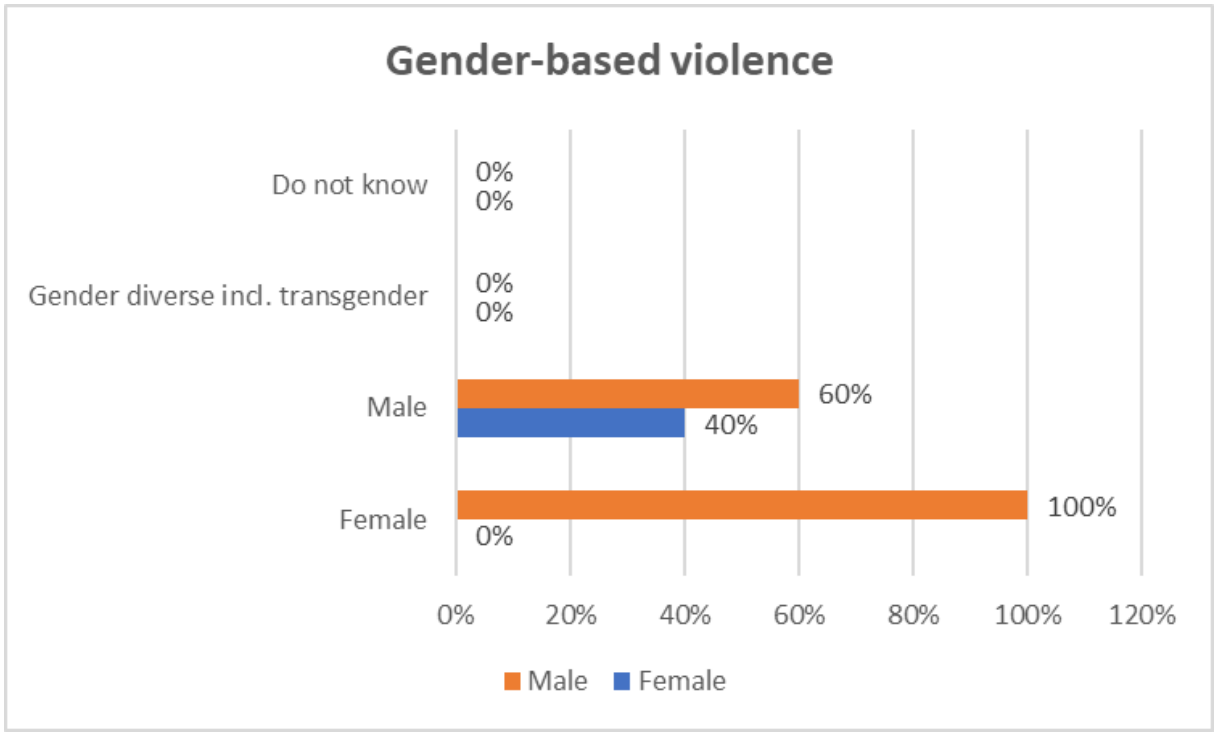
[9] O GMMP utiliza o sexo como categoria para identificar jornalistas e pessoas nas notícias. No entanto, em 2025, incluiu "gênero diverso" na tentativa de incluir as identidades de gênero que desafiam os padrões cisgênero e heteronormativo.

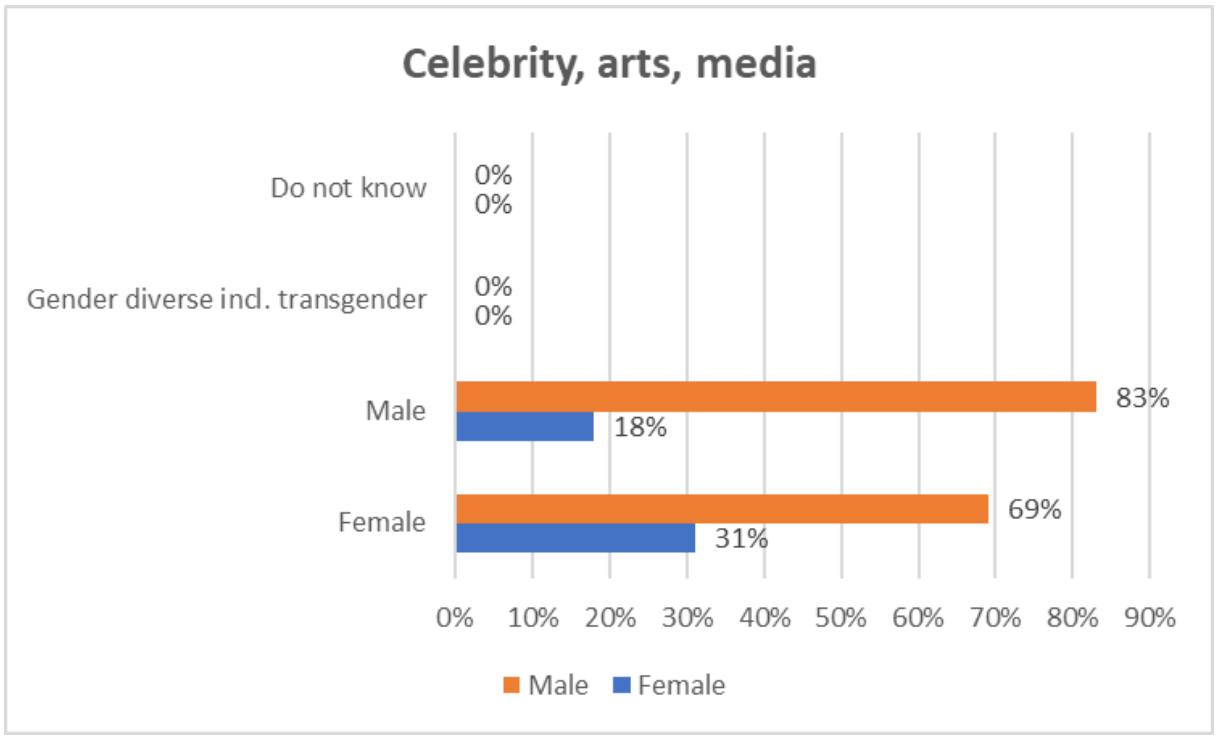

Economy
Do not know
Gender diverse incl. transgender
Male
Female
100%
0%
25%
75%
51%
49%
43%
57%
0%
20%
40%
60%
80%
100%
120%
Male
Female

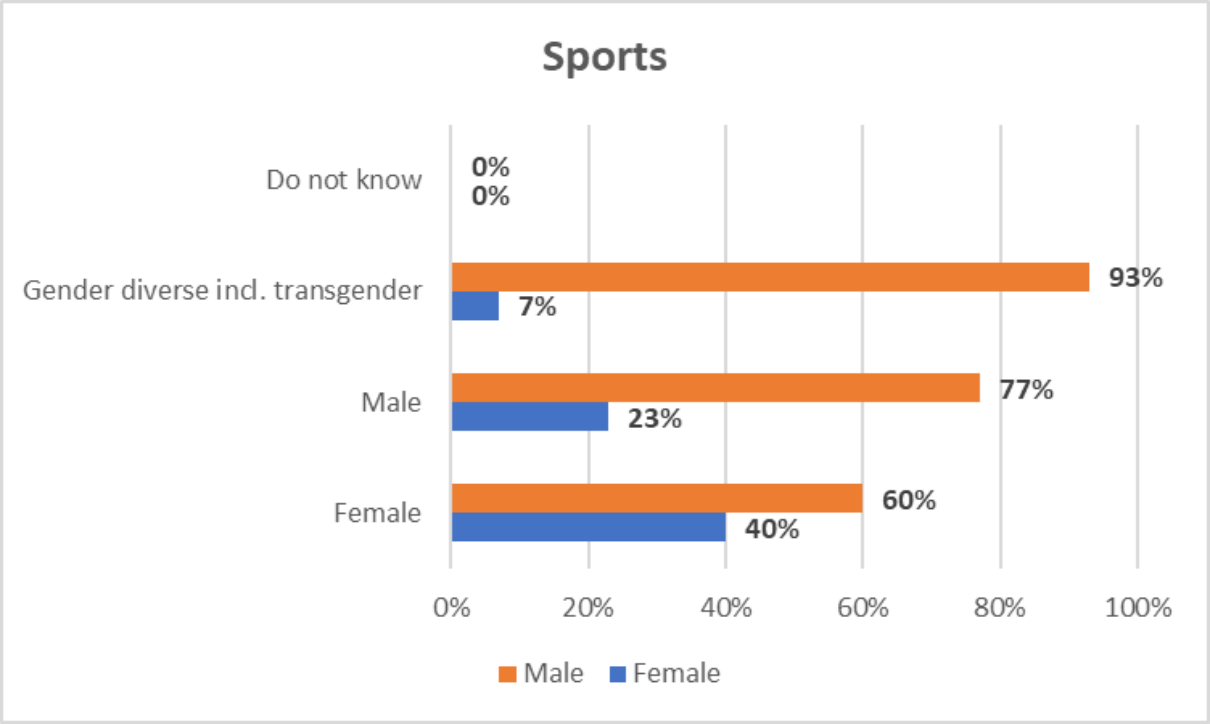

Science and Health
Do not know
Gender diverse incl. transgender
Male
Female
100%
0%
0%
0%
55%
45%
36%
64%
0%
20%
40%
60%
80%
100%
120%
Male
Female


Social and Legal
120%
100%
80%
60%
40%
20%
0%
36%
64%
49%
51%
0%
100%
0%
0%
Female
Male
Gender diverse incl. transgender
Do not know
Female
Male

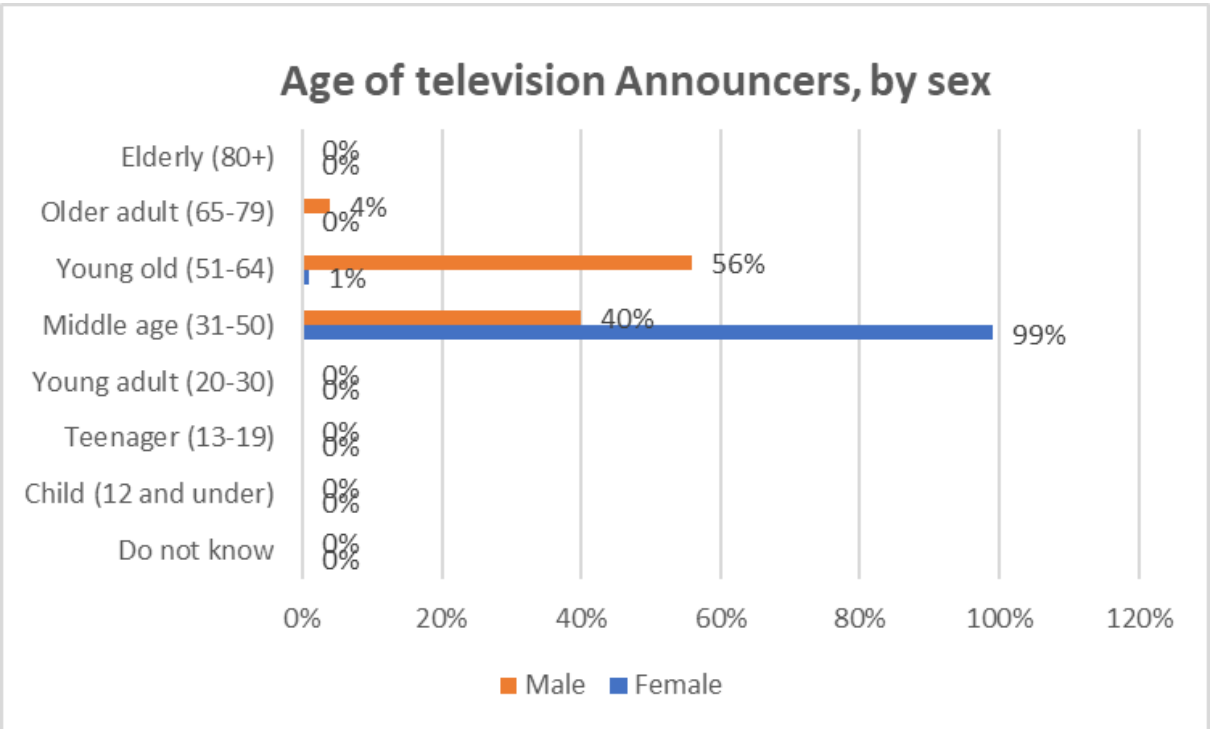

Crime and Violence (excluding gender-based violence)
Do not know
0%
100%
Gender diverse incl. transgender
50%
50%
Male
57%
43%
Female
62%
38%
0%
20%
40%
60%
80%
100%
120%
Male
Female


Gender-based violence
Do not know
0%
0%
Gender diverse incl. transgender
0%
0%
Male
60%
40%
Female
100%
0%
0%
20%
40%
60%
80%
100%
120%
Male
Female

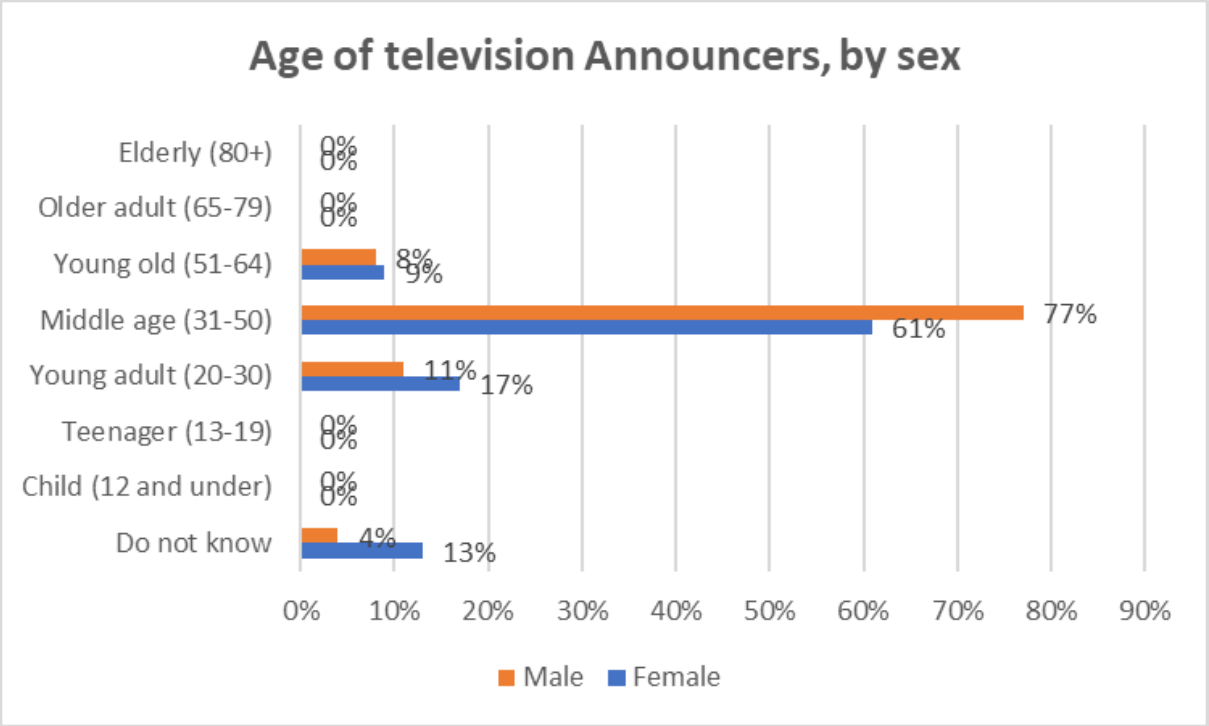

Celebrity, arts, media
Do not know
0%
0%
Gender diverse incl. transgender
0%
0%
Male
83%
18%
Female
69%
31%
0%
10%
20%
30%
40%
50%
60%
70%
80%
90%
Male
Female



- Outro dado importante diz respeito à idade de quem apresenta os noticiários na TV. Aqui ficam evidentes os atravessamentos de gênero, com mulheres mais jovens dividindo as bancadas com homens mais velhos. Se estas mulheres são âncoras, 99% delas está entre 31 a 50 anos contra 40% de seus colegas homens. Mas 56% dos âncoras estão entre 51-64 anos, e apenas 1% das âncoras mulheres. E 4% dos âncoras homens estão entre 65-79 anos, sem colegas mulheres nessa idade.



- Os dados mudam um pouco se olharmos apenas para repórteres. Apesar destas aparecerem mais do que seus colegas no intervalo de idade entre 20-30 anos (17% x 11%), a maioria se concentra na faixa 31-50 anos (61% mulheres e 77% homens) equiparando-se na faixa de 51-64 (9% mulheres e 8% homens).



PRÁTICA JORNALÍSTICA: SOBRE A CENTRALIDADE DAS MULHERES, ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E REPORTAGENS BASEADAS EM DIREITOS

Neste eixo do GMMP, buscamos entender o lugar que as mulheres ocupam nas matérias, se são lugares centrais, se as matérias falam sobre elas e a que temas elas estão relacionadas. Também se tenta perceber se as histórias fazem alusão a questões de gênero, qual sua relação com os estereótipos ou se baseiam-se em discussões sobre direitos humanos.

Como verificado nas edições anteriores, a maior parte das matérias não faz referência a questões sobre equidade de gênero, legislação ou políticas de direitos humanos.

Mesmo as notícias sobre violência de gênero não trazem discussões sobre equidade de gênero ou políticas de direitos humanos, como seria de se esperar. Além de serem poucas, tendem a ser factuais sobre temas como feminicídio. Este dado, no entanto, aponta para a dificuldade de os meios de comunicação cobrirem adequadamente temas que evidentemente envolvem questões de gênero, como a violência de gênero.

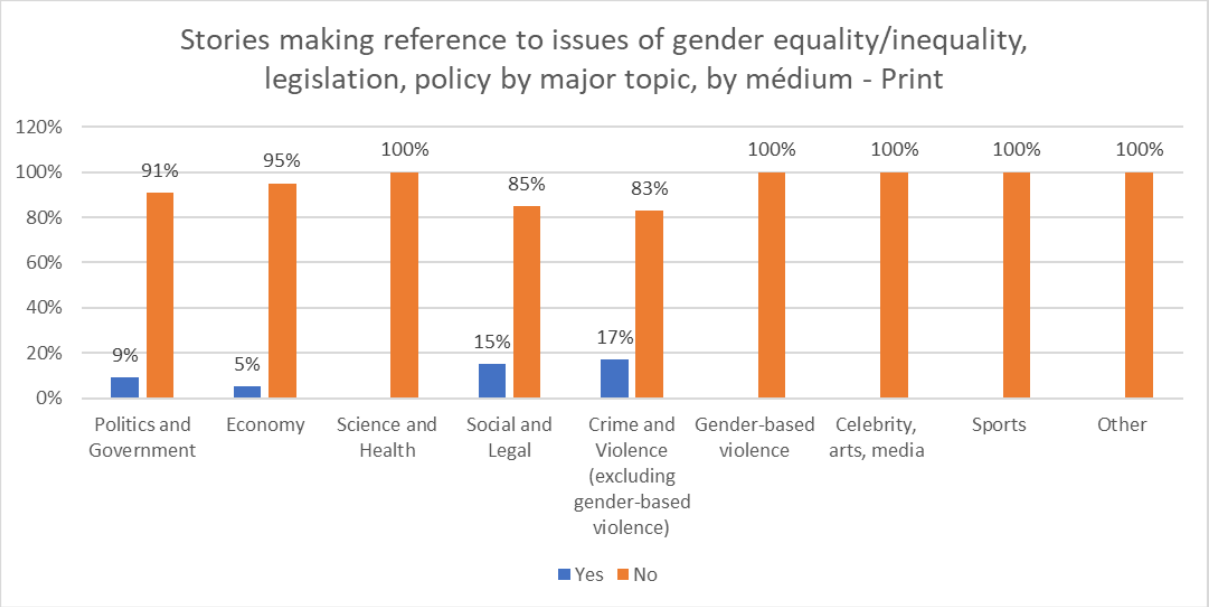
Também não há qualquer menção nas matérias sobre “Celebridade, Artes e Meios de Comunicação”, e esta ausência também aparece nas matérias sobre “Ciência e Saúde”.

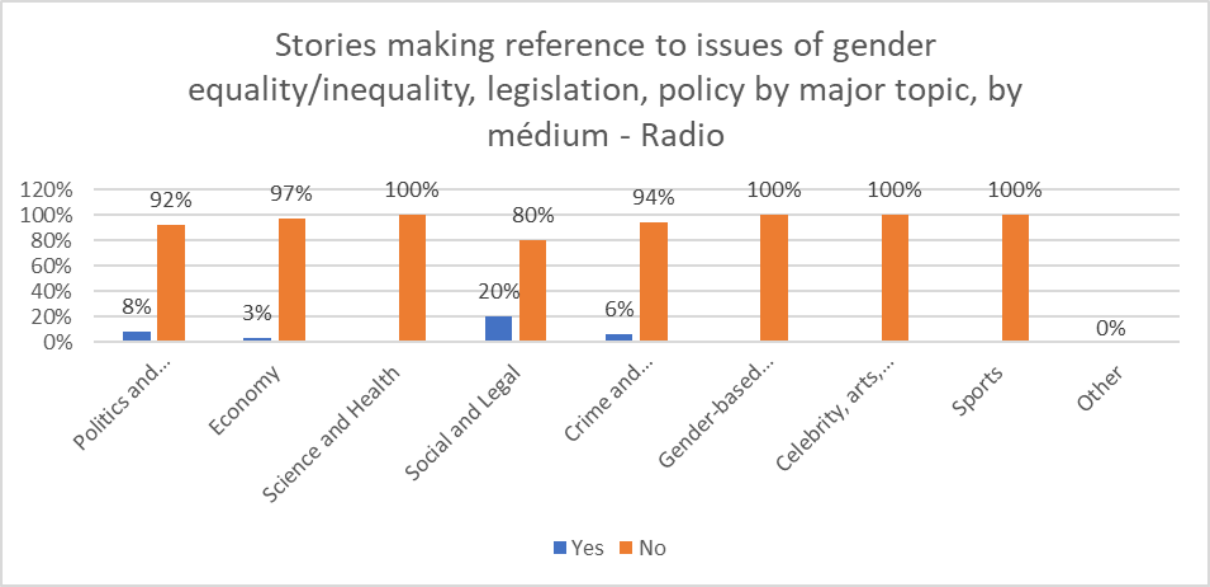
A maior parte dos tópicos principais tem mais de 91% das matérias sem alusão à equidade de gênero e/ou políticas de direitos humanos. As TVs, nesse sentido, trazem menos do que rádios e jornais – estes os mais "generosos" no quesito, mesmo que pouco.

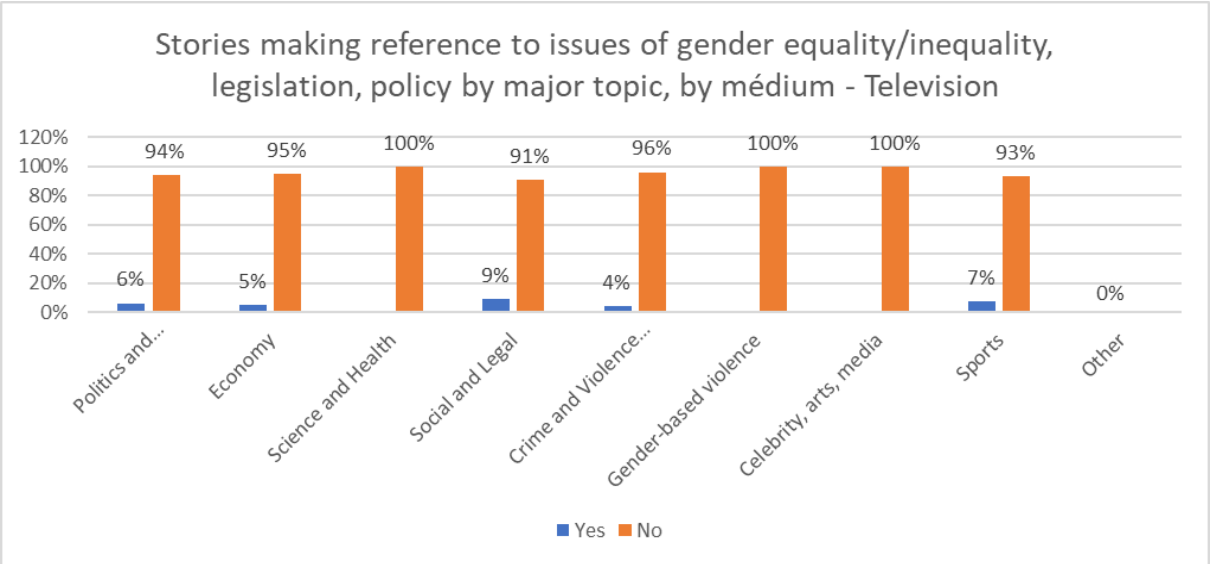
Um dos tópicos que é mais atravessado por estas menções são as matérias que abordam questões "Sociais e Legais", com 15% de referências nos impressos, 20% nas rádios e apenas 9% nas TVs.

A maior menção às questões de gênero/direitos humanos se dá nas matérias sobre "Crimes e Violência" (sem violência de gênero), com 17% das matérias nos jornais impressos, mas apenas 6% das de rádio e 4% nas TVs.

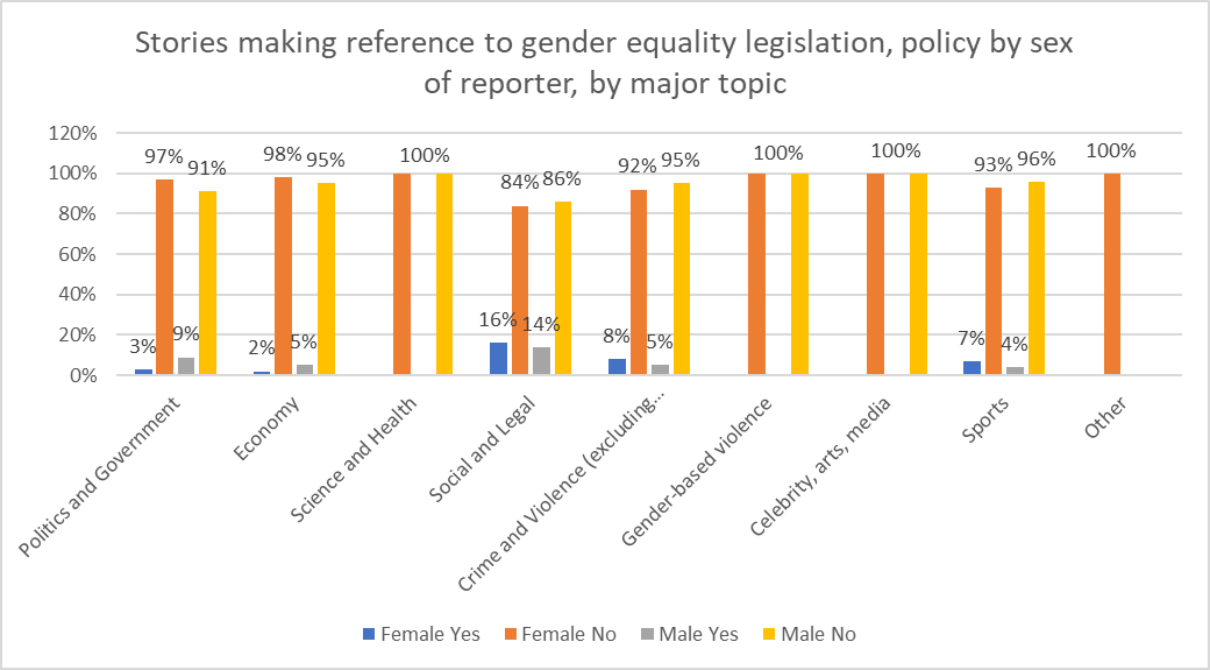
No entanto, enquanto jornais impressos e rádios não tratam de equidade de gênero e/ou políticas de direitos humanos quando noticiando "Esportes", na TV há menção a estas questões em 7% das matérias dos veículos. Os dados podem ser verificados no quadro abaixo:





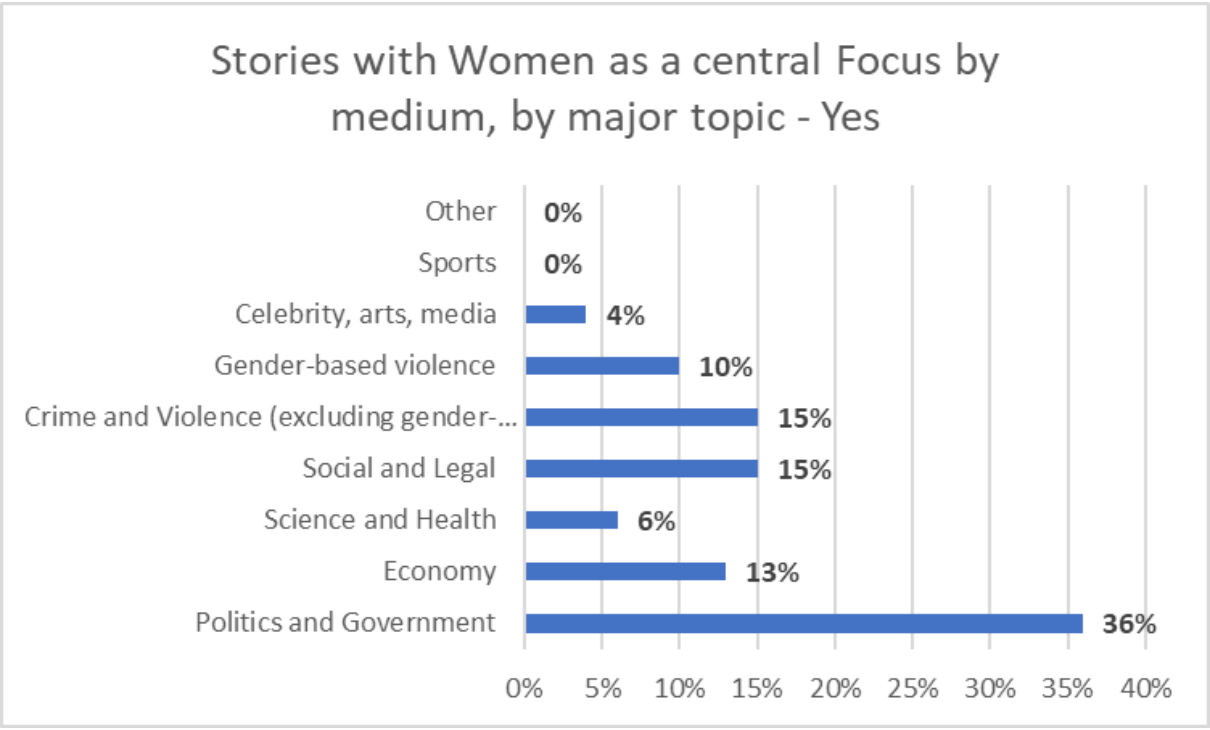


- Também não se observam diferenças significativas na menção à equidade de gênero ou políticas de direitos humanos segundo o gênero de quem fez a matéria. As mulheres jornalistas fazem mais matérias enfocando direitos humanos e questões de equidade nos tópicos “Social e Legal” (16% x 14% dos homens), “Crime e Violência” (8% x 5%) e “Esportes (7% x 4%). No entanto, fazem menos em “Politica e Governo” (3% x 9% dos colegas homens), e “Economia” (2% x 5%), o que também pode ser explicado pelo fato de as mulheres cobrirem menos estas áreas (e fazerem, portanto, menos matérias sobre estes tópicos).

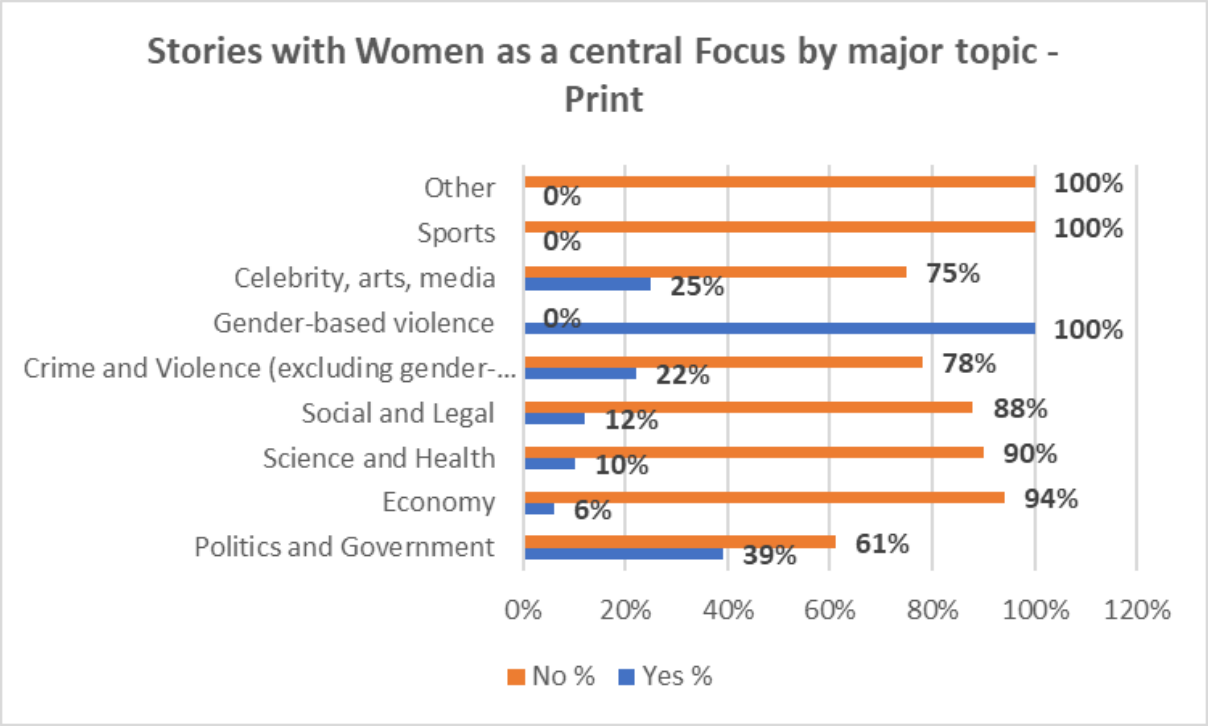


- Quando olhamos para o foco das matérias, percebemos que as mulheres aparecem pouco como foco das notícias.

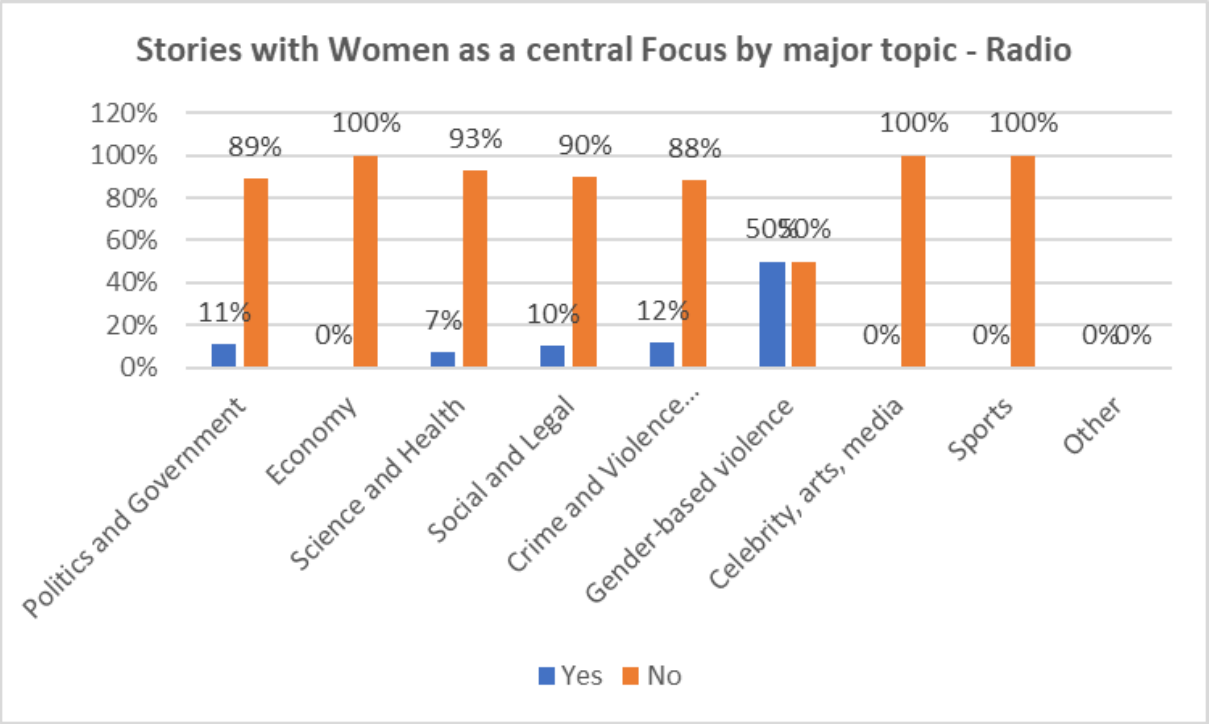
- Nos principais tópicos, são foco em 36% das matérias de “Política e Governo”, 13% nas de “Economia”, 6% nas de “Ciência e Saúde”, 15% nas de Social e Legal, e 15% nas de “Crime e Violência” (excluindo violência de gênero). São foco de 10% das matérias sobre “Violência de Gênero” e 4% das matérias sobre “Celebridades, Artes e Meios de Comunicação”. Não aparecem como foco em matérias de “Esporte”.



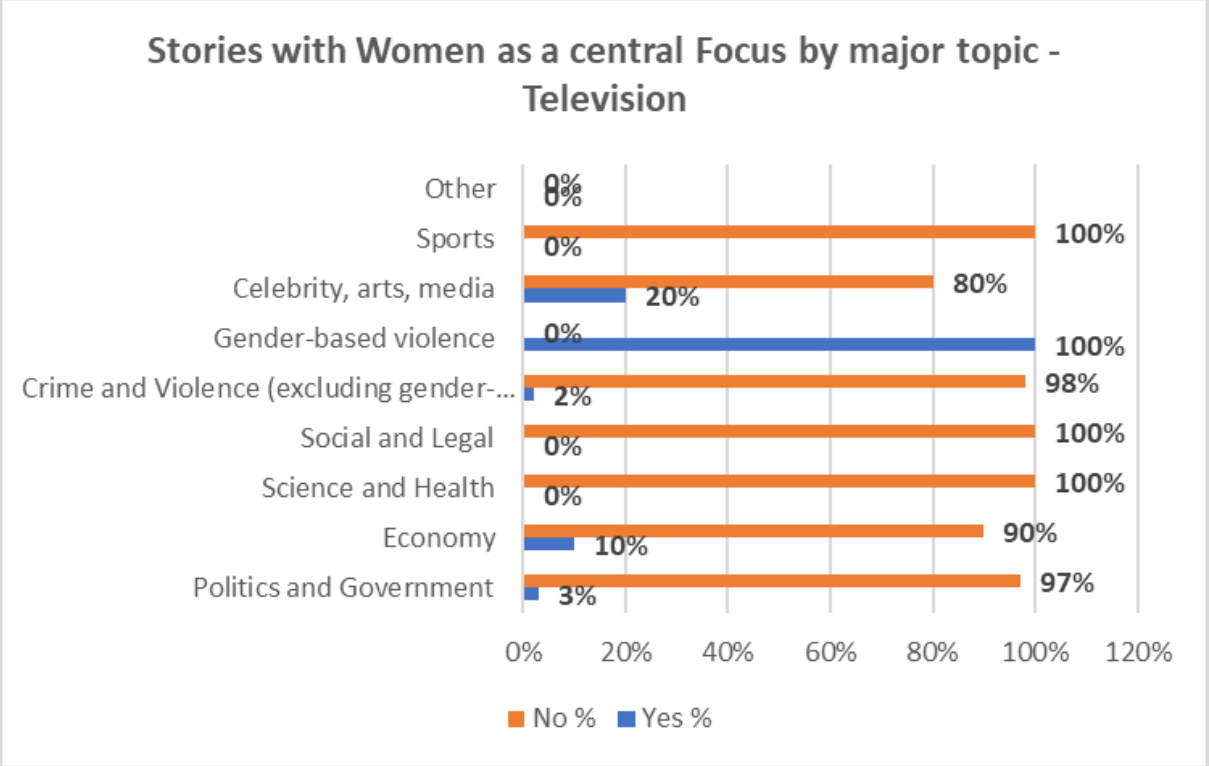
- Se desdobrarmos por tipo de veículo, temos que, nos jornais, as mulheres são foco de 39% das matérias sobre “Política e Governo”, 6% nas de “Economia”, 10% nas de “Ciência e Saúde”, 12% nas de “Social e Legal”, e 22% nas de “Crime e Violência” (excluindo violência de gênero). São foco do total das matérias sobre “Violência de Gênero” e 25% das matérias sobre “Celebridades, Artes e Meios de Comunicação”. Não aparecem como foco em matérias de “Esporte”.



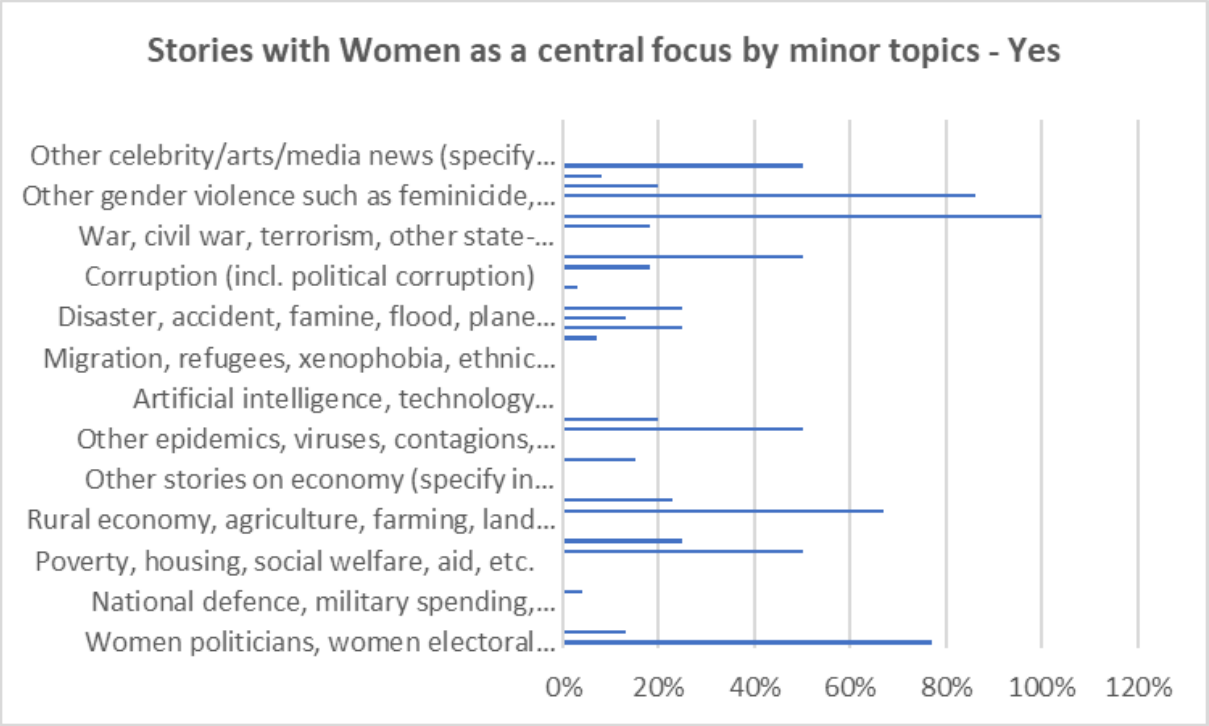
- Nas Rádios, o quadro se aprofunda. As mulheres são foco em apenas 11% das matérias de “Política e Governo”, em nenhuma de “Economia”, em 7% nas de “Ciência e Saúde”, 10% nas de “Social e Legal”, e 12% nas de “Crime e Violência” (excluindo violência de gênero). São 50% do foco das matérias sobre “Violência de Gênero” e não aparecem como foco em matérias de “Esporte” e “Celebridade, Artes e Meio de Comunicação”.



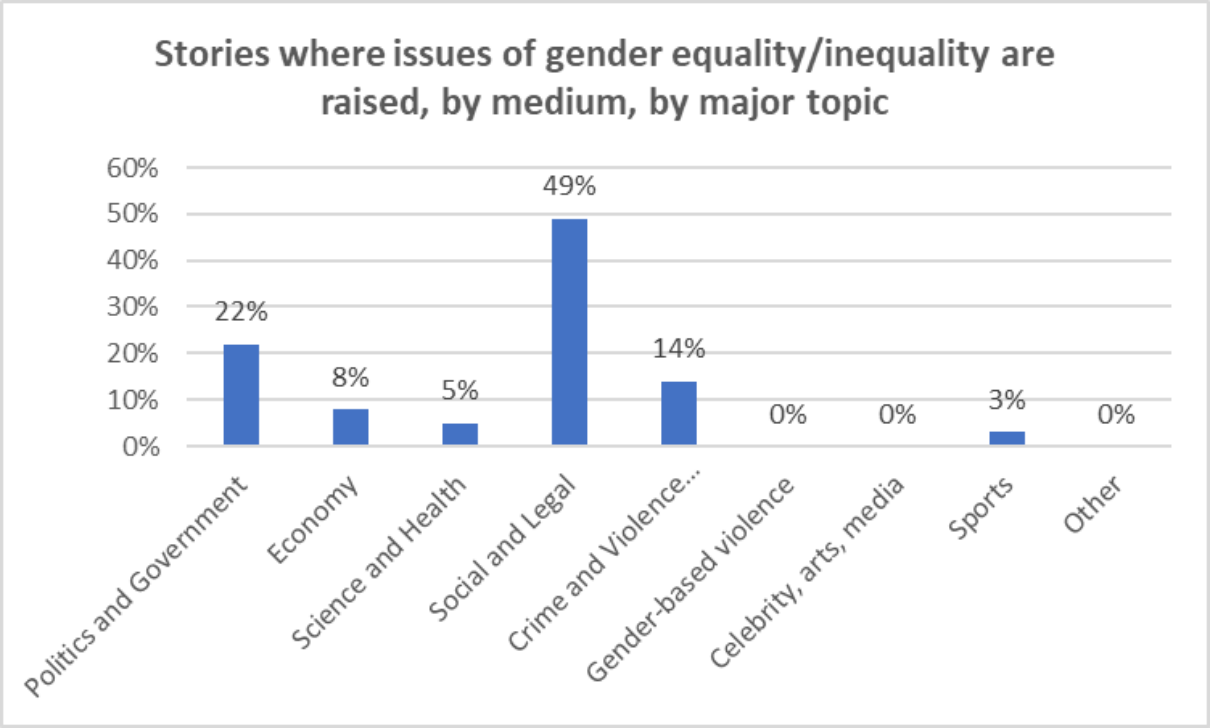
- Também nas TVs, percebemos esta falta de centralidade das mulheres nas notícias. Elas são o foco de apenas 3% das matérias de “Política e Governo”, 10% de “Economia”, não aparecem como foco em “Ciência e Saúde” e nas de “Social e Legal”, e são apenas 2% nas de “Crime e Violência” (excluindo violência de gênero). São foco de todas as matérias sobre “Violência de Gênero”, não aparecem como foco em matérias de “Esporte” e são foco em 20% das histórias de “Celebridade, Artes e Meio de Comunicação”.



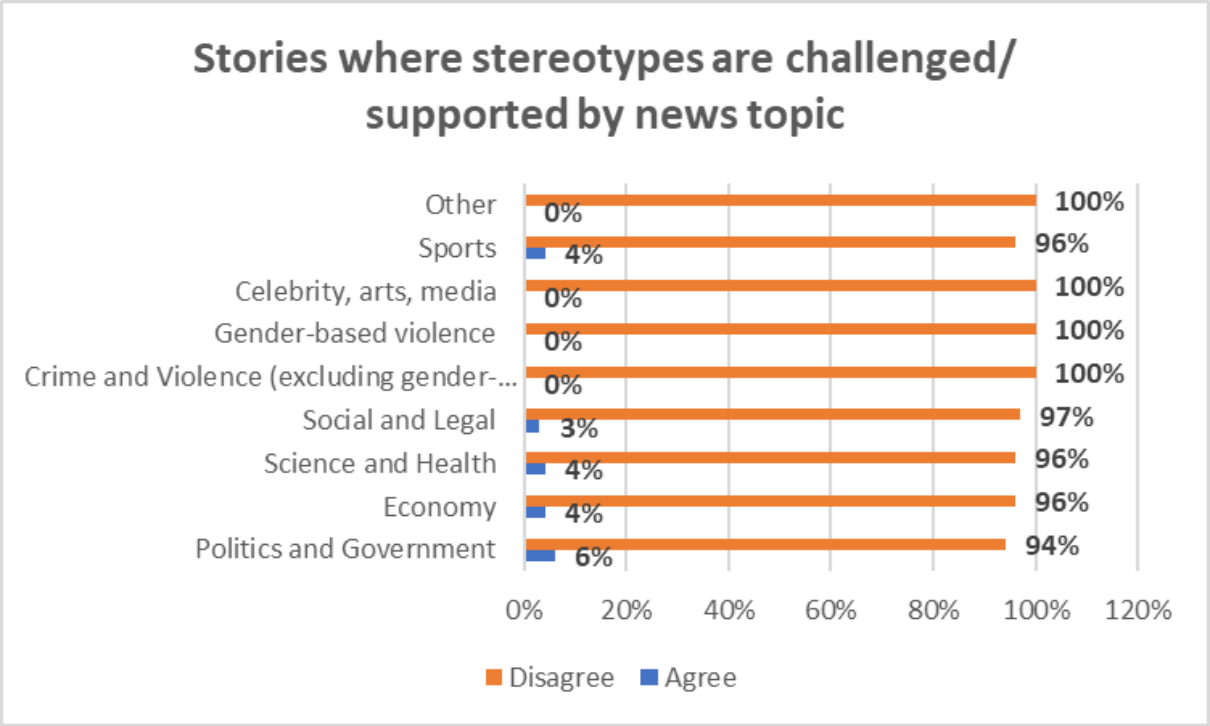
- Se olharmos para os tópicos menores, é interessante observar que mulheres são foco na maioria das matérias sobre consumo (67%) e nas matérias sobre mulheres políticas e candidatas (no entanto, em 77% destas matérias e não em sua totalidade). Nas matérias sobre “Mulheres e participação em processos econômicos”, e sobre “Controle de natalidade, fertilidade, aborto etc”, apenas 50% têm como foco mulheres, em cada um dos tópicos. Em reportagens sobre “Educação, cuidado com crianças, creches, universidade, ensino” aparecem como foco em 7% das notícias. No entanto, todas as matérias sobre “Assédio sexual, estupro” têm como foco mulheres. Elas também são foco em 86% das matérias sobre “Outras violências de gênero”, como feminicídio, tráfico de mulheres e meninas etc.



- Saindo do foco das notícias e observando apenas as histórias em que questões de equidade de gênero são levantadas, constatou-se que essas questões aparecem em 49% das matérias sobre “Social e Legal”; 22% das relacionadas à “Política e Governo”, em 14% das matérias sobre “Crimes”; em 8% das de “Economia”; em 5% das sobre “Ciência e Saúde”; em 3% das de “Esporte”. Mas não aparecem nas matérias sobre “Violência de Gênero”, nem em “Celebridades, Artes e Meios de Comunicação”.

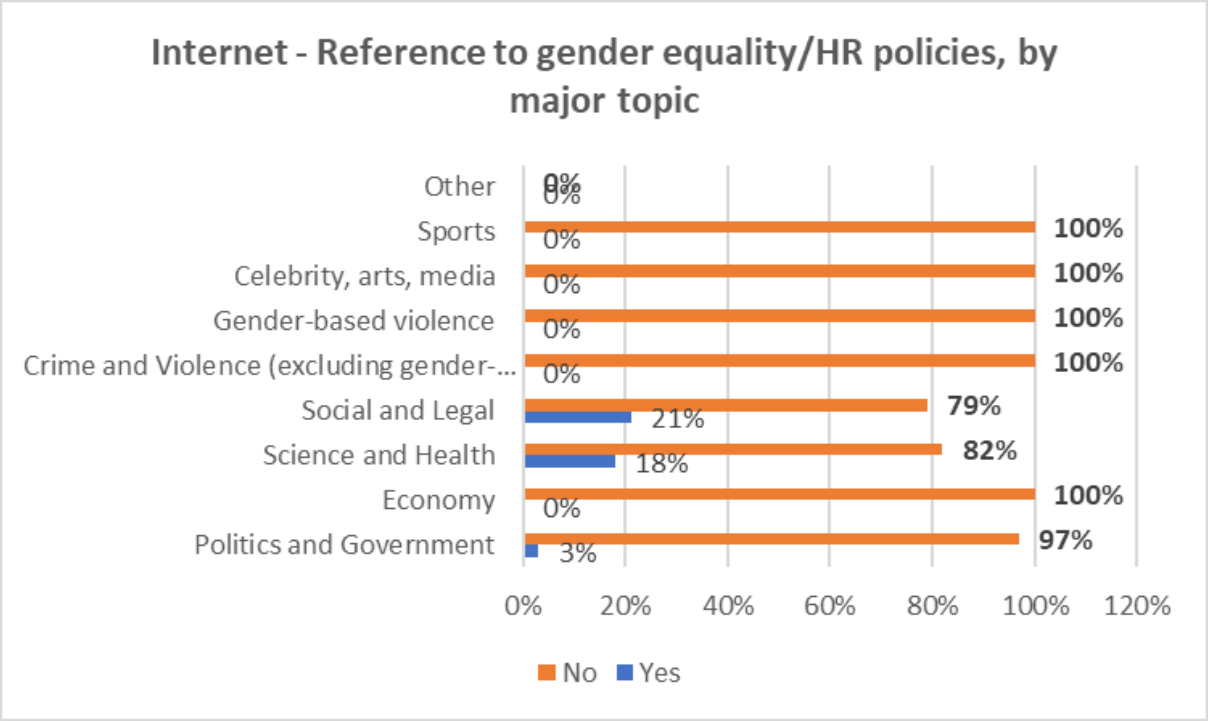


- A maioria das histórias não desafia os estereótipos de gênero. No total da amostra, apenas 6% das histórias de “Política e governo”, 4% das de “Economia”, “Ciência e saúde” e “Esportes” e 3% das de “Social e Legal” foram classificadas como matérias que permitem questionar estereótipos de gênero.

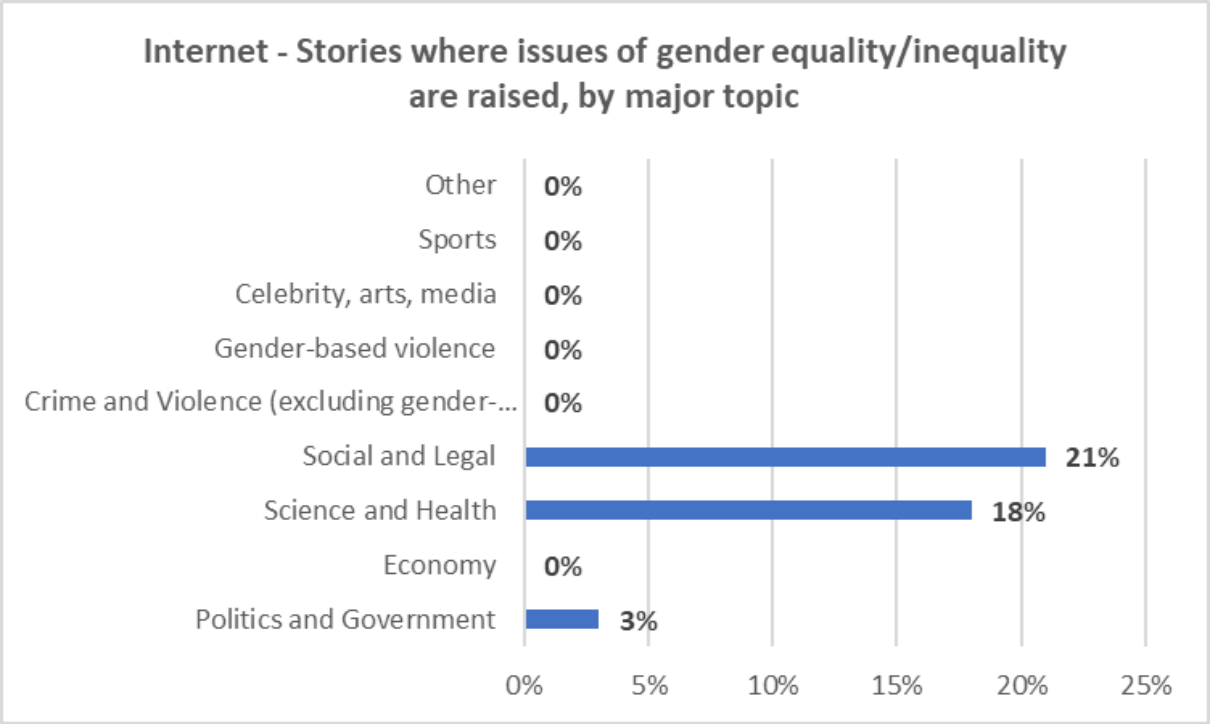


INTERNET

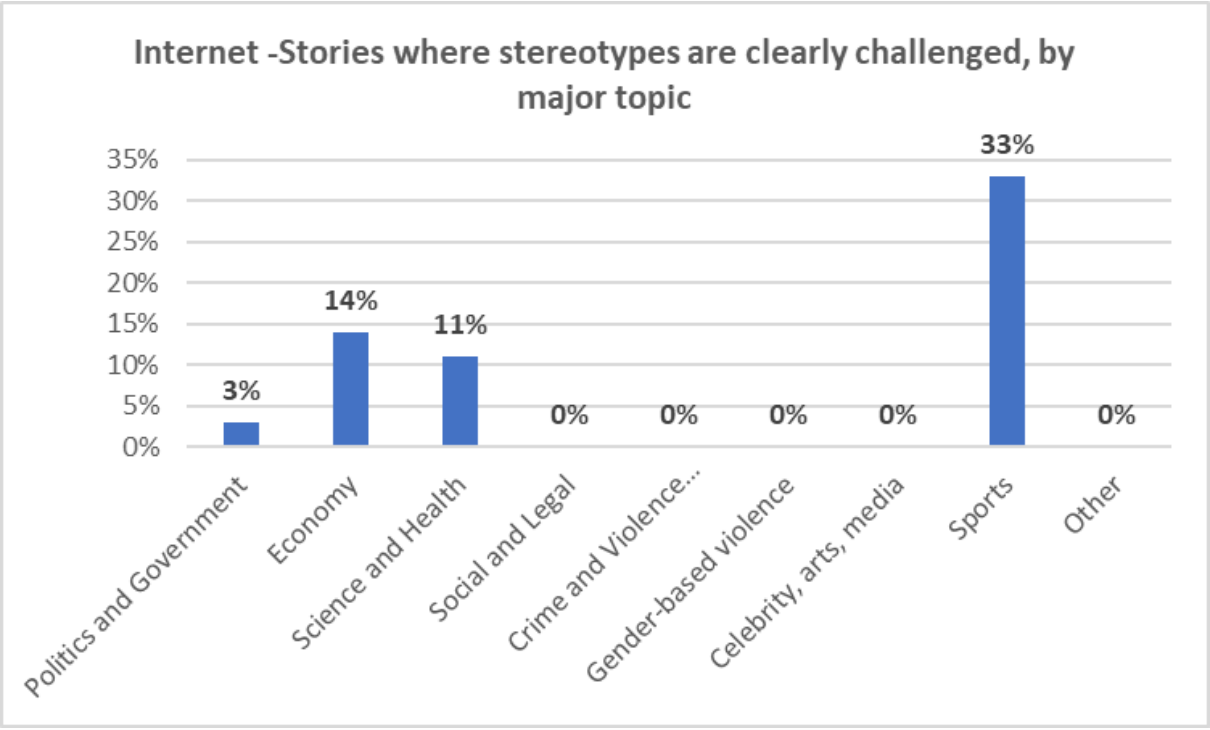
Na internet, também poucas notícias, por tópico, fazem menção à equidade de gênero ou políticas de direitos humanos. 21% das matérias de “Social e legal” e 18 % das de “Ciência e Saúde”. Apenas 3% das de “Política e Governo”; nenhuma das de “Economia” e dos demais tópicos.



- Também na Internet, há poucas publicações que trazem questões de equidade de gênero. Apenas 3% delas em “Política e Governo”, 18% das de “Ciência e Saúde”, 21% das de “Social e Legal” e nenhuma nos outros tópicos principais.

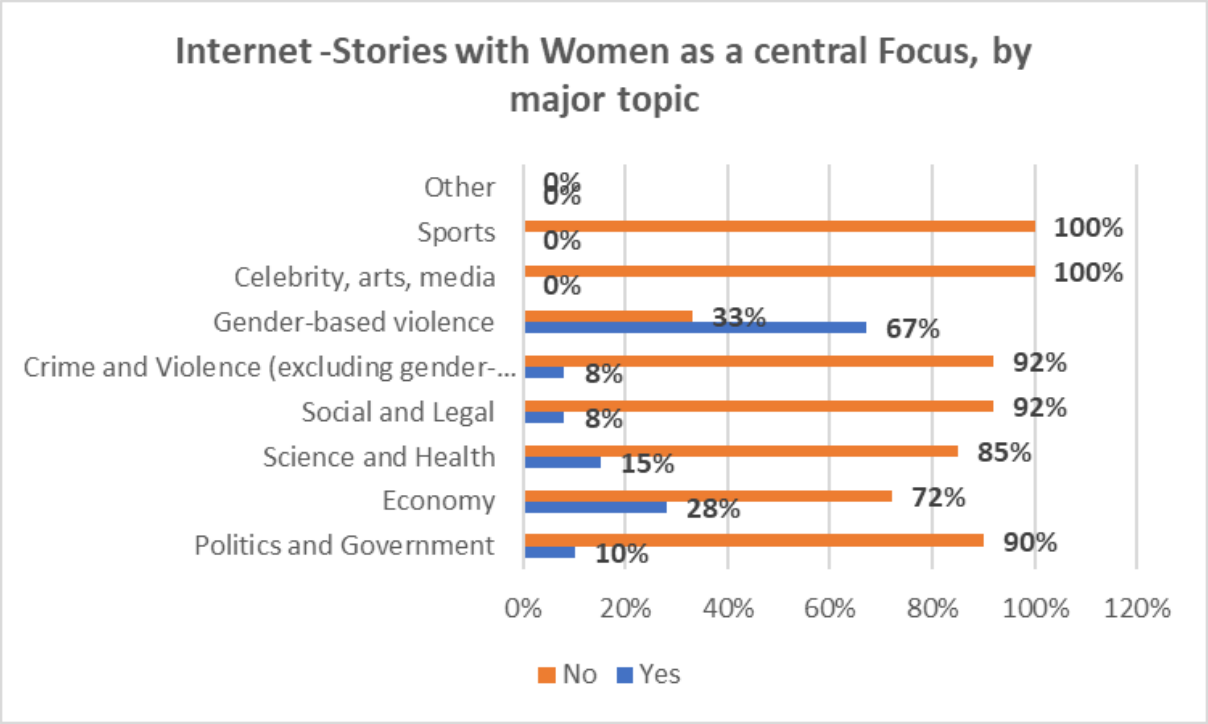


- Desafiar estereótipos de gênero também não é uma perspectiva nas notícias na internet. Apenas 3% das de "Política e Governo" o fazem; 14% das de "Economia"; 11% das de "Ciência e Saúde"; e em nenhuma dos demais tópicos. Mas 33%, um número alto se pensarmos no conjunto, nas matérias sobre "Esporte" desafia estereótipos de gênero.

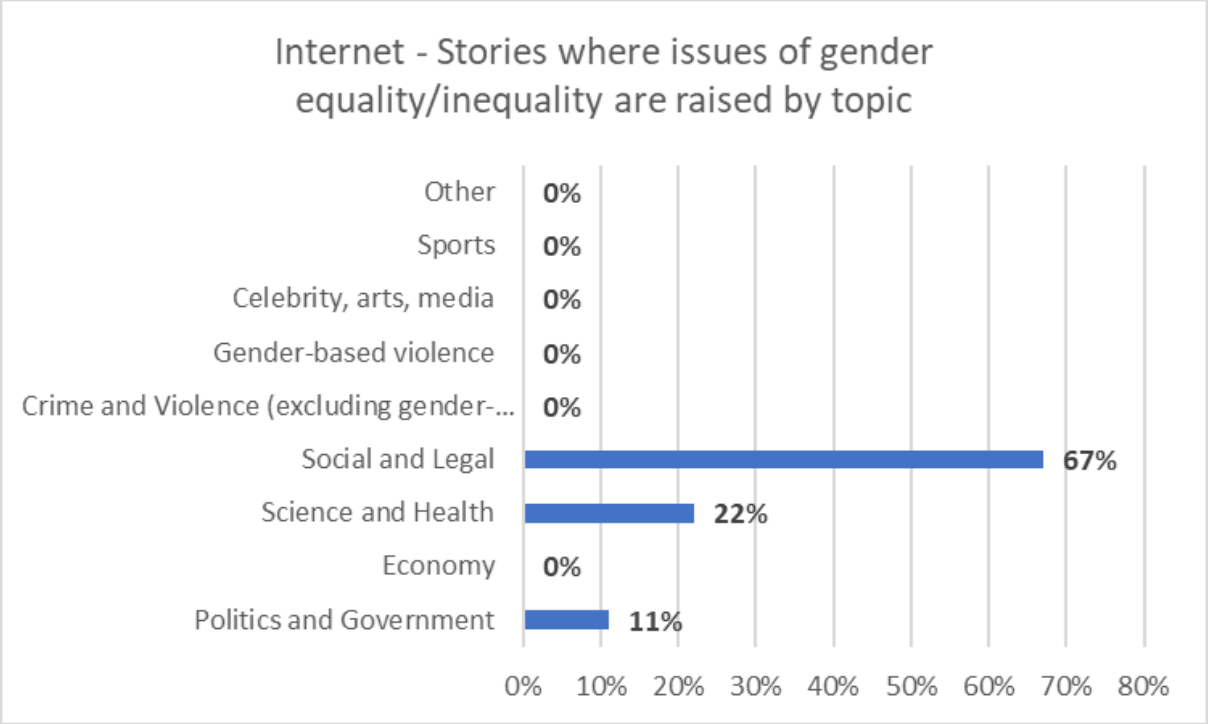


- Na internet, também são poucas as histórias que têm mulheres como foco. As mulheres são centrais em 67% nas matérias sobre "Violência de Gênero"; em 28% nas de "Economia"; em 15% nas de "Ciência e Saúde"; em 10% nas de "Política e Governo" e em 8% nas de "Social

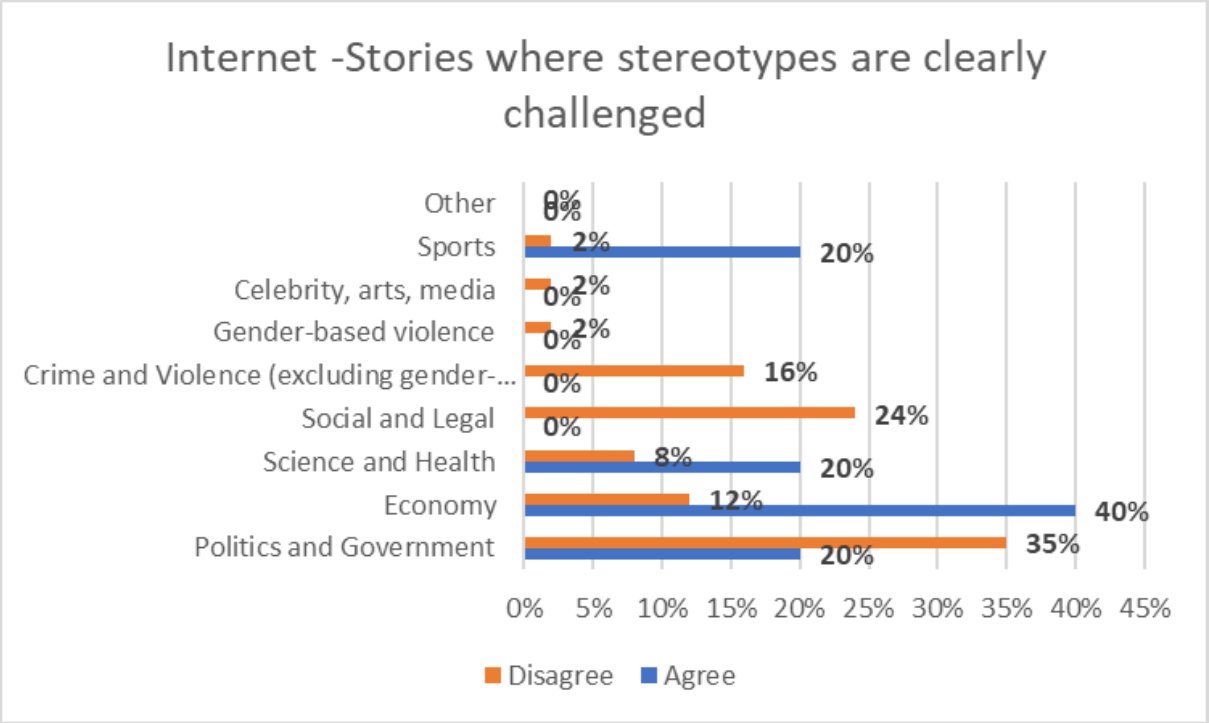
e Legal” e “Crime e Violência”. Não são foco de matérias de “Celebridades, Artes e Meios de Comunicação” e “Esportes”.



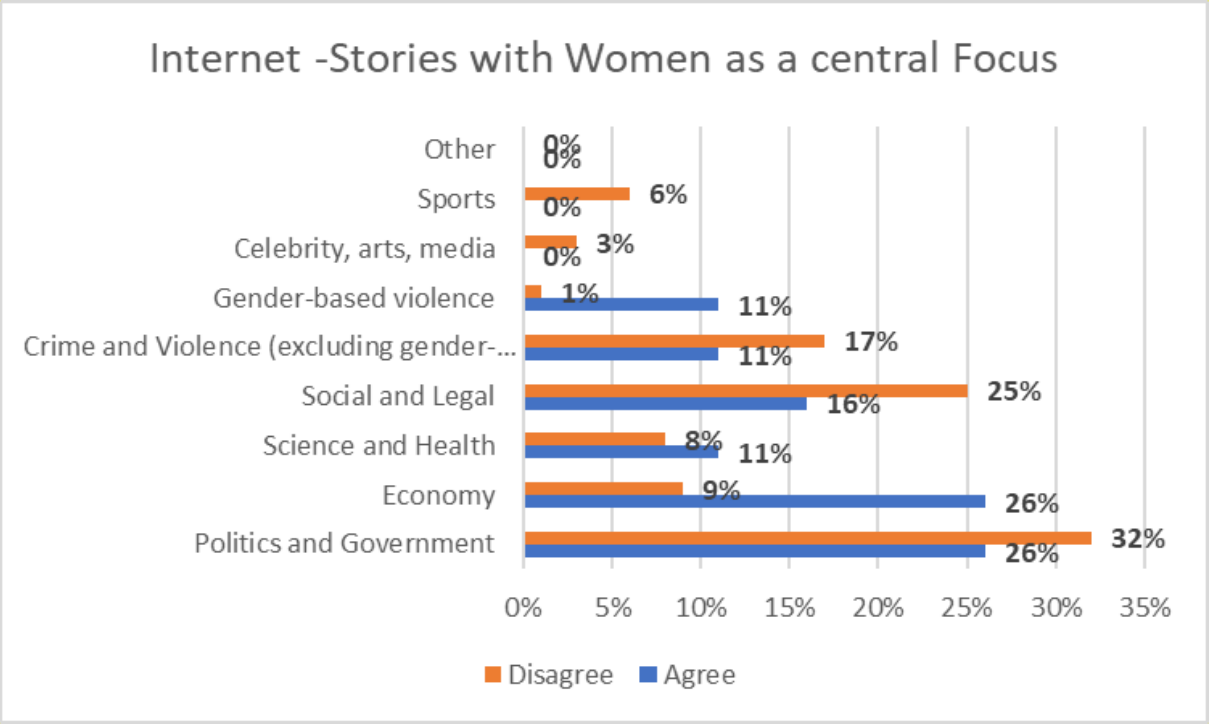
- As poucas matérias que levantam questões relacionadas ao gênero estão concentradas nos seguintes tópicos: “Social e Legal”, com 67% das histórias; em 22% das matérias sobre “Ciência e Saúde” e em 11% nas de “Política e Governo”. Essas questões não aparecem nos outros tópicos principais.



- A internet apresenta algumas matérias que desafiam claramente os estereótipos de gênero, em maior proporção do que os outros veículos, apesar destas estarem concentradas em apenas quatro tópicos: 40% em “Economia” e 20% respectivamente nos tópicos de “Política e Governo”, “Ciência e Saúde” e “Esporte”.



- Histórias em que as mulheres são o foco, também aparecem no meio internet. São 26% das matérias de “Política e Governo” e de “Economia”; apenas 11% das matérias de “Ciência e Saúde”, “Crime e Violência” e “Violência de Gênero; e 16% nas matérias de “Social e Legal”.



Os resultados do Brasil confirmam os dados internacionais. Apesar de a Internet apresentar uma distribuição mais equilibrada nos dados que falam da centralidade e das presenças de mulheres e questões de gênero, os resultados ainda reservam semelhanças significativas em relação aos demais meios.

FOCO NA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A relação entre violência de gênero e meios de comunicação precisa ser explorada, já que estes tendem, na maioria das vezes, a reforçar estereótipos e preconceitos nas apurações, em diversos níveis. No entanto, os dados Brasil do GMMP 2025 trazem poucos resultados para ampliar esta discussão, a exemplo dos dados globais. O número de notícias que tratam de violência de gênero é insuficiente para traçarmos muitas das conclusões, mas esta ausência, por si só, mostra como a temática é pouco trabalhada e desprezada nas coberturas jornalísticas como um todo.

No Brasil, identificamos apenas duas histórias que tenham violência de gênero como questão nos jornais impressos (2% da amostra), duas nas rádios (1% da amostra), duas nas televisões (1% da amostra) e três na internet (2%) da amostra, totalizando apenas nove notícias, como apresentado anteriormente.

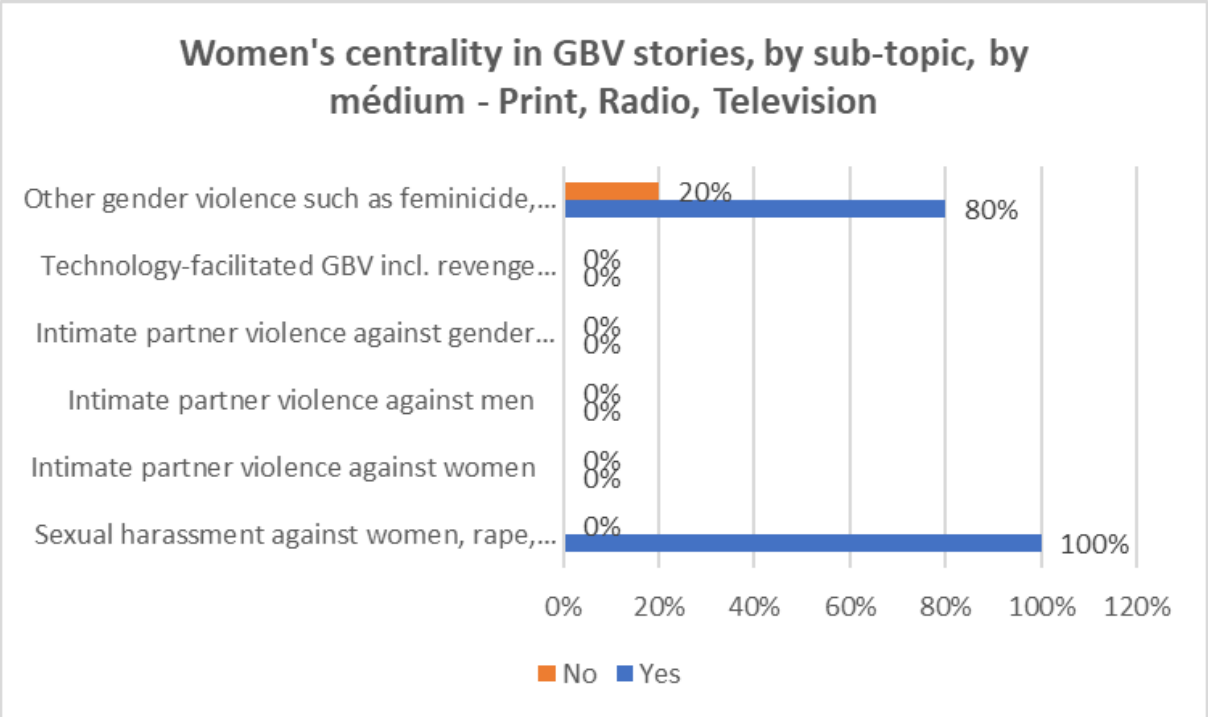
Em um país onde o feminicídio é uma epidemia, esta ausência pode ser interpretada por alguns elementos. O primeiro, o lugar que tais narrativas ocupam nos noticiários. A não ser que envolvam mulheres brancas, de camadas sociais mais abastadas, a violência de gênero (que vitima principalmente corpos feminilizados de pessoas racializadas, periféricas e/ou invisibilizadas) não é pautada pelos grandes noticiários. Ao mesmo tempo, quando aparece,

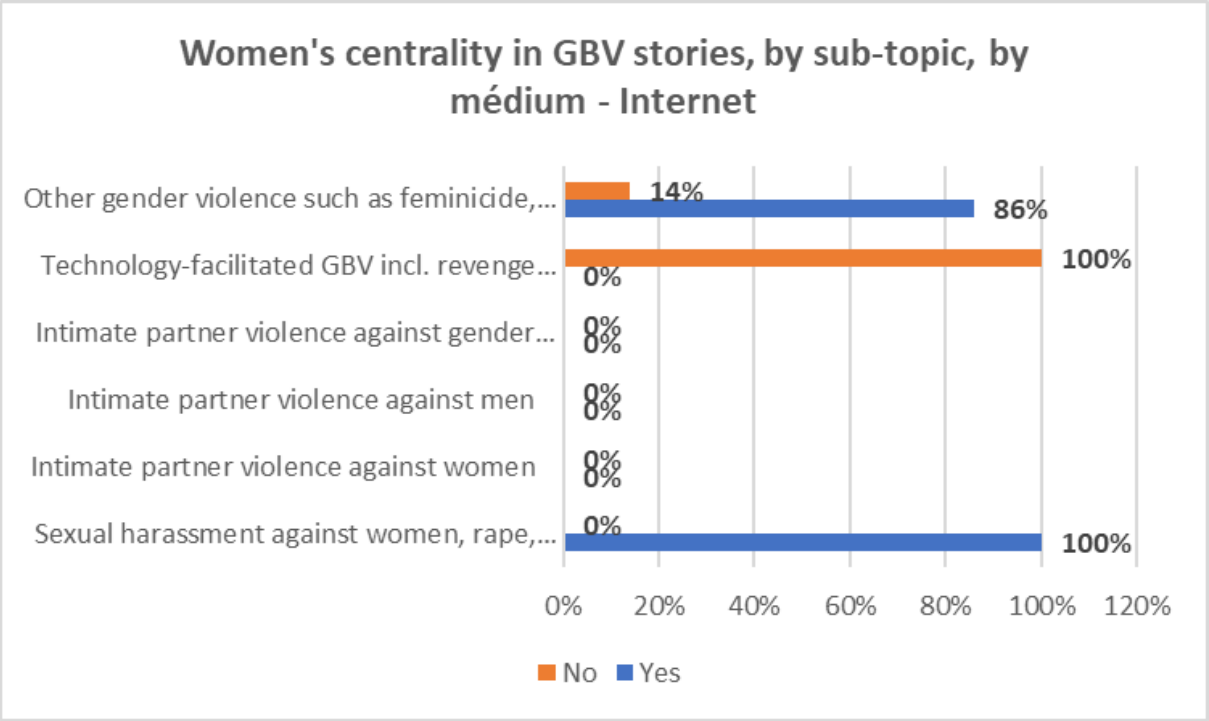
pode estar em páginas bastante secundárias, que a análise não acessa por questões metodológicas importantes para que a coleta e a codificação das notícias não seja intencionalmente direcionada.

No entanto, mesmo com esta pouca representatividade, algumas análises podem ser feitas a partir dos dados coletados. O GMMP identifica a violência de gênero a partir de seis eixos: 1) assédio sexual contra mulheres, estupro, agressão sexual; 2) violência de parceiro íntimo contra mulheres; 3) violência de parceiro íntimo contra homens; 4) violência de parceiro íntimo contra pessoas de gênero diverso; 5) violência de gênero facilitada pelas tecnologias, o que inclui pornografia de vingança, misoginia online etc.; 6) outras violências como feminicídio, tráfico de mulheres e meninas.

A partir desta divisão, temos que as histórias envolvem 21 pessoas, identificadas como 11 homens e 10 mulheres (sem gênero diverso), e a grande maioria destes sujeitos (16) aparecem relacionados ao tópico “outras violências”, enquanto três aparecem em “violência de gênero facilitada por tecnologias” e duas em “assédio sexual contra mulheres, estupro, agressão sexual”.

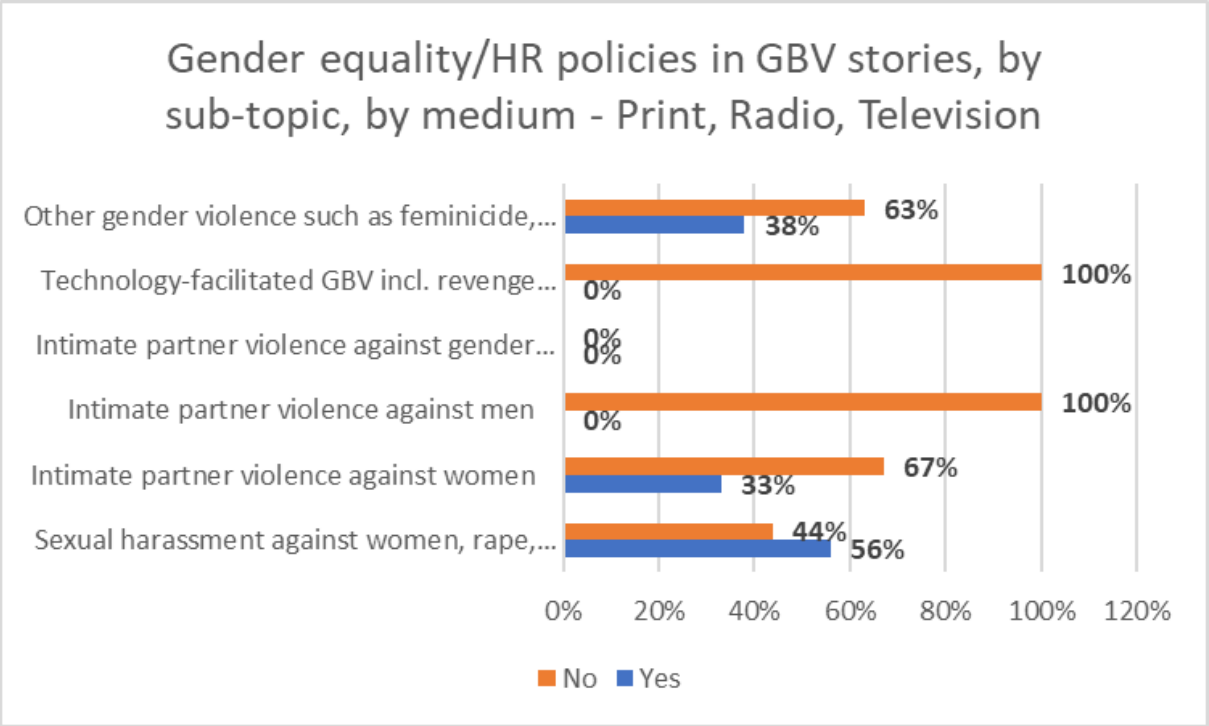
- Nestas histórias, quando referidas ao tópico “assédio sexual contra mulheres, estupro, agressão sexual” as mulheres aparecem como centrais em todos os meios. As histórias que envolvem “violência de gênero facilitada por tecnologias”, no entanto, são masculino centradas, enquanto as de “outras violências”, tem centralidade feminina em 80% (Jornais, Rádios e TVs) e 86% (Internet).



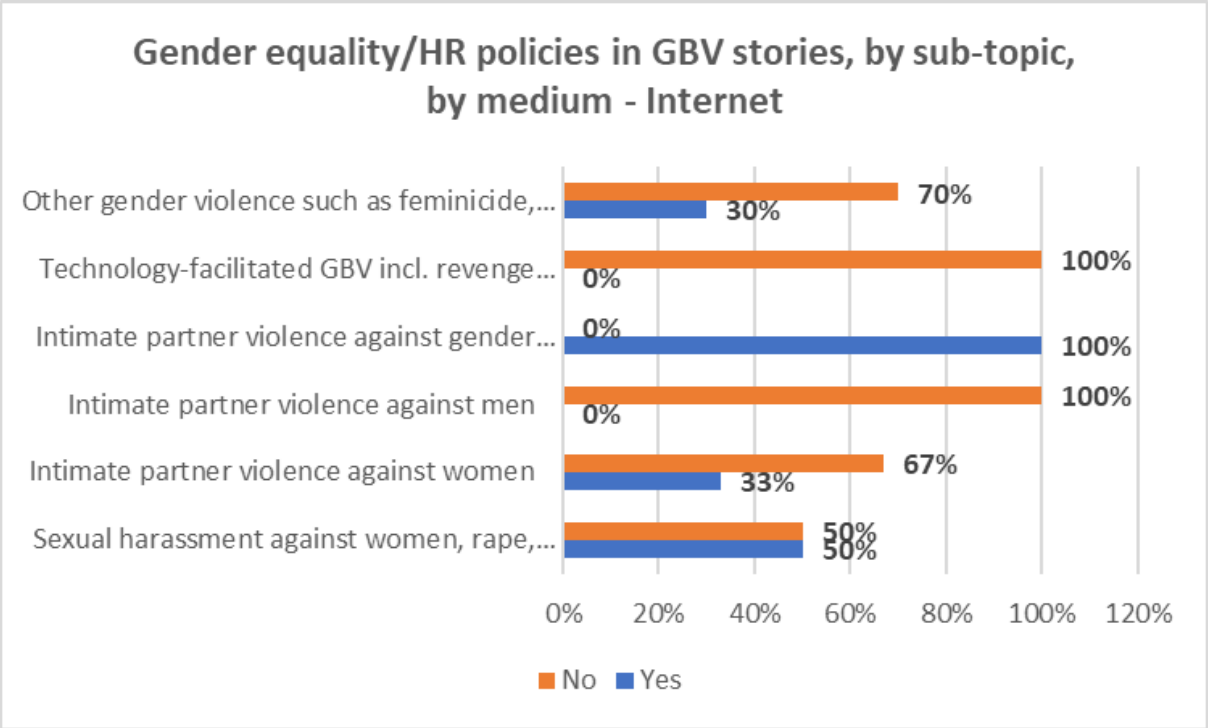


- Quando, no entanto, vamos para outras informações sobre as matérias, percebemos que há histórias relacionadas também aos tópicos “violência contra mulheres por parceiro íntimo” e “violência contra homem por parceiro íntimo” e “violência contra pessoa de gênero diverso”. Provavelmente isto ocorre porque estes dados se relacionam às matérias em si e não a sujeitos/fontes que nelas são citadas. Acreditamos que isto se deva ao fato de algumas matérias serem notas sobre determinados assuntos, sem a presença de sujeitos, especialmente nas rádios e tvs. Uma reportagem sobre uma lei, por exemplo. Ou matérias que falam de instituições e não de pessoas (as instituições, pela metodologia, não são codificadas como sujeitos das matérias).

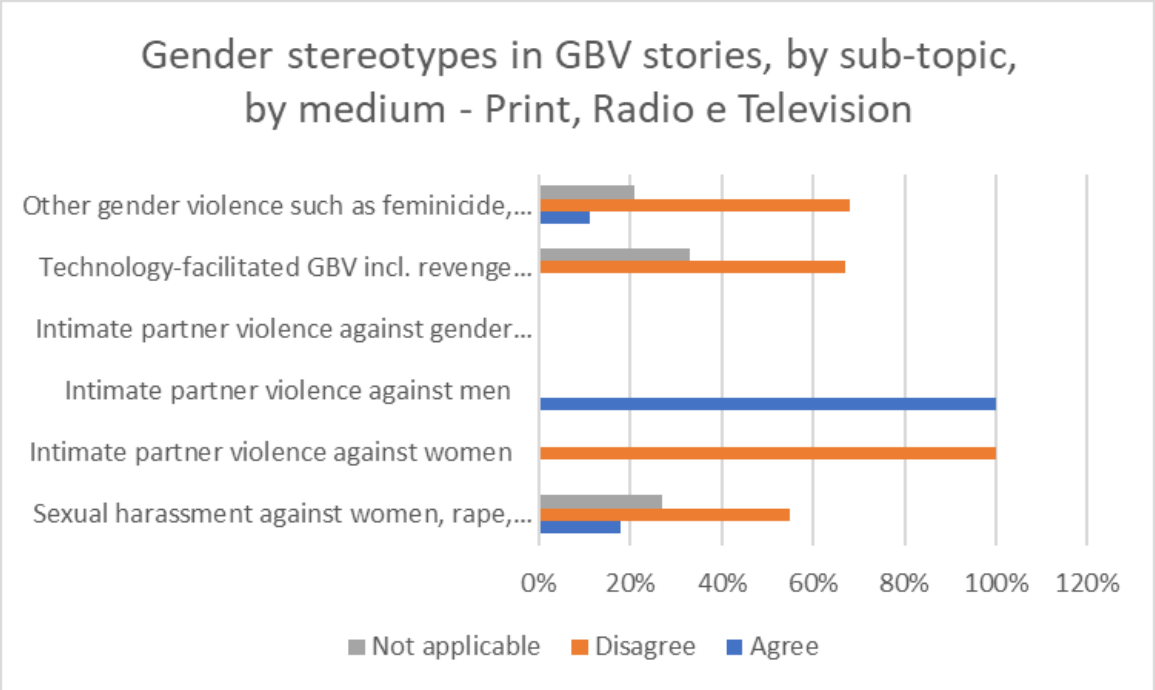
Assim, ao olharmos para a “equidade de gênero, ou menção às políticas de direitos humanos” vemos que, nos jornais, rádios e TVs, 56% das matérias relacionadas ao tópico “assédio sexual contra mulheres, estupro, agressão sexual” fazem menção a estas questões, enquanto 33% fazem menção no tópico “violência contra mulheres por parceiro íntimo” e 38% em “outras violências”. Aqui aparece também o tópico “violência contra homem por parceiro íntimo”, mas este não tem menção a questões de equidade de gênero ou políticas de direitos humanos.

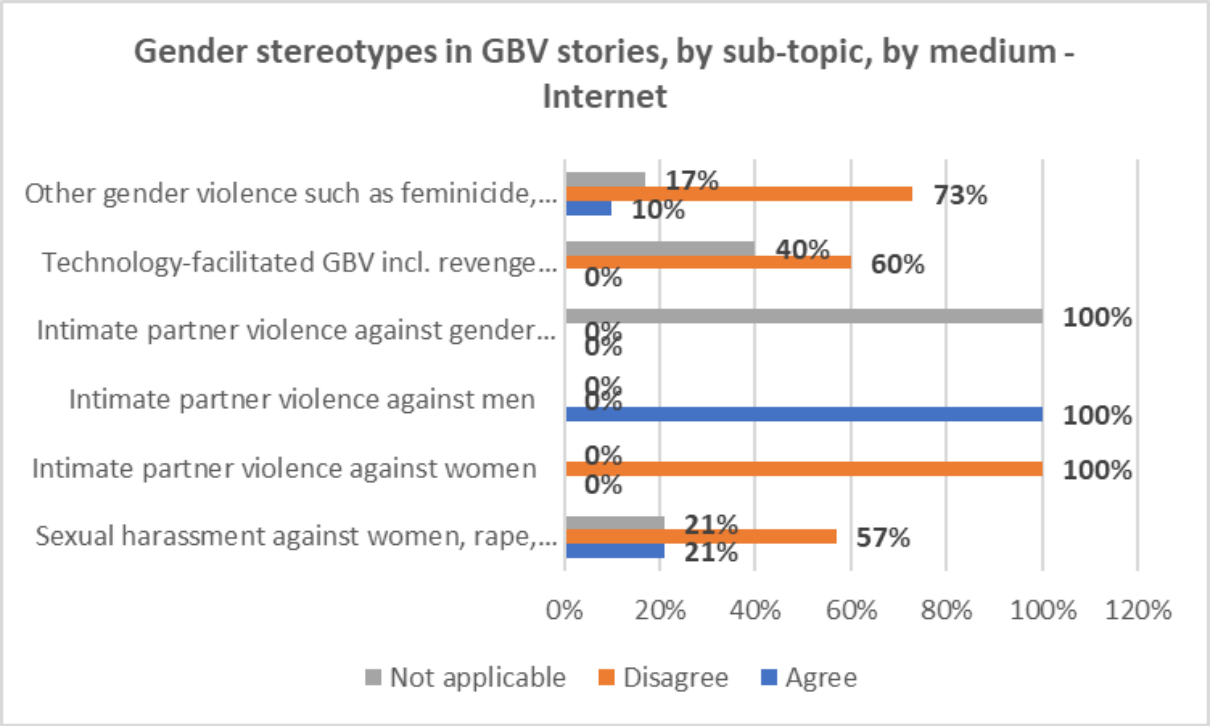


- Na Internet, 50% mencionam equidade de gênero ou políticas de direitos humanos em matérias relacionadas ao tópico “assédio sexual contra mulheres, estupro, agressão sexual”, 33% ao tópico “violência contra mulheres por parceiro íntimo”, 100% quando as matérias se relacionam ao tópico “violência contra pessoa de gênero diverso” e 30% em “outras violências”. Não há menção a estas questões no tópico “violências facilitadas por tecnologias” e nem no tópico “violência contra homem por parceiro íntimo”.

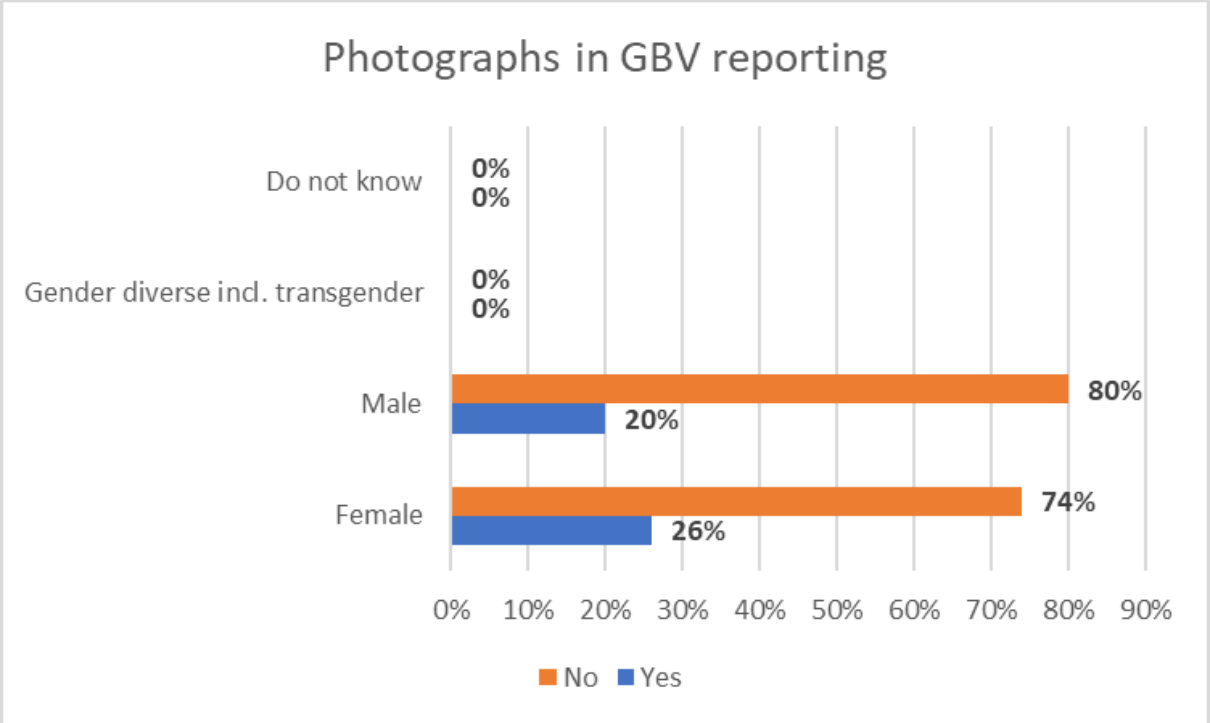


- Se olharmos para a relação das matérias sobre violência articulada aos estereótipos de gênero, veremos que a maior parte das codificações assumem que não concordam com a premissa de que as matérias desafiam estereótipos de gênero, com exceção daquelas que se enquadram no tópico “violência íntima por parceiro contra homem”, tanto nos meios tradicionais como na internet, como se observa nos gráficos abaixo:





- Analisando as fotos que aparecem nas histórias sobre violência de gênero, lembrando que a maioria não contém imagens associadas, temos que 26% de matérias trazem fotos de mulheres e 20% de homens.



ESTUDOS DE CASO

Análises qualitativas – Brasil

	Estereótipo evidente	Estereótipo sutil	Oportunidade perdida	Sensível à questão de gênero
Rádio	Jovem Pan	-	Itatiaia	-
Televisão		Tv Globo	Tv Band Tv Gazeta	-
Jornal		O Popular O Globo	Estadão Folha SP	-
Internet	-	-	Uol	Metrópoles G1

Estudo de caso 1 – Estereótipos evidentes

Rádio: Jovem Pan
Título da notícia: Gleisi Hoffmann apresenta queixa-crime contra deputado Gilvan da Federal
É uma das notícias que você codificou na parte quantitativa do estudo? Sim.
Data: 06/05/2025
País: Brasil
Tema: 56 (Outras formas de violência de gênero, como feminicídio, tráfico de meninas e mulheres, mutilação genital).
Questões técnicas:
Formato: Entrada ao vivo.
Fontes: As únicas sonoras utilizadas são do Gilvan da Federal. Além de informações da Câmara de deputados, no setor do Comitê de ética.
Linguagem: A linguagem não é explicitamente machista nem sexista e o estilo de locução do repórter é objetivo com entonações pontuais ao dar ênfase a trechos do texto. Ele descreve os acontecimentos e aponta possíveis acontecimentos correlatos ao registro da queixa-crime.
Ângulo e perspectiva da notícia: A angulação da notícia é a informação do repórter sobre a ação do deputado Gilvan da Federal e os desdobramentos dessa ação como a queixa-crime registrada pela ministra, avaliando também os posicionamentos do deputado contra a base aliada do governo federal.
Localização e posicionamento: A notícia é a 1° do 3° bloco do programa. A notícia inicia na metade do programa. É precedida de uma escalada de destaques do noticiário presentes na metade final do programa.
Classificação de Gênero e Mídia (GEM): Estereótipo evidente
Análise: de que formas esta notícia transmite estereótipos de gênero evidentes?
Trata-se de uma notícia sobre política. A notícia evidencia que o deputado federal Gilvan da Federal, no espaço da câmara de deputados, no papel de parlamentar, atacou em sua fala outro deputado (Lindenberg Farias) utilizando e mencionando a então ministra Gleisi Hoffmann e seu relacionamento com o deputado, fazendo referências a ela como amante. Apesar da redução da figura de uma mulher ministra de Estado a papéis carregados de estereótipos, reduzindo a ministra a sua relação com outro homem, em nenhum momento da notícia é abordado sobre o tema da violência política de gênero. O ato do deputado Gilvan da Federal não é caracterizado como tal, muito menos abordado com a gravidade que possui. Além disso, a notícia apenas traz um posicionamento do deputado Gilvan da Federal e não traz uma fala da ministra Gleisi Hoffmann. Evidencia-se também que tal posicionamento do deputado federal foi colhido na ação dele como parlamentar, ou seja, não foi resultado de um contato direto do deputado com a Jovem Pan. Apesar disso, não houve a manifestação da ministra em um formato semelhante.

Estudo de caso 2 – Oportunidade perdida ou não tem perspectiva de gênero (“gender-blind”)

Rádio: Itatiaia
Manchete: Cardeais em debate sobre a escolha do Papa e entrevista com professor da PUC – Minas.
É uma das notícias que você codificou na parte quantitativa do estudo? Sim.
Data: 06/05/2025
País: Brasil
Tema: 34 (Religião, cultura, tradição).
Questões técnicas:
Formato: entrevista.
Fontes: a única fonte e as únicas sonoras são do entrevistado, o diretor do Instituto de Ciências Sociais e professor do Departamento de Relações Internacionais da PUC Minas e professor de Geopolítica da Academia de Polícia, Danny Zahreddine.
Linguagem. A linguagem não é explicitamente machista nem sexista e o estilo de locução do repórter Eustáquio Ramos, enviado ao Vaticano, é sóbrio e dá espaço para o entrevistado fazer suas análises. Ele descreve sua localização e os locais de votação e acomodação dos cardeais de forma didática, porém dinâmica.
Ângulo e perspectiva da notícia: A angulação da notícia é a avaliação do especialista Danny Zahreddine sobre os desafios do novo Papa, com ênfase para o importante papel do pontífice nas relações internacionais.
Localização e posicionamento: a notícia é a 12ª do noticiário, veiculada no 5º bloco. É precedida pela notícia do barateamento do diesel e antecede a notícia sobre o debate, na Câmara dos Deputados, sobre isenção do IR e nova alíquota de impostos.
Classificação de Gênero e Mídia (GEM): Oportunidade perdida / sem perspectiva de gênero (“gender-blind”).
Análise
A notícia em questão merece análise aprofundada por ter sido uma oportunidade perdida de debate com perspectiva de gênero, visto que não aproveitou o momento para discutir a ausência das mulheres no processo de escolha do líder da Igreja Católica. Apesar do conclave (a eleição para novo pontífice) só ter sido realizado entre os dias 7 e 8 de maio, o noticiário nacional ficou voltado à cobertura do Vaticano desde a morte do Papa Francisco, no dia 21 de abril. Na própria programação da Itatiaia, é possível perceber o destaque do tema. No bloco de 7h10 às 7h30, a participação do repórter Eustáquio Ramos - enviado especial para o Vaticano - foi a de maior duração. Nos 10 minutos em que esteve ao ar, o repórter destacou pontos considerados importantes para a escolha do pontífice: “os cardeais voltaram a discutir temas espinhosos, como migração, questão étnica e guerras”, destacou. Em momento algum são abordadas questões relacionadas diretamente com o público feminino, como violência doméstica ou aborto - temas já discutidos cotidianamente pela própria igreja. Tampouco, é mencionada a falta de mulheres neste momento histórico de escolha. De acordo com dados divulgados pela Agência Fides, do próprio Vaticano, em 2022, a Igreja Católica contava com 1.389.573.000 seguidores pelo mundo. Destes, 599.228.000 eram mulheres. Ainda assim, o público feminino não participa ativamente da escolha de seu principal chefe nem pode ocupar tal cargo. Para explicar melhor como a decisão é tomada entre os demais representantes da Igreja Católica, o repórter entrevista um especialista: um professor do departamento de Relações Internacionais da PUC-Minas. A escolha pela fonte também destaca um estereótipo sutil de gênero ao não incluir vozes femininas, reforçando a ideia de que esta população só deve debater ou estar representada em discussões de gênero. A escolha da fonte e o enfoque nos temas a serem debatidos pelos cardeais colaboram para a perpetuação de uma estrutura misógina e reforça o patriarcado em instituições religiosas.

Estudo de caso 3 – Estereótipo sutil

Televisão: Tv Globo – Jornal Nacional
É uma das notícias que você codificou na parte quantitativa do estudo? Sim.
Cabeça: Brasil sobe no IDH.
Data: 06/05/2025
País: Brasil
Tema: (8) Políticas econômicas, estratégias, modelos, indicadores, bolsas de valores, impostos, etc.
Questões técnicas:
Formato: reportagem, com *offs*, passagem da repórter e sonoras.
Fontes: além de dados do relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como fonte documental, a notícia traz declarações em áudio e vídeo (sonoras) da coordenadora do PNUD Brasil, Betina Ferraz, da cuidadora de idosos Ana Gláucia Torres e da Secretária de Educação do Rio Grande do Sul, Raquel Teixeira.
Linguagem. a linguagem adotada é clara e didática, com estilo objetivo. Utiliza recursos audiovisuais como a computação gráfica para organizar dados e facilitar a compreensão do tema com gráficos animados, setas indicativas e comparativos internacionais.
Imagem: o vídeo da notícia começa com um off explicando os critérios do PNUD com imagens ilustrativas em close sobre saúde, educação e renda e gráficos animados por computação para explicar o aumento de 5 pontos do Brasil no IDH. Um gráfico também é usado ao lado da repórter, durante a passagem na qual ela, uma mulher branca, usa uma camisa sóbria de mangas compridas na cor vinho. Em seguida, uma das sonoras (nos referimos às declarações da coordenadora do PNUD Brasil) é coberta por imagens genéricas de estudantes e do ambiente escolar, destacando-se, entre elas, o close de um caderno estudantil no qual se lê, escrita a mão, a pergunta "1) Qual ato de Rosa Park iniciou o movimento contra o racismo?".
Ângulo e perspectiva da notícia: A reportagem sobre a subida do Brasil no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresenta uma construção jornalística tecnicamente sólida, com uso adequado de dados, fontes qualificadas e uma linguagem acessível ao público geral. A matéria se destaca pelo equilíbrio entre a apresentação de um avanço — a elevação do Brasil da 89ª para a 84ª posição no ranking mundial entre 193 países — e a problematização de questões estruturais que persistem, como a estagnação no desempenho educacional. No aspecto da precisão, a reportagem traz informações consistentes extraídas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), as legendas reforçam essa precisão, identificando claramente os entrevistados e contextualizando os dados visuais por meio de gráficos e infográficos didáticos. Embora o evento noticiado seja o avanço do Brasil no ranking, a reportagem também se propõe a abordar a problemática da desigualdade estrutural, sobretudo no campo educacional. No entanto, essa análise é apenas superficial, o que limita a profundidade crítica do material. A cabeça, por sua vez, apesar de verdadeira, não comunica a totalidade da situação. Ao destacar apenas que "o Brasil subiu no IDH" e afirmando que o fato é "uma boa notícia", omite a persistência de entraves como a estagnação no acesso e na qualidade da educação. Por fim, o uso dos dados se mostra consistente e relevante, com fonte confiável (PNUD) e recursos visuais bem planejados que reforçam a compreensão das informações apresentadas. Em síntese, trata-se de uma reportagem tecnicamente bem executada, que valoriza a informação de qualidade e a diversidade de fontes, ainda que pudesse aprofundar de forma mais crítica os desafios históricos do Brasil na área da educação.
Localização e posicionamento: a notícia é a terceira e última do primeiro bloco, precedida por duas outras referentes à cobertura do conclave, no Vaticano.
Classificação de Gênero e Mídia (GEM): estereótipo sutil.
Análise
A análise de gênero da notícia sobre a subida do Brasil no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) revela um aspecto simbólico e relevante em sua construção jornalística: trata-se da única matéria da edição na qual todas as participações — da repórter

às fontes, além da âncora — são compostas por mulheres. Além disso, uma das imagens selecionadas pela edição para cobrir o off de uma das sonoras mostra um caderno estudantil em plano fechado no qual se lê, escrita à mão, a pergunta “1) Qual ato de Rosa Park iniciou o movimento contra o racismo?”. Essas escolhas, ainda que não explicitadas, têm valor significativo no contexto de um jornalismo historicamente dominado por figuras masculinas, especialmente nas posições de autoridade, como especialistas e gestores públicos. Por isso, têm o potencial de conferir maior representatividade de gênero às escolhas editoriais e à narrativa do telejornal. A presença feminina se dá de forma completa: a matéria é apresentada por uma âncora mulher, conduzida por uma repórter mulher, e conta com entrevistas de fontes também mulheres — incluindo uma especialista técnica do PNUD (Betina Ferraz), uma gestora pública da área da educação (Raquel Teixeira) e uma cidadã que representa a população comum impactada pelos dados educacionais. Essa última, mesmo sendo apresentada por meio do vínculo afetivo com um sobrinho, ainda tem sua profissão destacada, o que confere certa valorização da identidade profissional feminina. Apesar da representatividade positiva, a reportagem se enquadra na categoria de estereótipo sutil (item 2 da classificação de Gênero e Mídia). Isso porque, embora apresente mulheres em posições de fala e saber, a distribuição desses papéis ainda está alinhada a funções historicamente atribuídas às mulheres, como o cuidado e a educação. A escolha de fontes femininas exclusivamente em uma pauta voltada para a área educacional — tradicionalmente associada ao feminino — pode reforçar a naturalização desses papéis, sugerindo implicitamente que a competência feminina está restrita a esses campos do conhecimento. Essa sutileza reforça um tipo de enquadramento de gênero que não estigmatiza diretamente, mas reproduz padrões normativos de forma implícita, ao não expandir a presença feminina para outras áreas técnicas ou políticas abordadas no mesmo telejornal. O protagonismo feminino, portanto, aparece como exceção restrita a uma pauta “feminina”, não sendo estendido, por exemplo, a matérias de política econômica, infraestrutura ou segurança pública. Por outro lado, é preciso reconhecer que a presença de mulheres como fontes técnicas e institucionais (e não apenas como personagens emocionais ou decorativas) representa um avanço em relação a estereótipos mais evidentes. No entanto, a ausência de diversidade temática nas pautas com vozes femininas limita o impacto transformador dessa representatividade. O telejornal, ao atribuir às mulheres a responsabilidade de comentar os desafios da educação, perpetua a ideia de que elas são mais aptas a tratar de temas ligados ao cuidado, à formação e à esfera doméstica ampliada, enquanto outras temáticas seguem hegemonicamente masculinas. Em síntese, a reportagem analisada apresenta um exemplo claro de estereotipação sutil de gênero, ao mesmo tempo em que mostra como a representação feminina pode ser reafirmadora de papéis tradicionais quando não acompanhada de uma ampliação efetiva dos espaços de fala das mulheres em todos os campos do noticiário. A matéria, portanto, combina um avanço simbólico com uma limitação estrutural, reforçando a importância de seguir monitorando criticamente os modos de representação de gênero no jornalismo televisivo.

Estudo de caso 4 – Oportunidade perdida ou não tem perspectiva de gênero (“gender-blind”)

Cabeça: Divulgação de pesquisa de intenções de voto para o governo de São Paulo e para o Senado, por SP, em 2026.
Televisão: TV Gazeta – Jornal da Gazeta
É uma das notícias que você codificou na parte quantitativa do estudo? Sim.
Data: 06/05/2025
País: Brasil
Tema: 03 (Eleições, questões de política, governo interno, discursos).
Questões técnicas:
Formato: nota coberta.
Fontes: A notícia não personifica as fontes, apenas cita uma pesquisa realizada pelo Instituto Paraná Pesquisas com 1.700 entrevistados entre os dias 1 e 4 de maio.

Linguagem. A linguagem não é explicitamente machista nem sexista e as informações são dadas, de forma alternada, pelos dois âncoras, uma mulher (Luciana Magalhães) e um homem (Laerte Vieira).
Imagem: A narração da nota é coberta por gráficos com fotos dos candidatos e imagens de entrevistas antigas do governador Tarcísio de Freitas e do prefeito Ricardo Nunes durante as informações sobre as intenções de voto para o governo de São Paulo. Não há imagens para cobrir a narração dos âncoras sobre as intenções de voto para o Senado, também por SP.
Ângulo e perspectiva da notícia: A notícia se restringe a reproduzir os principais dados da pesquisa.
Localização e posicionamento: A nota coberta está no primeiro bloco (que tem 14 notícias) é a nona notícia do telejornal. É precedida pela notícia sobre o STF ter tornado réus o chamado "grupo 4" da tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023 e antecede a notícia sobre o afastamento do deputado Gilvan da Federal (PL-ES).
Classificação de Gênero e Mídia (GEM): Oportunidade perdida / sem perspectiva de gênero ("gender-blind").
Análise
A matéria apresenta dados sobre as intenções de voto para os cargos de governo e Senado no estado de São Paulo, a partir de uma pesquisa realizada pelo Instituto Paraná Pesquisas. O jornal apresenta dois cenários para a disputa ao governo estadual: em um, o atual governador Tarcísio de Freitas concorre; no outro, não. De forma objetiva, são listados os candidatos, seus percentuais de intenção de voto, além das respostas nulas, brancas ou "nenhum". Entretanto, perde-se a oportunidade de discutir de forma mais aprofundada o significado da presença de Erika Hilton como única mulher entre os nomes com maior intenção de voto ao governo estadual: terceira colocada nos dois cenários apresentados, com 9,40% e 10,10%, respectivamente. Num campo historicamente masculino como o da política institucional, a presença de uma mulher, ainda mais uma mulher trans, negra, de origem periférica e ativista pela população negra e LGBTQI+ representa muito mais do que uma variação estatística. Ela desafia normas de gênero que, por décadas, associaram o exercício do poder e da liderança a atributos considerados masculinos. No entanto, a abordagem jornalística adotada mantém-se "neutra", técnica, sem qualquer esforço de contextualizar o avanço que essa candidatura representa ou as barreiras estruturais enfrentadas por mulheres na política. Sobre as eleições para o Senado, duas mulheres aparecem em sexto e sétimo lugar nas intenções de voto: Mara Gabrilli, com 10,4%, e Renata Abreu, com 6,7%. Apesar de não ocuparem posições de maior destaque (considerando que a pesquisa cita nove candidatos), chama atenção a ausência de qualquer menção ao fato de haver apenas duas mulheres entre sete homens. Assim como no caso de Erika Hilton, perde-se a oportunidade de problematizar a sub-representação feminina nos espaços de poder. Em especial porque essa nota antecede a notícia de que o deputado Gilvan da Federal foi suspenso por declarações ofensivas, difamatórias e desonrosas contra a Ministra da Secretaria de Relações Institucionais do governo Lula, a quem chamou de "prostituta".

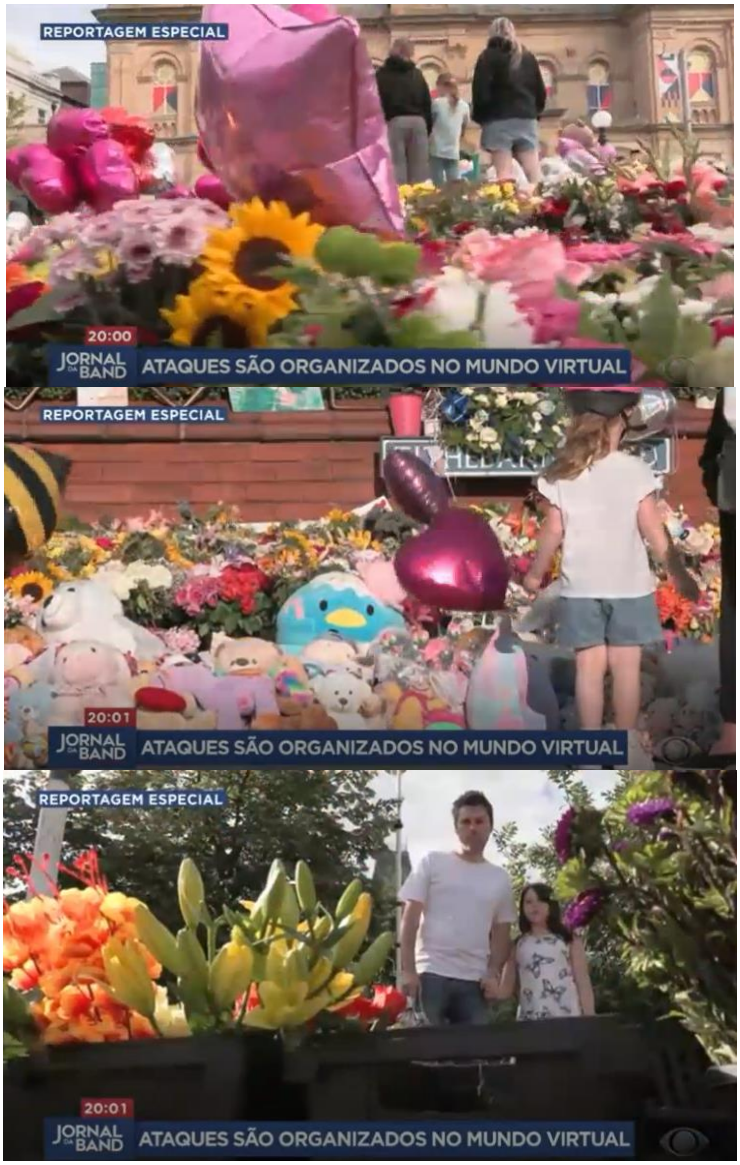
Estudo de caso 5 - Oportunidade perdida ou não tem perspectiva de gênero ("gender-blind")

Chamada da matéria: Reportagem Especial: o heroísmo de um brasileiro durante um ataque de um lobo solitário
Nome do jornal, canal de televisão, estação de rádio ou URL do site de notícias: Jornal da Band, TV Band, https://www.youtube.com/c/bandjornalismo https://www.band.com.br/noticias
É uma das notícias que você codificou na parte quantitativa do estudo? Sim.
Data: 06/05/2025
País: Brasil
Tema: (46) Crime violento, homicídio, sequestro, rapto, agressão, etc. (NÃO relacionado com gênero)
Questões técnicas: Após uma pequena introdução do apresentador âncora Eduardo Oinegue, a matéria inicia com imagens de protestos noturnos e conflitos entre protestantes e

policiais, e imagens do isolamento da cena do crime realizado por policiais, enquanto uma voz em off anuncia o ocorrido. Na legenda da imagem é inserido o texto “Brasileiro vira herói ao evitar tragédia”. Vídeos e fotografias do “herói brasileiro” são inseridos. Inicia-se então uma conversa direta entre o repórter (Felipe Kieling) e o entrevistado (Caio Benício), entregador de aplicativo que interveio em um ataque a faca contra crianças. Fotografias e vídeos anteriormente inseridos, agora têm mais tempo de tela, ilustrando as cenas do crime, o isolamento da cena realizado pelos policiais irlandeses e os protestos ocorridos. Além disso, inserem-se imagens de Caio olhando pela janela, em algum lugar que parece ser sua própria casa, da entrevista com ele e dos protestos contra imigrantes. Ainda são adicionadas à matéria imagens de pessoas bebendo cerveja e um print da vaquinha online realizada para que Caio pudesse pagar cervejas. São inseridas imagens da polícia isolando e trabalhando na cena do crime no dia seguinte ao ataque, além de imagens de câmera de segurança de outro ataque com autoria de um lobo solitário (um atropelamento em massa).

É inserida a imagem de um homem escrevendo em um computador, e então, a partir desse momento, a legenda muda, indicando: “Ataques são organizados no mundo virtual”. São inseridas imagens de códigos de programação e pessoas trabalhando em computadores. São inseridas imagens da entrevista realizada com o especialista em contraterrorismo e segurança Steve Hewitt, enquanto uma tradução sobrepõe a sua sonora. Edição repete imagens da entrevista, imagens da cena do crime sendo isolada e fotografias do “herói brasileiro”. São também inseridas imagens de famílias reunidas junto a flores, balões e animais de pelúcia.

Adiciona-se imagens da entrevista realizada com o especialista em movimentos da extrema direita Matthew Feldman, além de imagens de crianças (a maioria são meninas de aproximadamente 7 anos) e seus pais em algum evento de homenagem às vítimas do ataque. Voltam a aparecer cenas isoladas de crime, pessoas escrevendo em teclados de computadores e códigos de programação. São inseridas imagens gravadas por um celular de um homem segurando um facão e olhando pela janela de uma casa.



Classificação de Gênero e Mídia (GEM): Oportunidade perdida / sem perspectiva de gênero

(“gender-blind”).

Análise: Esta reportagem especial sobre os “lobos solitários” que se articulam por meio da internet, em redes da chamada *Deep Web* ou da *Dark Web*, que engloba sites da internet que não são facilmente acessados por mecanismos de busca comuns e que, frequentemente, são utilizados para crimes online. Esta matéria, apesar de abordar a questão do terrorismo organizado pela internet por meio de ataques de “lobos solitários” orquestrados coletivamente pela web, não explora de modo crítico a perspectiva de quem são as pessoas que são afetadas pela ação destes terroristas. Ou seja, o foco maior da reportagem ficou no ato do “herói brasileiro” e não houve qualquer referência ao fato de as mulheres e grupos sociais minoritários serem os principais alvos, como no caso de crianças e pessoas idosas.

A reportagem especial menciona sobre uma "garotinha" esfaqueada, que foi salva por um sujeito masculino, brasileiro, imigrante, sem considerar as implicações da questão de gênero para que ela tenha sido uma vítima. Há muitas imagens de fundo de crianças, em geral a maioria são meninas, entretanto, não há esta abordagem da questão da desigualdade de gênero que, consequentemente, gera diversos tipos de violência de gênero.

De modo específico, não há referências à machosfera, que de modo resumido, se refere ao espaço de discursos de ódio online, que é integrado por comunidades com interesses masculinistas diversos, embora compartilhem em comum um discurso misógino e

antifeminista (Franco; Bernárdez Rodal, 2023). Outra questão que não é tratada explicitamente na reportagem é a o posicionamento político desses “lobos solitários” que se articulam por meio da internet. A única menção pelo repórter está ao se referir à especialidade do pesquisador em movimentos da extrema direita Matthew Feldman, com a definição na legenda de “especialista em Facismo”.

Estudo de caso 6 – Estereótipo sutil

Jornal: O Globo
É uma das notícias que você codificou na parte quantitativa do estudo? Sim.
Título: Limite do excesso (em letras garrafais).
Data: 06/05/2025
País: Brasil
Tema: 21 (Medicina, saúde, higiene, segurança)
Questões técnicas:
Títulos: o subtítulo diz que “Especialistas sugerem que vício em redes seja considerado transtorno”.
Fontes: a principal fonte é documental e diz respeito a um artigo publicado na revista científica *Jama*, da Associação Médica Americana, e de autoria da sanitarista Lauren Hale, da Universidade de Stanley Brook, em Nova York, e o pediatra Dimitri Christakis, da Universidade de Whashington. O psiquiatra e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Luis Augusto Rhode, e o psicopediatra Jashvini Amirthalingam, do Instituto de Neurociência e Psicologia Comportamental da Califórnia, são fontes especializadas citados de forma direta, com declarações. A Organização Mundial da Saúde (OMS), a Academia Americana de Pediatria e a Sociedade Brasileira de Pediatria são citadas como fontes institucionais.
Linguagem: a linguagem não é explicitamente machista nem sexista e o texto é assinado por um repórter homem (Rafael Garcia), de São Paulo.
Imagem: uma grande foto, antes do título e no alto da página, ocupando um terço dela, na qual são mostradas três adolescentes brancas entretidas, cada uma, com seu parelho de celular. A legenda da foto diz “Mão dupla. Estudos com meninas mostram como internet influi na ansiedade e na depressão.
Ângulo e perspectiva da notícia: um grupo de cientistas está propondo que a relação nociva de alguns adolescentes com as redes sociais e a internet seja considerada, oficialmente, um novo tipo de transtorno mental. Se a proposta ganhar impulso e for aceita, pode entrar no manual de estatística-case diagnósticos da psiquiatria, o DSM, que influencia políticas públicas mundiais. A proposta se baseia nos trabalhos de dois cientistas (a sanitarista Lauren Hale e o pdiatra Dimitri Christakis). Um psiquiatra brasileiro (Luis Augusto Rhode) pede cautela na criação de novos diagnósticos e um psicopediatra dos EUA (Jashvini Amirthalingam) aponta para o debate sobre o fato de a compulsão por mídia sociais ser causa ou consequência da depressão.
Localização e posicionamento: Capa do Caderno Saúde, página inteira, de número 23, com chamada na metade inferior da capa do jornal.
Classificação de Gênero e Mídia (GEM): reprodução de estereótipos sutis.

Análise
A notícia em questão propõe o reconhecimento do uso excessivo e nocivo das redes sociais por adolescentes como um novo transtorno mental, com possibilidade de inserção no DSM e na CID. A proposta se baseia em estudos científicos que apontam consequências negativas do uso intensivo dessas plataformas, sobretudo entre meninas. No entanto, a maneira como essas informações são apresentadas — tanto no texto quanto na imagem — contribui, ainda que de forma sutil, para a reprodução de estereótipos convencionais sobre as mulheres. A afirmação de que os efeitos negativos são mais perceptíveis "sobretudo com meninas" não é acompanhada de contextualização ou aprofundamento. Ao deixar de explorar as razões sociais, culturais e estruturais que podem explicar esse dado — como a maior exposição a cobranças estéticas ou a formas específicas de interação nas redes — o texto acaba por naturalizar a vulnerabilidade emocional feminina. Dessa forma, reforça-se um imaginário em que meninas são frágeis, instáveis e mais suscetíveis ao vício e à distração, sem questionar as condições sociais que produzem essa realidade. Essa construção textual é reforçada pelo componente visual da reportagem: a fotografia que ocupa um quarto da página mostra apenas meninas adolescentes utilizando o celular. A escolha dessa imagem, sem qualquer diversidade de gênero, raça ou contexto de uso, transmite uma mensagem implícita de que o problema do uso excessivo das redes sociais é essencialmente feminino. A ausência de representações de meninos contribui para a ideia de que eles são menos afetados ou mais aptos a lidar racionalmente com a tecnologia, o que perpetua um dualismo já arraigado entre masculinidade associada ao controle e racionalidade, e feminilidade ligada à emoção e à instabilidade. Além disso, a organização das informações na notícia atua de forma a consolidar essa perspectiva. A ausência de dados comparativos com meninos, ou de contrapontos que mostrem o sofrimento emocional de forma mais abrangente, constrói uma narrativa parcial. Essa omissão reforça a invisibilidade do sofrimento psíquico entre os meninos, que muitas vezes não se expressa da mesma maneira ou não é reconhecido por não se alinhar aos estereótipos de vulnerabilidade. Em resumo, texto, imagem e estrutura informativa produzem uma leitura enviesada da questão, feminilizando o sofrimento emocional relacionado ao ambiente digital. Mais do que informar, a matéria colabora para a manutenção de visões estereotipadas, ao invés de promover uma compreensão crítica e multifacetada do problema. Mesmo quando respaldado por dados científicos, o discurso jornalístico exige cuidado na sua formulação, pois escolhas editoriais aparentemente neutras — como a seleção de imagens e a ausência de determinados dados — também comunicam e moldam percepções sociais.

Estudo de caso 7 - Estereótipo sutil

Jornal: O Popular (Goiás)
Título:
"A mãe de Goiânia", por Clenon dos Santos

MAGAZINE

A mãe de Goiânia

HISTÓRIA Documentário que será lançado nesta quarta-feira (7), no Cine Cultura, ajuda a desvendar quem era Gercina Borges além da cozinheira de mãos cheias e esposa de Pedro Ludovico

Chamada de Capa:
“Gercina Borges, a mulher de múltiplas facetas”
Se a notícia é de um jornal impresso ou de um site de notícias, é uma das notícias que você codificou na parte quantitativa do estudo? Marque sim ou não.
X Sim
□ Não
Data: 06/05/2025
País: Brasil
Tema: (59) Representação de mulheres/homens na mídia (incluindo Internet, redes sociais)
Questões técnicas:
Apesar da manchete de capa apresentar a personagem como uma “mulher de múltiplas facetas”, a reportagem a destaca em um mesmo papel, o de “mãe”. O título da reportagem traz essa imagem (“A mãe de Goiânia”), enquanto a legenda da foto principal também a coloca nesta condição (“Mãe dos pobres”).
O subtítulo da reportagem aposta nos estereótipos domésticos, ainda que pareça que vá superá-los: “quem era Gercina Borges além da cozinheira de mãos cheias e esposa de Pedro Ludovico”.
Apesar de ser sobre essa personagem feminina, todas as fontes ouvidas são homens: o documentarista, o neto dela e um historiador.
Ilustração (5 fotografias)
1-Foto de Gercina, enquadramento fechado em seu busto, ela olha levemente de perfil (3/4) – Legenda: Mãe dos Pobres – Gercina despertava especial simpatia entre a parcela mais pobre da população, atributo simbólico que até hoje é reconhecido.
2-Foto de família, Gercina com Pedro Ludovico e 4 filhos, os 3 filhos homens estão em pé, as demais pessoas estão sentadas – Legenda: A Grande Família – A união de Gercina e Pedro Ludovico, além de seis filhos, deu ao casal um tipo de comunhão que extrapolava o matrimônio e a vida conjugal: a da vida e do jogo político.
3-Foto de Gercina e Pedro Ludovico, em pé, em frente o palácio oficial do governo, junto a crianças, filhas das pessoas que trabalharam na construção de Goiânia – Legenda: Nossa Goiânia – A então primeira-dama teve papel atuante na construção da cidade; na foto, ela e Pedro Ludovico posam na porta do Palácio das Esmeraldas com crianças filhas dos construtores da nova capital.
4-Foto de mulheres em pé ao ar livre próximas a uma bancada – Legenda: Bravura Indômita – Gercina ficou famosa por seu livro de receitas, mas seus dons não se restringiam apenas à cozinha: era uma mulher à frente de seu tempo, sempre com coragem.
5- Foto de Gercina jovem, enquadramento fechado em seu busto, ela olha para frente – Legenda: Política – Natural de Rio Verde, Gercina nasceu em seio político e desde pequena via dentro de casa as discussões do meio.

Gênero:
CLASSIFICAÇÃO GEM: 2. Estereótipo sutil

Análise:
A reportagem fala do lançamento do documentário “Gercina Borges, Mãe dos pobres”, do cineasta Paulo Prudente, que retrata a ex primeira-dama de Goiás e esposa de Pedro Ludovico, então interventor de Goiás que fundou a capital Goiânia em 1933, antes sediada na Cidade de Goiás. Na linha fina, o texto ressalta que Gercina Borges era “cozinheira de mãos cheias e esposa de Pedro Ludovico”. Trata-se de uma reportagem de capa da editoria de Cultura e ocupa uma página inteira.
Já no lide, a reportagem se refere à Gercina como uma “Mulher de múltiplas facetas que ajudou, de um jeito único, a construir o caráter identitário, social e político do município”. Na sequência, ela é apontada como “uma das figuras goianas mais importantes do século XX”.
Ao citar uma fala do neto da personagem, o jornal destaca sua “personalidade forte, com coragem e firmeza”, fundamental para estar ao lado de Pedro Ludovico, ou a história poderia “ter sido diferente”. Ressalta, ainda na fala do neto, que “ela tinha uma visão caridosa, um

lado social". Todas essas características marcantes do que se espera de uma primeira-dama. A notícia diz que o documentário mostra como Gercina provocou mudanças no amparo social, na assistência médica e no cuidado com a população mais carente, mas perde a oportunidade de exemplificar como isso se deu.
A partir da consulta a um historiador, a reportagem destaca: "Em um momento em que as mulheres eram relegadas aos afazeres domésticos, Gercina exerceu um papel com bravura na representatividade feminina. 'Era uma mulher forte, determinada, resistente. Teve papel importante na Revolução de 1930, na construção da cidade e também no Golpe de 1964, quando Mauro Borges ficou ilhado no Palácio das Esmeraldas. Ela e Pedro Ludovico se dispuseram a lutar pela democracia do país'". Mauro Borges é filho do casal, exercia o cargo de Governador de Goiás em 1964, quando foi deposto por intervenção federal.
Apesar de trazer esses elementos, a reportagem não explora de que maneira Gercina teria exercido esse outro papel "a frente do seu tempo". Nas legendas das fotos, ela é citada como a "mãe dos pobres", ou mesmo com "a grande família", ao posar como matriarca ao lado de Pedro Ludovico e dos filhos. Em outra foto, ela está ao lado de crianças, filhos de construtores da nova capital (novamente a figura materna e seu lado assistencial). E na foto que traz na legenda "bravura indômita", a continuidade não explica bem: "Gercina ficou famosa por seu livro de receitas, mas seus dons não se restringiam apenas à cozinha: era uma mulher à frente do seu tempo, sempre com coragem".
Em uma primeira leitura, considerando os títulos da reportagem e da chamada de capa, entendemos a matéria como uma **oportunidade perdida** ao não aprofundar em aspectos que desafiam estereótipos de gênero relacionados ao lugar ocupado por uma primeira-dama. No entanto, a partir da leitura da matéria, entendemos que o texto é referente à divulgação do lançamento de um documentário sobre Gercina Borges. Para abordar esse tema, são entrevistadas três fontes masculinas: seu neto, um historiador e o diretor do documentário sobre a vida dela. As falas dos entrevistados destacam, por um lado, características de Gercina que exaltam sua importância para falar sobre representatividade feminina, como sua "bravura", "coragem", "personalidade forte", "firmeza de caráter", sua força e resistência. Por outro lado, as entrevistas ressaltam suas ações de caridade e assistência a pessoas carentes, reforçando que este lugar de assistência social é o permitido para a atuação de uma primeira dama.
Considerando que a notícia é referente ao documentário, e não à história de Gercina, entendemos que na verdade a matéria se enquadra na categoria de **estereótipo sutil**, já que parece reproduzir a representação feita no documentário. Além disso, ela enfatiza papéis clássicos atribuídos à mulher em uma sociedade machista, como "mãe", "esposa" e "cozinheira".
Ao afirmar que Gercina "ajudou, de um jeito único, a construir o caráter identitário, social e político do município", a matéria perde a oportunidade de explicar por que e como as características e personalidade de Gercina influenciaram sua atuação política, fazendo uma abordagem superficial de um protagonismo feminino exercido por ela na primeira metade do século 20.
Isso é reforçado pelas próprias fotografias que acompanham a matéria, já que nenhuma delas retrata Gercina em uma posição de protagonismo feminino político.

Estudo de caso 8 – Oportunidade perdida ou não tem perspectiva de gênero ("gender-blind") / Estereótipos sutis

Jornal: O Estado de São Paulo
É uma das notícias que você codificou na parte quantitativa do estudo? Sim
Título: Só 1/4 tem altas habilidades digitais; analfabetos funcionais são 29%
Data: 06/05/2025
País: Brasil
Tema: 20 (Ciência, tecnologia, pesquisa)
Questões técnicas:

Títulos: o subtítulo esclarece que “Índice incorporou atividades que envolvem tecnologia; compra online e busca de filmes foram itens que tinham de ser resolvidos no celular pelos participantes”.
Fontes: A notícia tem uma única fonte, a diretora da consultoria Conhecimento Social, que divulgou os resultados do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), Ana Lucia Lima.
Linguagem. A linguagem não é explicitamente machista nem sexista e o texto é assinado por uma mulher (Renata Cafardo).
Imagem: Há imagens com exemplos de atividades digitais usadas na pesquisa, sobre compra de tênis, a inscrição em um evento e a seleção de filmes no streaming.
Ângulo e perspectiva da notícia: A notícia trata da baixa porcentagem da população brasileira com habilidades no uso de meios digitais, a partir de resultados divulgados por uma pesquisa do Inaf (Indicador de Alfabetismo Funcional). Dada a relevância do tema, especialmente por apresentar dados significativos sobre o contexto social contemporâneo, a matéria foi destacada na capa do jornal, mas ocupa ¼ de página, localizada no A16. A reportagem apresenta os resultados do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), que, pela primeira vez, incluiu atividades digitais para avaliar as competências tecnológicas da população brasileira entre 15 e 64 anos. Apesar de figurar com destaque na capa do jornal e abordar tema relevante no contexto atual, no que se refere ao uso e acesso das tecnologias digitais, a matéria apresenta um viés etarista, ao comparar, de forma simplificada, o desempenho dos “mais velhos” apresentando dificuldades no uso da tecnologia em comparação com os “nativos digitais”, contribuindo para uma percepção estigmatizada das pessoas mais velhas. Destaca-se que apenas 23% da população brasileira estudada possuem altas habilidades digitais, revelando desafios tanto entre os mais velhos quanto entre os chamados “nativos digitais”. Embora a pesquisa aponte que os níveis de habilidades digitais tendem a ser mais baixos entre as pessoas com mais de 40 anos, é fundamental reconhecer que tais resultados decorrem de múltiplos fatores sociais e estruturais — o que a matéria silencia. Questões estruturais como acesso desigual à tecnologia, os níveis variados de escolaridade, as condições socioeconômicas, as diferenças regionais, de raça e de gênero exercem grande influência sobre o desenvolvimento dessas competências. A ausência dessa contextualização contribui para a naturalização da exclusão digital como uma limitação individual ou geracional, desconsiderando o conjunto complexo de desafios que atravessam diversas dimensões sociais. Reconhecer essa complexidade permite uma leitura mais justa e abrangente da exclusão digital, evitando generalizações e sutis que associam idade à incapacidade ou atraso tecnológico, promovendo um debate mais direcionado, crítico e propositivo.
Localização e posicionamento: Página par (lado esquerdo) inteira. Na página ao lado, começa o C2, caderno Cultura & Comportamento, com entrevista de página inteira com o historiador Peter Burke, cujo título são aspas do entrevistado dizendo “Não sabemos mais que nossos ancestrais”.

Classificação de Gênero e Mídia (GEM)

Merecem destaque dois eixos de análise. Uma oportunidade perdida (“gender-blind”) ao não adotar uma perspectiva interseccional; e reprodução de estereótipos sutis relacionados à idade (idadismo), por atribuir dificuldades com habilidades digitais, de forma generalizada, à população acima de 40 anos.

Análise

A matéria perde a oportunidade de aplicar um recorte interseccional. Embora apresente os dados por faixa etária, falha em não os articular com fatores sociais — elementos fundamentais para compreender a exclusão digital no Brasil. A reportagem ignora, por exemplo, as barreiras específicas enfrentadas por determinados grupos. Mulheres, especialmente negras e de classe populares, vivenciam obstáculos particulares no acesso e no desenvolvimento de competências digitais, o que reflete as desigualdades históricas que atravessam a sociedade brasileira. Ao naturalizar a exclusão digital como limitação individual ou inerente à idade, a mídia acaba por invisibilizar essas desigualdades estruturais e reduzir a complexidade do problema. A matéria ainda falha em aplicar um recorte interseccional - o que configura uma oportunidade perdida. De modo geral, a matéria foca em estatísticas sem contextualizar as causas sociais das dificuldades digitais, reforçando um viés etarista. Já que

não é toda a população que sofrerá com esse fato a falta de interseccionalidade corrobora com a interpretação por somente por idade. A reportagem poderia ter aprofundado a análise por meio de depoimentos interseccionais — considerando marcadores como gênero, raça, classe, idade — e cruzando os dados com indicadores de renda e escolaridade, de modo a relacioná-los a programas de inclusão digital. Relatos de mulheres negras, por exemplo, de diferentes faixas etárias e níveis de renda, poderiam evidenciar as barreiras específicas que enfrentam. Também seria relevante apresentar dados segmentados como as diferenças de desempenho entre mulheres brancas e negras, associando esses resultados às desigualdades históricas de acesso à educação e outras formas de exclusão estrutural e o levantamento da necessidade de políticas públicas; em um mundo digitalizado o conhecimento democrático deste, é essencial para o social. Portanto, a matéria representa uma oportunidade perdida ao não tensionar as causas estruturais da chamada "falta de habilidade digitais" no Brasil, reforçando um discurso idadista e despolitizado que ignora a interseccionalidade.

Estudo de caso 9 - Oportunidade perdida ou não tem perspectiva de gênero ("gender-blind")

Jornal: Folha de São Paulo
É uma das notícias que você codificou na parte quantitativa do estudo? Sim
Título: Cida nega insatisfação de Lula e diz que não saiu por incompetência
Data: 06/05/2025
País: Brasil
Tema: 01 (Mulheres na Política)
Questões técnicas:
Títulos: A notícia é introduzida a partir de uma especulação sobre os motivos de demissão de Cida Gonçalves, ex-ministra do Ministério das Mulheres, utilizando-se de aspas da própria ministra que diz "não ter saído por incompetência". O título sugere que esta hipótese circulava publicamente, reforçando um estereótipo negativo para mulheres em cargos públicos, como se fosse uma falha individual.
Fontes: A única fonte externa, além da própria ex-ministra, é a nova ministra, Márcia Lopes, a partir de declarações em redes sociais. Não há uma ampla reportagem que rebata ou retifique as declarações da ministra demitida.
Linguagem. A linguagem não é abertamente sexista, mas elenca adjetivos que reforçam uma atuação estereotipada de mulheres em cargos públicos: menciona que ela não foi demitida por "incompetência, assédio ou rixa". Além disso, a matéria menciona uma fala do Presidente Lula que a demissão teria acontecido "para deixar as mulheres mais contentes", como uma forma de agradar o eleitorado, sugerindo que é melhor deixar as mulheres "contentes" do que "bravas". Há uma invisibilização da competência e carreira das ministras, sem uma discussão sobre fatos concretos ou realizações durante o mandato. Na matéria da página ao lado, relacionada a essa, atribui-se a escolha da nova ministra, Marcia Lopes, à amizade com Gleisi Hoffmann, ministra da Secretaria de Relações Institucionais. Outra questão é o uso de aspas na palavra "gestora", quando a ex-ministra diz que seu perfil era mais de gestão e não político. Não fica claro porque a repórter usa a palavra gestora entre aspas. Box ao lado da matéria mostra os números dos ministros demitidos ou que trocaram de pasta. Dentre as mudanças de 12, 4 mulheres foram demitidas (quase metade), sendo que as mulheres ocupam 25% dos Ministérios (38 ministros), ou seja, o número de ministras mulheres demitidas é igual ao dos homens demitidos, mas esta conta não é evidenciada. Quatro homens foram demitidos e 2 homens realocados enquanto 1 saiu voluntariamente. Outros verbos são usados para os homens que não foram apontados como "demitidos": 1 ministro "saiu", 1 foi "movido" e outros 2 "realocados".
Imagem: A única fotografia, um retrato da ministra demitida, Cida Gonçalves, a coloca em posição inferior ao interlocutor invisível, pois ela gesticula como se estivesse falando com alguém, olhando para a cima.

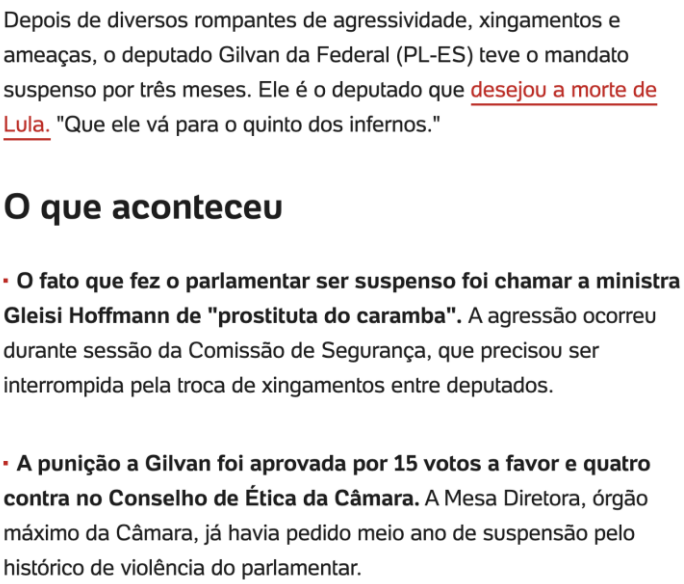
Ângulo e perspectiva da notícia: O ponto de vista da matéria gira em torno de uma defesa pessoal da própria ministra, que precisa se justificar à repórter do porquê de sua demissão. Podemos dizer que o tom é de uma voz acuada.
Localização e posicionamento: Metade superior da página. A lista posicionada ao lado, sobre trocas ministeriais dilui o caráter específico do Ministério das Mulheres.
Gênero: Oportunidade perdida/Sem perspectiva de gênero.
Análise:
Apesar da notícia ter uma ministra como personagem principal, Cida Gonçalves, do Ministério das Mulheres (que foi extinto no governo anterior, de Jair Bolsonaro, e reabilitado no governo Lula), perde a oportunidade de discutir igualdade de gênero na política institucional. A repórter também é mulher, mas não demonstra um olhar de gênero específico para as armadilhas dos estereótipos de mulheres em cargos políticos. Pelo contrário, parece reforçar os estereótipos, como "mulheres em cargos públicos são incompetentes", se utilizando da própria fala da ex-ministra. Além disso, individualiza a questão, ignorando desigualdades sistêmicas de mulheres na política. Também não há um olhar de gênero sobre o box com informações do número de ministros afastados e ou demitidos durante o governo Lula.

Estudo de caso 10 - Oportunidade perdida ou não tem perspectiva de gênero ("gender-blind")

Título do artigo: Conselho de Ética suspende por 3 meses deputado que desejou morte de Lula
Nome do jornal, canal de televisão, estação de rádio ou URL do site de notícias:
UOL - https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/05/06/conselho-de-etica-suspende-por-6-meses-deputado-que-desejou-morte-de-lula.htm
Se a notícia é de um jornal impresso ou de um site de notícias, é uma das notícias que você codificou na parte quantitativa do estudo? Marque sim ou não.
(X) Sim
( )Não
Data: 06/05/2025
País: Brasil
Tema (consulte o anexo A): (1) Mulheres na política, mulheres candidatas a cargos eleitorais
Questões técnicas:
Esta análise qualitativa tem como objeto a matéria intitulada "Conselho de Ética suspende por três meses deputado que desejou morte de Lula". A notícia foi publicada no UOL em 06 de maio de 2025, às 17h, pelo jornalista Felipe Pereira. Ela está alocada na editoria de Política e tem o termo como chapéu. A página sofreu atualizações até o dia 7 de maio, às 7h40. A notícia não possui linha fina.
O primeiro elemento do texto é um vídeo que tem na capa uma fotografia do deputado, parte do painel de votação e o termo "URGENTE" (FIGURA 1). Destaca-se, no título do vídeo, em oposição ao título da notícia, a referência ao nome do deputado, Gilvan da Federal, e a ausência de referência ao Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva.

FIGURA 1 - Reprodução de capa do vídeo na página do UOL

Na construção da notícia, destaca-se o caráter topificado. Após o lide que responde às perguntas o que (deputado é suspenso), quem (Gilvan da Federal (PL-ES), o deputado que desejou a morte de Lula. "Que ele vá para o quinto dos infernos."), como (por três meses) e porque (Depois de diversos rompantes de agressividade, xingamentos e ameaças), há o intertítulo “O que aconteceu”, o qual é inteiramente redigido em tópicos. Na sequência há os intertítulos “Histórico de agressões” e “Cúpula incomodada", igualmente redigidos em tópicos, uma fotografia do deputado brinagando com o senador Marcos do Val e outro vídeo, sendo este especificamente o momento em que Gilvan deseja a morte de Lula.
Gênero (que tipo de notícia é esta? Consulte o anexo A): notícia com **Oportunidade perdida**
Análise:
A análise da notícia demonstra que, ao contrário do que título, lide, fotografia e vídeos indicam, a suspensão do deputado Gilvan da Federal (PL) se dá em função de ataques misóginos à ministra Gleisi Hoffmann (PT), o que pode ser caracterizado como violência política de gênero. Em sessão da Comissão de Segurança, o deputado se dirigiu à ministra como “prostituta do caramba”. Esta informação, contudo, só está disponível no primeiro tópico do intertítulo “O que aconteceu” (FIGURA 2).
O próprio título da notícia, faz-se necessário destacar, pressupõe que a violência contra a mulher - razão da suspensão - tenha menor impacto, quando comparada à ameaça a uma figura masculina. A descrição que foi utilizada para caracterizar o sujeito como aquele que “desejou a morte de Lula” está direcionada a um ataque que ele fez a outro homem, o qual sequer está atrelado ao fato que originou a notícia.



Depois de diversos rompantes de agressividade, xingamentos e ameaças, o deputado Gilvan da Federal (PL-ES) teve o mandato suspenso por três meses. Ele é o deputado que desejou a morte de Lula. "Que ele vá para o quinto dos infernos."

O que aconteceu

- **O fato que fez o parlamentar ser suspenso foi chamar a ministra Gleisi Hoffmann de "prostituta do caramba".** A agressão ocorreu durante sessão da Comissão de Segurança, que precisou ser interrompida pela troca de xingamentos entre deputados.

- **A punição a Gilvan foi aprovada por 15 votos a favor e quatro contra no Conselho de Ética da Câmara.** A Mesa Diretora, órgão máximo da Câmara, já havia pedido meio ano de suspensão pelo histórico de violência do parlamentar.

FIGURA 2 - Reprodução do lide e do início do intertítulo “O que aconteceu”

Na sequência da notícia lemos a ênfase dada a um pedido de desculpas realizado por Gilvan da Federal. O pedido foi feito em plenário, na noite anterior, e dirigido a “quem se sentiu ofendido”, ou seja, sem referência à ministra ou a qualquer outra mulher ou pessoa já ofendida por ele. Inclusive, a fala se refere à pessoa ofendida no masculino, ocultando ainda mais o caráter de violência política de gênero. O texto ainda destaca o “elogio” feito pelo presidente da Câmara, Hugo Moura, que diz que o deputado se compromete a mudar “engrandece seu mandato”. Um personagem masculino se solidariza e reforça a atitude de outro personagem masculino.

Na sequência da explicação do que aconteceu, a notícia aponta as ações de outras duas figuras masculinas: o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, que desaprova o estilo de Gilvan (agressivo, violento), e o do deputado Altinêu Cortes (PL), responsável pode defender o parlamentar e articular com outras lideranças da Câmara.
O texto divide a Câmara em direita e esquerda. Na esquerda está a também deputada Maria do Rosário (PT), responsável por lembrar, na sessão, que Gilvan já havia sido condenado por xingar uma vereadora e agredir uma vice-governadora. Nenhuma das duas é nomeada no texto.
Outro personagem cuja fala é destacada é o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante, que “[...] elogiou Gilvan e declarou que ele voltará mais maduro depois da suspensão de três meses”. Aqui, observamos uma das características que estereotipa os homens como sendo aqueles que “amadurecem” mais tarde, e cujos erros devem ser relativizados em função desta característica.
A matéria ainda aponta que o responsável pelo parecer foi outro homem, o deputado Ricardo Maia (MDB), o qual diminuiu a pena de seis para três meses, o que reforça o que pontuamos anteriormente. O pressuposto de imaturidade alivia a pressão sobre o homem e admite uma tolerância social sobre ele, em virtude de ele estar em ‘processo de aprendizado’.
Ao resumir a defesa de Gilvan no Conselho de Ética, ele coloca suas “explosões” como um “defeito”, além de negar que tenha ofendido a ministra em questão. O texto ainda compara a ocasião em que o deputado se desculpou por ter desejado a morte do presidente Lula com as desculpas oferecidas no dia anterior (ambas sem destinatário explícito). Em ambos os casos, ele teria pedido desculpas após sua reação ter repercutido mal entre a oposição.
Ao final do texto há ainda a transcrição de mais um episódio de misoginia, quando um deputado (não especificado) disse que “o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), formaria um trisal com a ministra Gleisi Hoffmann e o líder do PT, Lindbergh Farias (PT-RJ)”. Ministra esta que Gilvan já havia feito referência citando o suposto codinome em planilhas investigadas pela Operação Lava Jato: “amante”. A sexualização, ou mais precisamente a sexualização depressiva, é uma das características da misoginia, que

desqualifica a mulher em função de seu corpo, além de colocá-la como submissa ao papel de um (ou mais) homens.
Em conclusão, a notícia tem como pauta um evento baseado em violência política de gênero, em que uma mulher em posição política é menosprezada em razão de seu gênero. O texto poderia ser um espaço para a discussão do assunto e mesmo para expor os ataques sofridos por mulheres na política. Contudo, elas não são nem ao menos ouvidas. A única referência feita à fala de uma mulher é o resumo do que uma deputada expressa na sessão. Na contramão do que indicamos, a notícia apresenta predominantemente personagens masculinos e reforça a percepção de que homens podem ser explosivos e violentos por serem imaturos, inclusive na política.

Estudo de caso 11 – Sensível à questão de gênero ("gender-aware")

4. Sensível à questão de gênero ("Gender-aware")
4C. Artigos que tratam de questões específicas de gênero ("Gender specific"). Por exemplo, desigualdades entre mulheres e homens, estruturas, processos, campanhas para avançar na igualdade de gênero, como "tetos de vidro" ("glass ceilings") em determinadas profissões ou cargos.
Internet: Site Metrópoles
Título: Suprema Corte dos EUA decide que Trump pode excluir trans do Exército.
Subtítulo: Segundo a gestão de Donald Trump, a medida é necessária para preservar a eficácia e a letalidade das Forças Armadas
Suprema Corte dos EUA decide que Trump pode excluir trans do Exército | Metrópoles
Se a notícia é de um jornal impresso ou de um site de notícias, é uma das notícias que você codificou na parte quantitativa do estudo? Marque sim ou não.
(X) Sim
( )Não
Data: 06/05/2025
País: Brasil
Tema: (4) Internacional / Estrangeiro
Questões técnicas:
Título: Suprema Corte dos EUA decide que Trump pode excluir trans do Exército
Subtítulo: Segundo a gestão de Donald Trump, a medida é necessária para preservar a eficácia e a letalidade das Forças Armadas
Legenda da foto:
O presidente Donald Trump está no púlpito oficial de discurso presidencial segurando um documento onde se lê: "Foreing Trade Barriers", e atrás dele uma enorme bandeira dos Estados Unidos da América.
Tipo: reportagem
Fontes: Documento oficial do governo chamado Ordem Executiva 14183; O advogado de uma comandante militar que tem um trecho de documento de defesa citado diretamente; e de forma indireta grupos de defesa dos direitos LGBTQ+, sem serem especificados.
Linguagem: objetiva, sem tendência para juízos de valores.
Ângulo e perspectiva da notícia: Tem a intenção de noticiar uma decisão do presidente Trump, mas com abertura para ser uma decisão questionada pelos direitos humanos.
Localização e posicionamento: Na sessão "mundo", depois de uma notícia sobre o bombardeio no Paquistão realizado pela Índia.
Análise:
A matéria apresenta uma decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos que decide pela exclusão de pessoas trans no exército. Apesar de ser uma decisão judicial, a matéria deixa evidente que coaduna com o poder executivo de Trump, já que é proveniente de uma ordem do próprio presidente no seu primeiro dia de mandato.
A matéria traz a questão para um campo de debate em disputa ao informar que não foi uma decisão unânime, e foram três juízas que se posicionaram contra, momeando cada uma delas. Também destaca uma passagem do argumento da decisão supracitada e destaca a ação contrária de militares que se sentiram diretamente prejudicados. A matéria busca equilíbrio na informação ao destacar ambos os posicionamentos. Mas, ao mesmo tempo,

possibilita a abertura da discussão para questionar o posicionamento judicial e do governo Trump ao dar destaque para a citação direta de um magistrado que evidencia que a medida é baseada em estereótipos de gênero.
O alcance dessa matéria se insere em um debate muito persistente sobre a identidade de gênero como algo biológico, fortemente arraigado no senso comum e encontra respaldo em crenças religiosas, principalmente monoteísta, por mais que cientificamente não há nada que relacione a identidade de gênero com "um gene" ou "uma essência de nascença".
É importante destacar essa matéria no contexto brasileiro, apesar de vir dos Estados Unidos, porque o Brasil figura na triste estatística de país que mais mata pessoas transgênero, onde a média de idade não chega aos 40 anos! A notícia se apresenta como conteúdo internacional, mas com forte conotação de interesse nacional diante do pouco que se problematiza os assassinatos de pessoas trans e da negação de seus direitos humanos na sociedade brasileira.

Estudo de caso 12 – Sensível às questões de gênero – Desafia estereótipos

Internet: G1 (Portal de Notícias - Rede Globo)
Link para acessar a notícia: https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/05/06/deputada-diz-ser-alvo-de-racismo-na-camara-ao-ser-barrada-em-locais-de-livre-acesso-a-parlamentares.ghtml
Data: 06/06/25
País: Brasil
Tema: (1) Mulheres na política, mulheres candidatas a cargos eleitorais.
Título: Deputada diz ser alvo de racismo na Câmara ao ser barrada em locais de livre acesso a parlamentares
Subtítulo: Em entrevista ao G1, Enfermeira Rejane (PCdoB-RJ) disse ter enfrentado desafios constantes nos espaços da Câmara, o que ela acredita ser motivado por ela ser negra.
Legendas das fotos:
1 – Deputada enfermeira Rejane (PCdoB-RJ) — Foto: Reprodução
2 – Deputados durante sessão da Câmara em abril de 2025 — Foto: Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados
Questões técnicas:
A presente análise qualitativa tem como objeto a notícia publicada no portal G1 da Rede Globo, no dia 6 de junho de 2025, de autoria da jornalista Paloma Rodrigues. A matéria tem como subtítulo o texto "Em entrevista ao g1, Enfermeira Rejane (PCdoB-RJ) disse ter enfrentado desafios constantes nos espaços da Câmara, o que ela acredita ser motivado por ela ser negra". O assunto abordado na matéria é sobre o racismo no exercício de cargos eletivos no congresso nacional brasileiro a partir de um relato de uma deputada federal negra.
A notícia apresenta duas fotografias. A primeira é um registro da deputada federal, Enfermeira Rejane (PCdoB-RJ), no plenário da Câmara Federal. A imagem está nítida, com a parlamentar, personagem da notícia, em primeiro plano e o plenário ao fundo. Na segunda, estão parlamentares federais durante sessão na Câmara em abril de 2025, sendo a mesma composta majoritariamente por uma aglomeração de homens e poucas mulheres.
Gênero: É uma notícia que desafia estereótipos
Análise:
Trata-se de uma notícia da editoria de Política, que se enquadra no tema 01: Mulheres na política, mulheres candidatas a cargos eleitorais, cuja protagonista é uma mulher negra, que exerce mandato de deputada federal no Brasil, e denuncia episódios de racismo vivenciados na Câmara. É uma notícia que desafia estereótipos de gênero, em sua intersecção com raça, ao dar visibilidade a casos de racismo cotidianos na política representativa a partir da voz de uma deputada negra.
Neste sentido, a análise, desde uma perspectiva de gênero, deve considerar as intersecções que marcam as violências sofridas pelas mulheres em suas distintas origens, classes, raças, etnias, orientações sexuais, posições migratórias, deficiências e contextos religiosos.

Apesar do marcador de raça predominar na notícia, sem uma menção explícita ao machismo, é possível considerar que o machismo está presente, por se tratar da vivência prioritária de uma mulher na política, exercendo um cargo representativo, no Parlamento Federal do país. Além disso, não é uma matéria curta e de cunho factual, e desafia modelos hegemônicos de cobertura jornalística que costumavam não priorizar personagens invisibilizadas, como mulheres, ou pessoas vítimas racismo, por exemplo. Trata-se de uma notícia que destina amplo espaço para o relato da deputada, que narra suas experiências como uma mulher negra na política, que afirma ter sido tratada de forma hostil em diversas ocasiões na Câmara. Na matéria, a parlamentar conta que já foi barrada na entrada exclusiva para os deputados, de comissões e até na entrada do plenário da Casa.

Outro destaque é a apresentação de dados representativos do perfil da Câmara. Segundo a matéria, apenas 22 mulheres exercem o cargo de deputada federal, do total de 513 deputados. Além das duas fotos, a notícia apresenta vídeo de 4 minutos e 34 segundos com especialistas para explicar juridicamente as características do racismo e da injúria racial. Por fim, a matéria encerra com um forte apelo da deputada para que o racismo acabe e alerta para a necessidade de treinamento dos funcionários da câmara sobre o tema e campanhas de conscientização.

Esta é um tipo de notícia que não aparece com tanta frequência na grande mídia, que atua no combate aos estereótipos de gênero e raça, na medida em que descreve com aprofundamento a existência de casos de racismo nos espaços de poder a partir da voz de uma deputada negra. Por outro lado, na notícia não há destaque para canal de denúncia, o que poderia ampliar o potencial da mesma no combate ao racismo.

RESUMO E CONCLUSÕES

O Projeto de Monitoramento Global da Mídia (GMMP) 2025, no Brasil, reafirma a importância de radiografar as representações de gênero no jornalismo nacional, um esforço que se consolidou após a retomada do monitoramento em 2020. O monitoramento de 2025 se deu em um cenário expandido, envolvendo 195 pessoas em 24 territórios brasileiros, além de participantes nos Estados Unidos e em Portugal, e analisou 683 notícias em 38 veículos de comunicação (jornais, rádio, TV e internet).

Os resultados nacionais confirmam e, em alguns aspectos, aprofundam a estagnação global em direção à igualdade de gênero nas notícias, um padrão que persiste trinta anos após a Plataforma de Ação de Pequim.

As mulheres continuam a ser minorizadas e sub-representadas como fontes e sujeitos das notícias. Nos meios tradicionais, a presença feminina como fonte variou entre 22% (TV) e 24% (Jornais), e na Internet, ficou em 19%. Estes números estão em linha com os dados globais, que registraram 26% de mulheres nas notícias tradicionais.

A desigualdade se torna flagrante no que diz respeito ao protagonismo: apenas 19% dos sujeitos das notícias são mulheres, o que significa que os homens exerceram o papel central em 81% das histórias. Além disso, a participação feminina diminuiu proporcionalmente em todas as funções monitoradas em comparação com 2020.

Quando são ouvidas, as mulheres são majoritariamente confinadas a papéis de pouca autoridade, aparecendo mais frequentemente em situações em que relatam experiências pessoais (42%) ou como testemunhas (35%). Em contraste, apenas 22% dos porta-vozes e 21% dos especialistas/comentadores são mulheres.

A desigualdade é evidente nas esferas de poder: apenas 20% das fontes referidas como políticas ou parlamentares são mulheres. Em ocupações tradicionalmente associadas ao cuidado, como "profissionais de saúde, assistentes sociais, cuidadores/as de crianças", as mulheres representam 100% das referências.

O viés jornalístico persiste na forma como as pessoas são identificadas. As mulheres continuam a ser mais referidas a partir de ligações familiares (16%) do que os homens (4%), um padrão que se manteve mesmo nas matérias produzidas por jornalistas mulheres.

Os tópicos mais presentes no noticiário foram “Política e Governo”, “Economia”, “Social e Legal” e “Crime e Violência”. A presença feminina é maior em "Ciência e Saúde" (39%) e "Violência baseada no Gênero" (42% nos meios tradicionais e 56% na Internet), mas nos temas considerados mais "relevantes" (Política, Economia, Violência) os homens dominam.

Apesar dos índices alarmantes de violência de gênero no Brasil, as notícias relacionadas a esse tópico foram residuais (1% a 2%) em todos os meios analisados.

No que tange à qualidade jornalística sob uma perspectiva de gênero, os resultados são desfavoráveis: a maioria das matérias não faz referência a questões de equidade de gênero, legislação ou políticas de direitos humanos. Nos principais tópicos, a alusão a essas questões não passa de 8%.

A grande maioria das histórias não desafia os estereótipos de gênero. Apenas 3% a 6% das notícias sobre os tópicos principais foram classificadas como desafiadoras de estereótipos.

As pessoas pertencentes a grupos minorizados continuam invisibilizadas no noticiário. Apenas 4,92% dos sujeitos nas notícias de jornais eram racializados e os percentuais são baixos para pessoas vulneráveis economicamente (menos de 3% em todos os meios) e

LGBTQIA+ (menos de 3% em todos os meios), o que reflete uma falha na cobertura das desigualdades estruturais.

Em suma, o GMMP 2025 demonstra que o jornalismo brasileiro se encontra numa estagnado no que diz respeito à igualdade de gênero, reproduzindo padrões patriarcais e estereotipados que limitam o acesso, a voz e a visibilidade das mulheres, especialmente aquelas que sofrem violências interseccionais de gênero, raça e classe.

RECOMENDAÇÕES E PLANO DE AÇÃO 2026-2030

Considerando o quadro de persistente desigualdade identificado no GMMP 2025, o Plano de Ação 2026-2030 deve se concentrar em lutar e buscar engajamento para transformar as práticas editoriais e aumentar a representatividade de gênero em todas as esferas do noticiário, buscando uma ruptura com a inércia observada nos últimos 15 anos, atuando especialmente para trazer a temática para junto dos meios de comunicação, além de ativistas na matéria.

1. Combate à Sub-representação e Estagnação (Objetivo Estratégico J1 da PAP)

- Meta de Paridade nas Fontes e Sujeitos: Estabelecer metas claras para que as redações alcancem a paridade (50%) na citação de mulheres como fontes e sujeitos das notícias em todos os tópicos, especialmente nos historicamente dominados por homens, como "Política e Governo" e "Economia".
- Diversificação de Funções e Ocupações: Promover a busca intencional de mulheres em papéis de autoridade, como especialistas e porta-vozes, em vez de priorizá-las apenas como fontes de "experiência pessoal" ou testemunho. Deve-se priorizar a voz feminina em temas não estereotipados.
- Visibilidade e Profissionalismo: Erradicar a prática de identificar mulheres por status familiar (mãe, esposa etc.) quando sua ocupação profissional é o foco da notícia.
- Garantir que as reportagens e fotografias deem visibilidade profissional às mulheres.

2. Integração da Perspectiva de Gênero e Direitos Humanos (Objetivo Estratégico J2 da PAP)

- Formação em Jornalismo Sensível ao Gênero: Implementar programas obrigatórios de formação continuada para jornalistas e estudantes, capacitando-os a integrar a perspectiva de gênero, direitos humanos e interseccionalidade em todas as pautas.
- Desafio aos Estereótipos: Aumentar a proporção de reportagens que questionam e desconstroem claramente os estereótipos de gênero, passando da taxa atual residual (3% a 6% nos tópicos principais) para uma prática editorial ativa de questionamento. Isso é crucial especialmente em tópicos sobre política e economia, onde estereótipos são mais frequentes.
- Cobertura de Violência de Gênero: Dada a natureza epidêmica da violência no Brasil e o baixo percentual de cobertura (1% a 2%), as redações devem tratar a VG como uma violação fundamental dos direitos humanos e não apenas como um crime factual. As histórias de VG devem ser abordadas com uma perspectiva de gênero mais clara,

3. Enfrentamento da Invisibilidade Interseccional

- Inclusão de Grupos Minorizados: Assegurar que grupos historicamente invisibilizados—pessoas racializadas, economicamente vulneráveis e LGBTQIA+—sejam ativamente buscados e representados como sujeitos e fontes em posições de autoridade (e não apenas como vítimas ou em contextos de vulnerabilidade).
- Análise Interseccional na Violência: Ao cobrir violência, os meios devem aplicar lentes interseccionais para refletir que a violência possui gênero, raça e classe preferenciais.

4. Ação no Ambiente Digital e Contra a Violência Online

- Proteção de Jornalistas e Fontes: Dado o aumento da desinformação e do discurso de ódio dirigido a jornalistas e mulheres, as empresas de mídia devem adotar e aplicar

políticas robustas para combater a misoginia online e os ataques que minam a confiança das profissionais.

- Monitoramento de Mídia Digital: Continuar e aprimorar o monitoramento dos meios digitais (Internet e redes sociais), reconhecendo que a digitalização não resultou em uma ruptura radical com as normas patriarcais e, em alguns casos, amplificou a hierarquia informativa. Deve-se monitorar especificamente a disseminação de textos e imagens sexualizadas e violentas geradas por Inteligência Artificial (IA) contra mulheres.

Em suma, o Plano de Ação 2026-2030 exige que o ecossistema informativo brasileiro quebre a inércia. Não basta absorver mais mão de obra feminina na reportagem, é necessário um compromisso radical e intencional em todos os níveis editoriais para garantir a plena igualdade de gênero nas notícias e através delas. Se o jornalismo é reflexo da sociedade, é fundamental que comece a refletir a realidade brasileira com justiça e equidade.

ANEXO 1. METODOLOGIA[10]

Durante um ciclo completo de 24 horas, milhares de pessoas voluntárias do Pacífico ao Caribe monitoraram seus **meios de comunicação noticiosos**, adicionando as vozes de seus países a este importante exame do pulso da representação de gênero nos meios de comunicação. A sétima edição do *Global Media Monitoring Project* foi marcada por muitas inovações, destacando os aprimoramentos introduzidos neste estudo ao longo dos anos. Pela primeira vez no GMMP, a edição de 2025 dependeu inteiramente da captação eletrônica de dados, sem o uso de formulários manuscritos. As fichas de codificação foram submetidas à equipe técnica diretamente através da plataforma ou utilizando a versão em tabelas do familiar modelo de codificação. Esta também foi a primeira vez que a maioria da captação de dados online foi feita por equipes no país, que foram responsáveis por mais de 12.000 entradas. Outra inovação foi a proeminência de notícias da internet, que ultrapassaram as entradas de rádio globalmente e em seis das oito regiões, refletindo a contínua mudança em direção a fontes de notícias digitais.

Apesar destas evoluções, a metodologia fundamental do GMMP permaneceu consistente ao longo das décadas, preservando a comparabilidade dos resultados entre as edições a cada cinco anos.

Como foi feito o Monitoramento

O dia de monitoramento do GMMP reuniu uma vasta rede global de pessoas voluntárias, todas empenhadas em responder à pergunta: como o gênero é retratado num dia normal de notícias? As redes nacionais do GMMP, que variam desde equipes de pesquisa universitárias a grupos de defesa dos meios de comunicação, trouxeram consigo uma profunda experiência dos ecossistemas midiáticos locais, garantindo que os dados capturados fossem contextualmente fundamentados, capturando com precisão as nuances da cobertura noticiosa em todo o mundo. Em algumas regiões, a colaboração ultrapassou fronteiras: equipes na América Latina e na Ásia apoiaram países vizinhos com a introdução de dados, garantindo que o conhecimento e o esforço fossem partilhados quando necessário.

Na preparação para o dia de monitoramento, a equipe da WACC e os coordenadores e coordenadoras regionais realizaram uma série de sessões de formação sobre a metodologia do GMMP. As equipes nacionais receberam formação atualizada sobre a metodologia de amostragem e os procedimentos de monitoramento, juntamente com uma introdução às desagregações temáticas recentes. As equipes tiveram a escolha de duas opções de monitoramento: monitoramento completo, que fornece uma visão detalhada da representação de gênero em todos os meios de comunicação noticiosos, ou monitoramento curto, que captura apenas os indicadores chave do GMMP.

[10] Texto fornecido pela coordenação global do GMMP.

As sessões de formação também cobriram o uso da plataforma personalizada de captação de dados do GMMP, que tem sido utilizada desde 2015. Disponível em inglês, francês e espanhol, a plataforma serve como sistema central para consolidar as respostas das equipes nacionais após o dia de monitoramento.

No dia de monitoramento, as equipes realizam a captação inicial de dados offline, uma vez que a discussão e a reflexão são parte fundamental do processo de monitoramento. Estas sessões colaborativas permitem às equipes rever os resultados, comparar interpretações e garantir a consistência. Para manter a precisão, foram gravados os boletins de rádio e televisão, e foram recolhidas cópias dos meios digitais e impressos para referência.

As perguntas do GMMP capturaram dados quantitativos sobre quatro dimensões chave de cada item de notícia: i) sobre a história - o tema, o lugar da história no veículo e o âmbito; ii) sobre as pessoas na história- sujeitos e fontes; iii) sobre as pessoas envolvidas com a produção das notícias – locutores/as, apresentadores/as e repórteres, na história; iv) a qualidade da história a partir de uma perspectiva de gênero - estereótipos de gênero, centralidade das mulheres, ângulos de direitos e igualdade de gênero. As equipes nacionais também puderam incluir até três perguntas adicionais sobre as pessoas na história, para explorar preocupações de interesse nacional específico. Além disso, as equipes forneceram contexto qualitativo para ajudar na interpretação, descrevendo a agenda noticiosa no dia de monitoramento, as suas razões para selecionar determinados meios de comunicação e as principais características do seu sistema midiático nacional. As equipes também realizam uma análise qualitativa estruturada, seguindo o quadro padrão do GMMP, complementando os dados quantitativos com *insights* que ajudam a explicar padrões e tendências na representação de gênero nos meios de comunicação.

Embora as equipes não estivessem limitadas no número de veículos que podiam monitorar, foi fornecida orientação sobre o mínimo recomendado através do gráfico de bandas de meios de comunicação do GMMP, que aponta para a distribuição de notícias por tipo de mídia. O sistema de bandas de meios de comunicação, introduzido pela primeira vez em 2005, foi concebido para promover uma distribuição mais equilibrada de dados e fornecer a cada país orientação sobre o número mínimo de órgãos de comunicação a monitorar. As bandas foram determinadas pelo número total de cada tipo de meio de comunicação em cada país. Ao longo dos anos, a pesquisa de *desktop,* realizada a partir das fontes já existentes, tem constituído a base para compilar estes números, que foram depois validados com as equipes nacionais. Para esta edição, muitas bases de dados de pesquisa de meios de comunicação anteriormente utilizadas estavam desatualizadas, levando-nos a recorrer a bases de dados históricas do GMMP como referência para veículos relevantes em nível nacional. Esta lista foi revista e confirmada por coordenadoras e coordenadores nacionais e regionais.

Em vários países, o número de veículos de comunicação relevantes para este estudo diminuiu desde 2020, refletindo mudanças no panorama midiático. Subsequentemente, o

número de bandas de meios de comunicação foi reduzido; por exemplo, as bandas de meios de transmissão (*broadcast media*) foram reduzidas de cinco para três. Para notícias da internet, os países foram classificados de acordo com as taxas de uso da internet publicadas pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) e agrupados nas bandas de meios de comunicação correspondentes.

Conclusão

De salas de aula e escritórios a espaços virtuais partilhados, a rede GMMP transformou um único dia comum de notícias num *snapshot* globalmente representativo do gênero nos meios de comunicação. Esta conquista não teria sido possível sem a dedicação de milhares de pessoas voluntárias, cuja monitorização cuidadosa e diligente dos veículos de comunicação em todo o mundo sustenta esta importante tradição de monitoramento de meios de comunicação.

Referências

Lynn, P. (2018). Tackling Panel Attrition. In: Vannette, D., Krosnick, J. (eds) The Palgrave Handbook of Survey Research39. Palgrave Macmillan, Cham https://doi.org/10.1007/978-3-319-54395-6_1940.

ANEXO 2. LISTA DE MONITORAS E MONITORES

1. Elizângela Carvalho Noronha
2. Cláudia Lago
3. Kenia Beatriz Ferreira Maia
4. Mônica Pereira Mourão
5. Suewellyn Cassimiro Sales
6. Juliana dos Santos Ferreira Costa
7. Ester Costa e Silva Macedo
8. Rebeca Lima de Oliveira
9. Laís Emanuelle Borba de Brito
10. Ramylle Maria Cunha de Freitas
11. Cecília Costa Medeiros do Nascimento
12. Fernanda Camilly da Nóbrega Quevedo
13. Ângela Cristina Trevisan Felippi
14. Cristiane Lindemann
15. Fernanda Nunes da Silveira
16. Patrícia Schuster
17. Vanessa Costa de Oliveira
18. Daiane Bertasso
19. Cátia Melissa Rodrigues
20. Elaine Schmitt
21. Helena Brandt Corrêa de Oliveira
22. Márcia Veiga da Silva
23. Morgani Guzzo
24. Raphaela Ferro
25. Suelyn Luz
26. Patrícia Rakel de Castro Sena
27. Priscilla Swaze Anchieta Silva
28. Rafael Passos
29. Beatriz Silva Matos
30. Ana Paula Costa Lobato
31. Hiza Júlia Ruben Corrêa Leal
32. Wemille Viana da Conceição
33. Kawanny Gomes Ribeiro
34. Ester Minga
35. Micaela Cabral
36. Hadassa Oliveira

37. Karliete Nunes
38. Caroline Patatt
39. Haphisa Mugnaini
40. Gustavo Freitas
41. Cynthia Mara Miranda
42. Maria Tereza Lemes Moreira Carneiro
43. Liana Vidigal Rocha
44. Edna de Mello Silva
45. Yago Modesto Alves
46. Ana Luiza da Silva Dias
47. Marina Parreira Barros Bitar
48. José Uendel Souza da Costa
49. Alan Milhomem da Silva
50. Danila Cal
51. Albertina Oliveira
52. Ana Karolini
53. Beatriz Eleres
54. Eveline Mendes
55. Vitória Rodrigues
56. Norma Maria Meireles Macêdo Mafaldo
57. Sheila Mendes Accioly
58. Maria Kéthuly Góes Moreira
59. Cybele Catarina Santos do Couto Soares
60. Luciane Agnez
61. Gabriela Marques
62. Andressa Bueno
63. Hayane Bonfim
64. Ana Luiza Póvoa
65. Ana Tereza Bücker
66. Ana Luiza Lima
67. Arthur Henrique Ribeiro
68. Daniela Cristiane Ota
69. Laura Seligman
70. Rafaela Alvarenga Flôr
71. Katarini Giroldo Miguel
72. Rafaella Lopes Pereira Peres

73. Leylianne Alves Vieira
74. Djuli Machado de Lucca
75. Valmir Teixeira de Araújo
76. Priscila Maria Ferreira Guarate
77. Júllya Ketlyn Rodrigues Tavares
78. Jeovana Jully Rodrigues Teles
79. Flávia Lohanna Alves de Souza
80. Laiara Gonçalves Salles
81. Naiara da Silva Souza
82. Raíssa Ramos Fontes Fernandes
83. Beatriz Rodrigues Coelho
84. Renata de Lima Sousa
85. Karla Valéria Ximenes Peixoto
86. Eduardo Gustavo Pereira Campos
87. Ivânia Maria Carneiro Vieira
88. Priscila Freire Rodrigues
89. Maria Vitória Silveira dos Santos
90. Geise Gabriella Souza Monteiro
91. Aline Gama Andrade
92. Roma Paloma Vieira Rodrigues
93. Willyan Souza Brito
94. Guimi Castelo Alencar
95. Renata Malta
96. Erna Barros
97. Michele Tavares
98. Danielle de Noronha
99. Tamires Ferreira Coêlho
100. Nealla Valentim Machado
101. Agda Helena Ribeiro
102. Caroline Kolling de Oliveira
103. Anna Julia de Souza e Silva
104. Julia Tinan Dornelles
105. Lucas da Silva Nunes
106. Andrelina Braz da Silva
107. Amanda Crissi
108. Carina dos Reis
109. Karina Janz Woitowicz
110. Paula Melani Rocha

111. Graziela Soares Bianchi
112. Cecília Sizanoski Sanchez
113. Anna Júlia Sbardelot
114. Claudia Irene de Quadros
115. Valquíria Michela John
116. Ana Caroline De Bassi Padilha
117. Ayumi Nakaba Shibayama
118. Adriana Santana
119. Ana Veloso
120. Jadeanny Arruda
121. Ingrid Coutinho
122. Paulo Fernando Lopes
123. Rosane Martins de Jesus
124. Maria Eduarda Marques Veras da Silva
125. Maria Eduarda Araujo Silva
126. Maria Julia Borges Martins
127. Aldenora Teófilo Vieira Santos Cavalcante
128. Natalia Costa e Silva
129. Camila Tomaz de Sousa
130. Jhulianna Cally Oliveira
131. Maria Eduarda Rocha dos Santos
132. Vívian Maria Melo Araújo
133. Agatha Khrysthie Sousa Oliveira
134. Thamyres Sousa de Oliveira
135. Rita de Kássia Araújo Pedreira
136. Maria Vitória da Silva Rodrigues
137. Pedro Henrique Silva Maciel
138. Antonia Vitória Bispo Bonfim
139. Adriane Rodrigues
140. Aline Fernandes
141. Ana Cecília
142. Andréa Estevão
143. Beatriz Heliodoro
144. Camila Calmon
145. Carla Risso
146. Carolina Colla
147. Cíntia Gomes
148. Daniela Osvald

149. Dayana Melo
150. Elisa Canjani
151. Flávia Leiroz
152. Gabriela Nora
153. Gabriella Santos
154. Giovana Kebian
155. Iana Coimbra
156. Ilton Porto
157. Isabella Bergo
158. Isabella Santos
159. Janaína Gallo
160. Julia dos Santos
161. Kareen Terenzzo
162. Manuela Menezes
163. Marcela Elis
164. Marina Guimarães
165. Milena Silva
166. Patrícia D'Abreu
167. Paula Mairan
168. Rafael Rodrigues
169. Tatiana Moura
170. Thaís Ramos
171. Verônica Dalcanal
172. Victoria Araujo
173. Vitória Baldin
174. Yasmin Montebello
175. Victor Said dos Santos Sousa
176. Brenda Gomes dos Santos
177. Brenda Cristina Santos Melo
178. Letícia Figueiredo Alvares da Silva Campos
179. Clarissa Carvalho
180. Amanda Noleto
181. Ana Gabriela Guerreiro Viola da Silveira Leite
182. Dione Oliveira Moura
183. Cláudia Patrícia Diniz Correia
184. Flora Egécia Oliveira Morais
185. Gabriela Martins Tessmannk Serpa
186. Mateus Pinheiro

187. Mariana Amaral de Sousa
188. Marlise Viegas Brenol
189. Rosana Nantes Pavarino
190. Tatiana Regina Gomes de Amorim
191. Liriam Sponholz
192. Alicia Fernandes
193. Rafael Eisinger Guimarães
194. Rose Dayane Santana Nogueira
195. Giulia Caldas Soares

WACC
Rua Hayden, 80
Toronto
EM M4Y 3G2
Canadá

Telefone: +1 416 691 1999
gmmp@waccglobal.org
www.whomakesthenews.org

FB @Global.Media.Monitoring.Project
X @whomakesthenews
@gmmpglobal do Instagram